

Petróleo: um contributo para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe

Shirley da Silva Mendonça

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Gestão do Território

Especialização em Território e Desenvolvimento

Orientadora: Professora Doutora Regina Salvador

Janeiro, 2015

Petróleo: um contributo para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe

Shirley da Silva Mendonça

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Gestão do Território

Especialização em Território e Desenvolvimento

Orientadora: Professora Doutora Regina Salvador

Janeiro, 2015

Declaração

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e bibliografia.

A candidata:

Shirley da Silva Mendonça

Lisboa,

2015

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora, Professora Doutora Regina Salvador

Lisboa,

2015

À minha família!

Agradecimentos

Agradeço a Deus Todo Poderoso por ser meu guia e me ajudar a ultrapassar mais uma etapa.

Esta não é a dissertação dos meus sonhos. Mas é o culminar de imenso esforço e trabalho e por vezes muito desânimo.

Cada página, cada vírgula, devo-o graças as mais diversas pessoas e entidades. Ser-me-á impossível citar todos os nomes que foram contribuindo e enriquecendo-me com os mais variados conhecimentos na concretização deste projeto académico.

Os meus mais sinceros agradecimentos a todos os meus professores do Mestrado em Gestão e Território da FCSH/UNL, em especial na área de especialização Desenvolvimento e Território, pelos ensinamentos, acompanhamentos e disponibilidade demonstrada e em especial a minha orientadora, Professora Doutora Regina Salvador e a todos os meus amigos que me ajudaram na concretização deste projeto académico.

Resumo

São Tomé Príncipe é um dos países mais pobres do mundo totalmente dependente da ajuda externa. Desde a independência, a 12 de Julho de 1975, o país mergulhou num clima de instabilidade sociopolítica e de pobreza que vem afetando e condicionando o desenvolvimento socioeconómico da sociedade santomense. A fraca capacidade governativa dos dirigentes e a falta de consenso na classe política, as sucessivas quedas de governo, o elitismo e o favoritismo reinante tornam quase impossível que se encontre um caminho consensual para que o país possa efetivamente sair da situação de pobreza em que se encontra e começar a dar passos significativos rumo ao desenvolvimento e ao progresso.

Sendo um país com imensos problemas estruturais, que se vão agravando com o passar dos anos, São Tomé e Príncipe é um país extremamente frágil, onde a pobreza atinge a maior parte da população. A instabilidade política e social que se vive no país impede que a classe política nacional seja capaz de chegar a um entendimento para o progresso socioeconómico da nação. São Tomé e Príncipe é um país que dispõe de inúmeras potencialidades naturais, muitas delas continuam a ser mal aproveitadas devido à ausência de uma estratégia concertada que conduza o país ao desenvolvimento.

Mas para que aconteça é imprescindível que os órgãos decisores do país sejam capazes de primar por políticas credíveis, transparentes e viáveis, para que o progresso e desenvolvimento tão desejado pela sociedade santomense não seja apenas um sonho. Com a descoberta do petróleo no território santomense, a nação tem depositado todas as suas esperanças na exploração petrolífera e que com a arrecadação das receitas daí provenientes o país começará a trilhar o caminho do desenvolvimento e do progresso.

Palavras-chave: Desenvolvimento, recursos naturais, petróleo, boa governança, receita, políticas públicas, São Tomé e Príncipe.

Abstract

Sao Tome and Principe is one of the poorest countries of the world, completely dependent of external aid.

Since 12th of July 1975 date its independence day, the social political instability has been affecting its social and economic development, leading the country to a deep poverty.

The favoritism, the weak leadership capacity of those who has been ruling the country and lack understanding among every political author, are the cause of constant and successive down fall of the government, which is the main obstacle of the national devolvment process.

These entire structural problems tend to get worst with years and made the country extremely fragile and vulnerable. While the individual of each political author stands above the interest of the nation, the achievement of consensus seems to be impossible; meanwhile the majority of population is living under poverty. The country is enriched with lot of natural resources; wherever, it has been unable to make of these assets due to lack of well defined strategies.

More than ever, political power must designing and developing new ideas that can actually respond to the needs of the society, leading Sao Tome and Principe to the progress, so making the dreams citizens come true.

Keys-words: Development, natural resources, petroleum, governance, recipe, public policy, Sao Tome and Principe

Índice

Capítulo 1. Introdução	1
1.1 Conclusões	2
1.2 Metodologia	2
1.3 Enquadramento conceptual.....	2
Capítulo 2. Enquadramento geográfico e histórico, económico e social de São Tomé e Príncipe	8
2.1 Localização e caraterização geográfica de São Tomé e Príncipe	8
2.2 História de São Tomé e Príncipe	10
2.3 Organização Institucional e Política	13
2.4 Educação	18
2.5 Emprego	21
2.6 Pobreza.....	21
2.7 Proteção Social em São Tomé e Príncipe	26
2.8 Energia	28
2.9 Saúde.....	29
2.10. Finanças Públicas	30
Capítulo 3. As potencialidades de São Tomé e Príncipe.....	35
3.1. As Pescas.....	36
3.2 Agricultura	38
3.3 Turismo	39
3.4. Zonas Francas.....	44
3.5. Ambiente	47
Capítulo 4. Exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe	49
4.1. Petróleo Conjuntura Africana	54
4.2. Exploração conjunta entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria	56
4.3 Processo de concessão dos blocos petrolíferos	59
4.4. Legislação do sector petrolífero em São Tomé e Príncipe	62
Capítulo 5. Enquadramento Metodológico	66

5.1 Análise dos resultados dos inquéritos	66
5.2. Conclusão dos Inquéritos junto a população.....	72
Bibliografia	76
Apêndice	79

Índice de Figuras

Figura 1. Mapa de São Tomé e Príncipe.....	8
Figura 2. Distribuição da população por distritos	10
Figura 3. Ranking de níveis de corrupção dos países lusófonos	17
Figura 4. Estrutura do PIB (2012)	24
Figura 5. Frota pesqueira de São Tomé e Príncipe	36
Figura 6. Ex-dependência agrícola de São Tomé	41
Figura 7. Parque natural “Bom Sucesso” (São Tomé).....	42
Figura 8. Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe.....	44
Figura 9. Baía das Agulhas na (Ilha do Príncipe)	45
Figura 10. Porto de Fernão Dias Micoló (São Tomé).....	46
Figura 11. Zona desenvolvimento conjunta entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria.....	51
Figura 12. Evolução da conta nacional do petróleo	53
Figura 13. Ranking dos países da África Subsariana na exploração petrolífera.....	59
Figura 14. Representação gráfica do Sexo dos Inquiridos	66
Figura 15. Representação gráfica da Idade dos Inquiridos	67
Figura 16. Representação gráfica do Grau de Escolaridade dos Inquiridos	67
Figura 17. Representação gráfica do Conhecimento da existência do petróleo em São Tomé e Príncipe	68
Figura 18. Representação gráfica das vantagens e desvantagens do petróleo em São Tomé e Príncipe.....	68
Figura 19. Representação gráfica das Áreas prioritárias para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe	69

Figura 20. Representação gráfica dos impactos da exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe	70
Figura 21. Representação gráfica da Cooperação entre São Tomé e Príncipe e Nigéria no sector petrolífero.....	71

Índice dos Quadros

Quadro 1 Distritos de São Tomé e Príncipe	9
Quadro 2. Estrutura do Ensino em São Tomé e Príncipe (Decreto-Lei 53/88)	19
Quadro 3. Estrutura do Ensino (Lei nº 2/2003)	19
Quadro 4. Sinótico para alcançar o ODM em São Tomé e Príncipe	23
Quadro 5. Cobertura de proteção social da cidadania em São Tomé e Príncipe	27
Quadro 6. Cobertura dos segurados diretos e ativos	27
Quadro 7. Contas públicas entre (2011-2015)	32
Quadro 8. Evolução da dívida por credor (mil milhões dólares)	34

Lista de Abreviaturas

ADI	Ação Democrática Independente
ADC	Autoridade de Desenvolvimento Conjunto
ANP	Agência Nacional de Petróleo
BAD	Banco Africano Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
BES	Banco Espírito Santo
CIPSTP	Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe
CMC	Conselho Ministerial Conjunto
CLSTP	Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DHT	Direção Hotelaria Turismo
DOTMA	Direção de Ordenamento Território Meio Ambiente
DRI	Debt Relief Internacional
EIA	Energy Information Administration
ENRP	Estratégia Nacional Redução Pobreza
ERHC	Environmental Remediation Holding Corporation
EUA	Estados Unidos de América
FDC	Frente Democrática Cristã
FIDA	Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRID	Gabinete de Registo de Informação Pública
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
ICAI	Instituto Contabilidade Administração e Informática
IDA	International Development Association
IDF	Instituto Diocesano Formação
IDH	Indicador de Desenvolvimento Humano

INE	Instituto Nacional de Estatística
ISP	Instituto Superior Politécnico
MDRI	Multilateral Debt Relief Initiative
MLSTP	Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe
ODM	Objetivos do Desenvolvimento do Milénio
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Turismo
OPEP	Organização Países Exportadores de Petróleo
ONU	Organização das Nações Unidas
PASS	Projeto de Apoio ao Serviço Social
PCD-GR	Partido Convergência Democrática – Grupo Reflexão
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PAP	Programas de Ações Prioritárias
PIB	Produto Interno Bruto
RNB	Rendimento Nacional Bruto
S.D	Sem Data
STP	São Tomé e Príncipe
STPETRO	Sociedade Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe
EU	União Europeia
ZDC	Zona Desenvolvimento Conjunto
ZEE	Zona Económica Exclusiva

Capítulo1. Introdução

A escolha do tema: **“O petróleo: um contributo para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe”** teve como o principal objetivo de demonstrar, através de uma reflexão crítica, até que ponto a exploração petrolífera contribuirá para o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe.

Constituem ainda objetivos deste trabalho:

- Analisar a problemática do petróleo no contexto africano;
- Caracterizar o atual contexto socioeconómico santomense;
- Demonstrar as vantagens e desvantagens na cooperação bilateral entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria na repartição dos benefícios na exploração petrolífera na zona conjunta de exploração;
- Avaliar a perceção e as expectativas da população sobre os benefícios que advenham da exploração petrolífera;
- Propor medidas que visem uma melhor transparência e gestão dos fundos que provenham da exploração, também fazer uma comparação com as teorias dos diferentes autores sobre uma eventualmente exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe tomando como base, o que foi feito desde do momento em que foram assinados os primeiros acordos de exploração petrolífera com algumas companhias tanto ZEE, como na ZDC uma vez que a fase de produção petrolífera estava prevista para o ano 2012.

Uma gestão correta e transparente dos recursos petrolíferos em São Tomé e Príncipe poderá contribuir para o país auto financiar-se em projetos que possam contribuir no desenvolvimento socioeconómico.

“O nosso petróleo deve ser um instrumento de vida, não de morte para do nosso povo”
(Bispos Católicos do Congo Brazzaville,2006)

O trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, desenvolver-se á toda teoria relacionado com tema em que se focam a evolução, contextualização e os principais contributos sobre os conceitos de desenvolvimento na perspectiva de diferentes autores.

No segundo capítulo, far-se-á a localização e caraterização geográfica, histórica, económica e social de São Tomé e Príncipe.

No terceiro capítulo, procurar-se-á fazer uma descrição das potencialidades existentes no país demonstrando assim o porquê dos constrangimentos internos que dificultam a viabilidade de vários sectores em contribuírem para o crescimento e fortalecimento económico, e demonstrar que esses entraves podem ser superados desde de que haja um investimento viável para os setores chaves da economia santomense.

No quarto capítulo, debruça-se sobre o processo de concessão e exploração petrolífera entre São Tomé e Príncipe e também uma caracterização da Agência Nacional do Petróleo e a sua função como entidade reguladora e fiscalizadora, e o conjunto de leis que regulam toda atividade do setor em São Tomé Príncipe.

No quinto capítulo, discute-se o estudo caso na apresentando os resultados dos inquéritos feitos à população onde se tirou as principais conclusões.

1.1 Conclusões

Faz-se a discussão e uma reflexão dos principais resultados e termina-se com principais conclusões.

1.2 Metodologia

Nesta investigação, decidiu-se recorrer a um conjunto de métodos e técnicas que foram essencialmente a revisão bibliográfica e documental com a realização de inquéritos. Pretende-se aprofundar a problemática em estudo, através de artigos de revista, livros, relatórios e publicações diversas. No que toca à revisão documental, a análise recaiu fundamentalmente sobre um conjunto de legislação do sector petrolífero vigente no país e dados cedidos por vários organismos santomenses que estão ligados ao processo de uma futura exploração petrolífera no território.

Ao nível de metodologia de investigação, destaca-se a pesquisa bibliográfica, através de análise dos diferentes autores sobre as várias abordagens teóricas ao tema em questão e a recolha dos dados, efetuada através da realização de inquéritos a organismos estatais, empresas e a sociedade civil em geral. Foram inquiridas as seguintes instituições: a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a Direção do Ambiente, e a Empresa Oranto Petroleum em São Tomé e Príncipe. Foram ainda inquiridos 24 santomenses, todos residentes em território nacional. Os inquiridos foram de ambos os sexos e de idades compreendidas entre os 18 e os 50 anos. Os inquéritos foram aplicados durante duas semanas, tendo como objetivo central conhecer e avaliar a perceção da população santomense sobre a possibilidade de uma futura exploração petrolífera no país.

1.3 Enquadramento conceptual

Não é tarefa fácil buscar com conceito que pudesse agradar a todos os que investigam o desenvolvimento. Certamente muitos concordarão em afirmar que o desenvolvimento esta intrinsecamente ligada ao dia das pessoas, as suas metas, objetivos, traçados por cada um de nós, em vários aspetos da vida. O aspeto social, físico, cultural, económico, tudo que seja passível de gerar bem-estar de cada ser humano.

Para (Milani, 2007) o desenvolvimento enquanto projeto político nasce com a modernidade e se expande graça aos vetores pretensamente universais do projeto moderno, os modelos, Estado,

Nação, de articulação entre o público e o privado, da cooperação internacional, de gestão das relações económicas entre outros¹.

Na década de oitenta uma nova geração de economistas conduz ao ressurgimento da economia neoclássica associada á primazia dos mecanismos de mercado na condução do processo de desenvolvimento. O projeto do *New Public Management* (Nova Gestão Pública) que surge na Grã-Bretanha e os EUA, nos anos oitenta, e vai-se estender-se aos países em desenvolvimento, influenciado a forma de tentar alcançar o desenvolvimento, através de políticas de ajustamento estrutural e da agenda da boa governança².

Na década de cinquenta promoveu o desenvolvimento de instrumentos para descrição e análise da atividade regional (especialmente nos aspetos económicos) e a construção de modelos regionais e inter-regionais em regra na ótica do equilíbrio geral; a resolução dos problemas em toda a sua amplitude não foi encarada prioritariamente esperando-se que também esperando-se que também outras disciplinas considerassem, procedimento que viria a justificar a *Ciência Regional* (Lopes, 2001, p.346).

O desenvolvimento regional tem vindo a suscitado um interesse pelo fato de estar a aumentar significativamente os desequilíbrios regionais. Essa teoria está baseada em três pontos:

- As regiões com um potencial económico mais elevado podem atrair fatores de produção de outras regiões, deixando-as com menos recursos para desenvolvimento;
- As regiões mais atrasadas são sempre extremamente dependentes das que possuem uma base económica mais forte;
- Será sempre difícil para a região menos desenvolvida melhorar a sua base económica, particularmente num quadro concorrencial (Lopes, 2001, p.379).

A razão de índole económica são as mais marcantes é preciso que as regiões que são afetadas, sejam atribuídas condições que favoreça um desenvolvimento regional equilibrado e harmonioso.

As assimetrias vão variando de região para região, tornando umas regiões mais prósperas do que as outras. É preciso a elaboração de uma política regional que permita as regiões mais desfavorecidas ter acesso as mesmas condições que permita-lhes alcançar um patamar de crescimento desejado, e possivelmente se tornar uma região atrativa aos investimentos.

Todos esses fatores forma motivos de conferências nas Nações Unidas, para discutir e buscar soluções para definir estratégias, para uma sociedade mais humana, mas justa e equilibrada, em que o aspeto económico, e social esteja harmonizado. “Como se defende, o desenvolvimento pressupõe acesso aos bens e serviços básicos e às oportunidades em geral em situações de relativa igualdade, a

¹ Território e Desenvolvimento: Reflexões sobre o Contexto Amazónico e Proposição de um Modelo de análise p.5

² Parceria como estratégia de desenvolvimento local.

criação e manutenção de tais condições de acesso exige intervenção sempre que as assimetrias tendem a alargar-se como frequentemente.” (Lopes, 2001, p. 274).

O conceito de desenvolvimento passou por muitas definições e reformulações até a atualidade.

A primeira a teoria baseia-se no aspeto funcionalista do desenvolvimento; onde o desenvolvimento, surge quando as regiões estão economicamente viáveis, onde os polos de crescimentos tornam a força motriz para o desenvolvimento de uma região. Atração de benefícios económicos faz com que desenvolva novas atividades.

Tomando em conta as ideias de Perroux (1977), Myrdal (1968) e Hirschman (1961), onde defendem esta teoria. Para eles o desenvolvimento baseava-se num conjunto restrito de indústrias propulsoras centradas essencialmente em polos de desenvolvimento cujo processo de evolução se alastraria a áreas envolventes embora as áreas centrais crescessem à custa de vantagens económicas internas e também de outras áreas ³.

A segunda teoria é a teoria territorialista, onde o território de cada região é visto como peça fundamental do seu desenvolvimento, desde de que haja uma atenção aos fatores internos, enfatizando, a ideia de que o desenvolvimento só será alcançado quando houver uma interação entre os recursos humanos e naturais. Sendo o capital humano importante no desenvolvimento de um território. Os que defendiam que o território é essencial para o crescimento de uma região, tinham presente que era preciso desenvolver e criar uma interligação entre o meio social, ambiental, cultural, para que todos juntos pudessem chegar ao desenvolvimento.

O conceito do desenvolvimento tem vindo a ser debatido nos diferentes meios não só académicos, científicos e políticos, uma vez que tenta-se buscar de forma consensual um modelo de desenvolvimento que seja compatível para cada regiões e os países. Nas últimas décadas assistimos ao um crescimento económico acelerado, de determinadas regiões e o que começou a suscitar o levantamento de questões como a sustentabilidade de usar os recursos existentes na atualidade sem comprometer as gerações futuras. Daí surge a teoria da globalização e do desenvolvimento sustentável, que já não era só a quantidade que estava em causa, mas sim a qualidade de esse desenvolvimento a ser alcançado pelas sociedades contemporâneas.

Segundo Becattini (1990, p.30) um dos requisitos preliminares para o desenvolvimento e manutenção de um distrito industrial é a existência de um sistema de valores relativamente homogêneos. A existência de valores comuns facilita a transmissão de conhecimento e fornecimento de regras que regulam o comportamento⁴.

³Teorias e Modelos de Desenvolvimento (pp. 12-13). “Myrdal e Hirschman é que eles são os primeiros autores a fazer referencia a fatores de natureza não económica na explicação de processo de desenvolvimento e crescimento regional. Myrdal, por exemplo, realça a importância e a qualidade dos fatores de produção como determinantes do desenvolvimento, enfatizando questões como a qualificação da mão – de – obra, a comunicação, a consciência de crescimento etc.”

⁴ Distritos Marshallinos o caso de Águeda

Para que o desenvolvimento seja sustentável, produza efeitos, é preciso que a condição de desenvolvimento sustentável é preciso que as estratégias sejam ligadas entre elas. Atingir metas de sustentabilidade, é preciso criar estratégias que sejam a longo prazo, Sendo o desenvolvimento uma área multidimensional e vasta, ela precisa estar interligadas e criar pontes com outras áreas, não só a economia, apesar de ter uma grande importância, mas também, na área cultural, social educacional, ambiental, etc. Durante a conferência sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas, em 1999 que realizou no Rio de Janeiro (Brasil) em que os governantes se comprometeram em implementar estratégias que fossem em consonância com o desenvolvimento sustentável.

Segundo o conceito de desenvolvimento sustentável no relatório nosso futuro comum, elaborado pela na Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, que foi presidida pela primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. Esta cimeira definiu-se o desenvolvimento sustentável “um conjunto de processos e atitudes que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades⁵”.

O foco sobre as questões ambientais, veio unir-se as outras questões que já existem nas sociedades. O bem-estar social, social, cultural, são entre alguns aspetos que estão na agenda mundial.

A sustentabilidade do meio ambiente depende da atuação de cada do ser humano conjunto. É um processo que integração para garantir uma melhor qualidade de vida ambiental social cultural etc.

Nesse contexto as comunidades são chamadas a participar na criação de estratégias que permitam um desenvolvimento equilibrado.

Segundo Amaro (2003) o desenvolvimento participativo “é a adoção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e das melhorias das condições de vida das populações, desde a conceção a decisão à avaliação passando pela execução, direção e acompanhamento, implicando a afirmação plena cidadania, nos seus direitos e deveres⁶”. A participação ativa no processo de desenvolvimento deve ser caber a todos as instituições, a população como forma de poder ter oportunidade de escolher. O processo de desenvolvimento tem um duplo aspeto, sendo o primeiro constitutivo, é preciso que haja a constituição de todos os meios humanos, e matérias que estejam na disposição para assim poder desenvolvido. Outro aspeto é o construtivo, o desenvolvimento é um processo natural que vai passando por diferentes etapas até a sua concretização.

O desenvolvimento regional, se entende como o acesso de qualquer ser humano independentemente do lugar onde vive, aos bens e serviços. Mas para que se possa atingir esse objetivo a sociedade devera estar organizada. Significando assim o estabelecimento de uma rede hierarquizada centros (e de regiões associadas).

⁵ Parceiras como Estratégias de Desenvolvimento Local relatório da construção de um grupo de trabalho no domínio da nutrição em Caué

⁶ www.cases.pt/social em Portugal (2014)

A sociedade atual é palco cada vez mais de transformações cada vez mais globalizante onde todos são chamados a intervir.

A certeza que o desenvolvimento de cada região será um fator viável, se também termos em conta a sustentabilidade dos recursos que existem, e fazer um uso equitativo do mesmo através de uma política de curto médio e longo prazo.

Segundo a plataforma portuguesa ONGD (citando Fernandes, 2002 a35-38),

uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (EDS) deve compreender um conjunto, de processos, participativos e em contínuo aperfeiçoamento de análise, debate, capacitação, planeamento e investimento, que procure integrar os objetivos, económicos, sociais e ambientais de curto e longo prazo integradas mutuamente através de uma gestão e concessões mútuas.

Implica dizer que uma governação responsável, e engajamento de todos, para uma real mudança de mentalidade e de atitude. Para que tal seja preciso urge uma necessidade, de criar incentivos na área ambiental, para o desenvolvimento sustentável.

As linhas gerais para uma estratégia de desenvolvimento regional estar presente a organização espacial como objetivo de longo prazo, implica dizer que devem estabelecer-se prioridades concentrado em determinadas localizações estrategicamente.

O desenvolvimento esta em todas as esferas da vida de um ser humano, e cada vez assumindo contornos mais globalizantes. Foi o motivo que levou as Nações Unidas em Setembro de 2000 em conjunto com vários países em criar oito objetivos do milénio, o que passaria a chamar Objetivo Desenvolvimento do Milénio (ODM). Entre eles são:

1. A erradicação da pobreza extrema e da fome;
2. Educação primária universal;
3. Promoção da igualdade entre os sexos e o reforço do papel da mulher;
4. Redução da mortalidade infantil;
5. Melhoria da saúde materna;
6. Combate ao VIH/SIDA;
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Os objetivos propostos deveriam ser alcançados até o ano 2015, onde todos deveriam contribuir para alcançar as metas preconizadas.

Por isso vislumbra-se a responsabilidade quer da parte governamental quer da sociedade civil, na solução dos problemas que são públicos.

Nesta perspetiva, podemos dizer que, todas as políticas que sejam direcionadas para o desenvolvimento local estão sujeitas a desenvolver estratégias que incentivem e promovam o bem-estar social o individuo, e que fundamentalmente tenham um cariz integrador e não alienador. Que o desenvolvimento seja capaz que produzir efeitos que sejam para a melhoria das condições de

vida de cada cidadão, promovendo e dando oportunidade igualmente as iniciativas que possam contribuir para o crescimento socioeconómico de forma mais humana.

Capítulo 2. Enquadramento geográfico e histórico, económico e social de São Tomé e Príncipe

2.1 Localização e caracterização geográfica de São Tomé e Príncipe

Figura 1. Mapa de São Tomé e Príncipe



Fonte: www.senapi-stp.net (2014)

São Tomé e Príncipe é um arquipélago que se situa no meio do oceano Atlântico, perto do Golfo da Guiné e a 300 km² do continente africano. O arquipélago tem uma superfície de 1001km² São Tomé com 857km² e a ilha Príncipe 139km², de superfície, sendo o seu comprimento de 18km² e largura 10km². O país tem cerca de 250km de costa, repartidos por 180km no Príncipe. A distância entre duas ilhas ronda os 200.

Os países africanos que estão mais próximos são: a Nigéria 400km, a norte da ilha do Príncipe e o Gabão, a 350km a leste; nordeste, a 250km, encontram-se a Guiné-Equatorial e os Camarões.

São Tomé e Príncipe divide-se em quatro regiões administrativas: Norte, Centro, Litoral, Sul e Príncipe sendo esta ilha uma região autónoma desde (1994). As regiões subdividem-se em distritos: Norte (Lembá e Lobata), Centro Litoral, (Água – Grande e Mé-Zochi), Sul (Cantagalo e Caué) e Príncipe (Pagué).

Quadro 1 Distritos de São Tomé e Príncipe

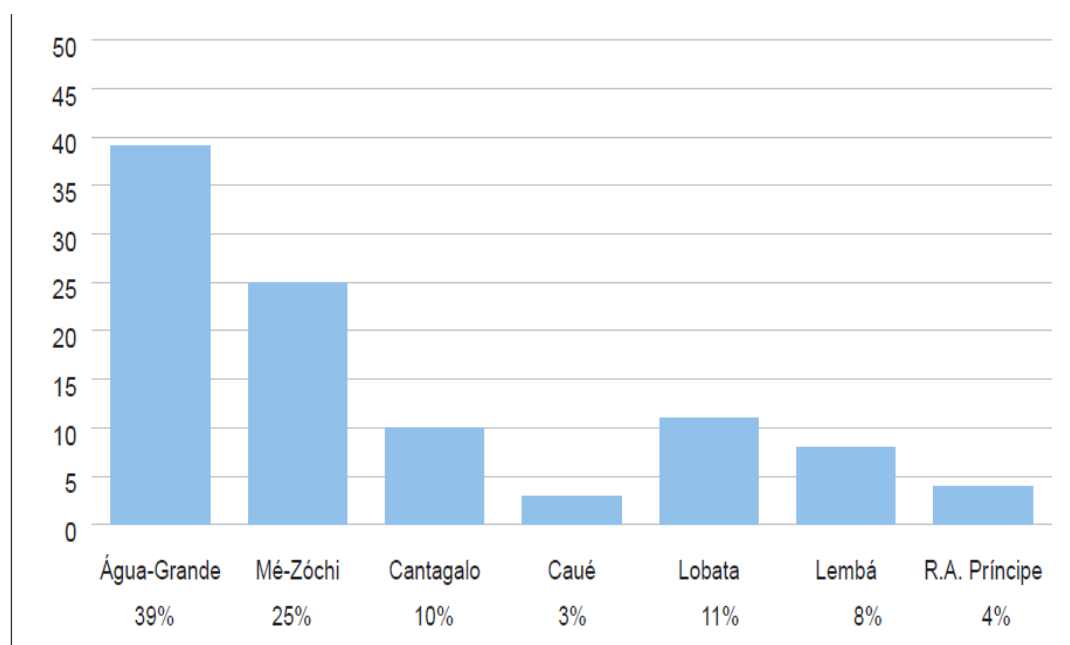
Ilhas/Distritos	Km²
Água-Grande	17
Mé-Zóchi	122
Cantagalo	119
Caúe	267
Lobata	105
Lembá	203
Príncipe/Pagué	142
Total do País	1001km²

Fonte: INE-ST (2014)

A densidade populacional do país estima-se em 187 356 mil habitantes, segundo o IV Recenseamento Geral da População (2012). As duas ilhas estão separadas da costa oeste do Continente Africano por mares que podem alcançar até 1.800 metros de profundidade. As ilhas nunca estiveram ligadas entre si ou com o continente. O país é montanhoso e a maior proporção da área está abaixo de 800 m. O ponto mais elevado é o Pico de São Tomé, que está a 2.024 m acima do nível do mar. A pluviosidade média anual é de 2.000 a 3.000 mm por ano, podendo alcançar 7.000 mm por ano nas florestas de neblina. Apesar de possuir uma área relativamente pequena, o país detém uma riqueza biológica única e comporta vários tipos de ecossistemas e endemismos, particularmente de aves, anfíbios e plantas.

O arquipélago é de origem vulcânica, sendo a rocha predominante o basalto. A disposição do relevo, caracterizado por fortes declives, torna inacessíveis algumas zonas, facto que propicia naturalmente, pelo menos em certa medida, a preservação da diversidade biológica. O clima é tropical húmido, caracterizado por duas estações, sendo a estação quente a mais chuvosa com fortes precipitações durante quase todo ano (cerca de nove meses), enquanto a *gravana*, que é a estação mais curta e relativamente mais seca, tem cerca de três meses de duração (de meados de Junho a meados de Setembro). A temperatura média anual é de 26°C.

Figura 2. Distribuição da população por distritos



Fonte: INE-ST (2014)

Nos distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi, são os distritos onde a densidade populacional é a mais elevada, sendo que 64% da população fazem a totalidade de esses dois distritos. A cidade de São Tomé que localiza-se no distrito de Água – Grande e a cidade da Trindade, o distrito de Mé-Zóchi, esses dois distritos são as áreas mais populosas do país, correspondendo assim a uma superfície equivalente a 13,8% do país. O distrito de Caué é o maior distrito a nível geográfico mas é o menos populoso, por ser considerado uma área rural.

Existem são grandes assimetrias na distribuição da população: 3.145 habitantes por km² em Água-Grande e 20,6 habitantes por km² em Caué, sendo a densidade populacional média do arquipélago de 138 habitantes por km²⁷.

2.2 História de São Tomé e Príncipe

No que respeita ao descobrimento do arquipélago de São Tomé e Príncipe, as suposições não são consensuais, mas a ideia generalizada pelos historiadores é que foi descoberto por Pedro Escobar e João de Santarém a 21 de Dezembro de 1470 (São Tomé) e 17 de Janeiro de 1471 (Príncipe), tendo sido colonizado pelos portugueses no século XVI.

Aquando do seu descobrimento, a ilha não estava habitada, começando a ser habitada apenas em 1486. Segundo os historiadores, a ilha do Príncipe começou o seu povoamento 16 anos depois, em

⁷ São Tomé e Príncipe: oportunidades e potencial de desenvolvimento (2012)

1502. Consta que a ilha do Príncipe foi dada como presente pelo rei D. Manuel I de Portugal⁸. A língua oficial é o português, apesar de existirem três línguas nativas que são faladas no país. O forró, que é falado em todo arquipélago santomense, depois a segunda mais falada é o lunguíé que se fala na ilha do Príncipe e a terceira que é o angolar, sendo essa última falada na região sul da ilha de São Tomé pelos angolares.

A partir do século XV um entreposto para comércio marítimo destinado ao tráfico de escravos e os portugueses estabeleceram aí uma economia de plantação visando a produção de cana-de-açúcar. Devido à escassez de colonos brancos e à ameaça de doenças tropicais foram encorajadas as uniões inter-raciais entre europeus e africanos e foram gradualmente concedidos direitos aos negros livres (mulatos) forros permitindo-lhes participar ativamente na economia e na vida política⁹.

Para Siebert, citando Castro Henriques (2000:12,35-44) a população do arquipélago era composta por uma diversidade de pessoas oriundas de vários lugares e diferentes grupos étnicos. A par dos portugueses que compunham a sociedade, colonial na altura, também havia brancos de todas as outras nacionalidades e de todas as esferas sociais (chegando também até brancos escravos). Contudo, o povoamento da ilha foi assegurado por escravos africanos de distintas etnias, havendo também negros ricos com escravos que adotaram costume europeus.

Os portugueses permaneceram no arquipélago por um período de 500 anos e colonizaram a ilha em dois períodos distintos: no século, XV a XVI dominado pelo ciclo de cana-de-açúcar e comércio de escravos; o segundo, em finais do XVIII a XX, dominado pelos ciclos de café e cacau.¹⁰

Com a queda da produção da cana-de-açúcar no século XVIII, dá-se início ao ciclo de cacau nas roças. Com a introdução a cultura do cacau, São Tomé e Príncipe torna-se o primeiro produtor mundial de cacau, o que fez com que a economia se tornasse próspera nas ilhas.

Para que os colonizadores pudessem ter grandes plantações de café e cacau, recorreram à expropriação das terras que eram dos nativos.

Devido aos desmandos do sistema, e sobretudo pelo facto de ter sido espoliada dos seus bens, a população nativa recusava trabalhar nas roças dos novos “senhores da terra”. É perante este fato que o sistema colonial implementa novas formas de escravatura, consubstanciadas na contratação de trabalhadores de varias regiões de África e do mundo, com destaque para Cabo-Verde. No mesmo período, países entre os quais a Inglaterra já começavam a exercer pressões sobre o trabalho escravo, o que viria a permitir a sua abolição em 1875¹¹.

⁸ “S. Tomé e Príncipe: Problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento” (encarada como estratégia, à iniciativa do processo de povoamento em S. Tomé parece ter iniciado somente a partir de 1494, com a chegada à ilha de muitos degradados e também algumas centenas de crianças judias expulsas de Espanha). “

⁹ Relatório Desenvolvimento Humano de São Tomé e Príncipe (2002)

¹⁰ Estado, políticas públicas e desenvolvimento: Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe. Ayres Bruzaca de Menezes (2012)

¹¹ Idem

Apesar de a escravatura ser abolida formalmente, a contratação de trabalhadores oriundos do continente africano para trabalharem nas plantações de café e cacau, sobre forma de trabalhadores *contratados*, o sistema de trabalho era forçado e as condições também não eram as mais favoráveis para os trabalhadores. Por volta de 1910, quando o arquipélago se tornou primeiro produtor de cacau, 90% das terras era controlado pelos colonos portugueses e pelos bancos, onde dominavam pequenas propriedades familiares produtoras de cacau¹².

O ambiente que se vivia na ilha entre a metrópole e os naturais da ilha não era dos melhores. Em 1953, os naturais que já estavam descontentes com a situação social que se vivia, revoltam-se contra as políticas impostas aos nativos. Esse descontentamento levou os nativos a revoltarem contra o que consideravam injusto. Com essa revolta houve uma repressão por parte dos colonos, o que ficaria a ser conhecido na história do país como massacre de Batepá de 53¹³.

Em consequência desse massacre de Batepá, o imposto indígena é abolido e novos cargos de administração foram progressivamente abertos aos nativos numa tentativa de conter a propaganda anticolonial¹⁴.

Como antes do cacau se tornar o produto mais rentável na economia do arquipélago, o café era o principal produto, os fazendeiros viam o café como uma melhor aposta, principalmente porque a mão-de-obra era barata e a terra era favorável para o cultivo do café. Mas o cultivo de café viria a conhecer o seu declínio, devido à falta de investimentos por parte dos fazendeiros, à instabilidade mundial na produção do café, ao uso intensivo do solo e ao surgimento de muitas doenças que começavam a afetar os cacaueiros.

Como os naturais da ilha, os *forros* se recusavam a trabalhar nas plantações de café houve a necessidade da metrópole importar mão-de-obra de outros países como Cabo-Verde, Angola, Moçambique entre outros. Para o forro, desempenhar o trabalho nas roças era semelhante à escravatura e era menosprezado pela elite santomense.

Com a evolução da sociedade aos nativos (forros e angolares) e Cabo-verdianos é concedido o estatuto de cidadão, enquanto os restantes serviçais, tais como Guineenses, Angolanos e Moçambicanos, eram considerados indignos perante a lei portuguesa na época ultramarina¹⁵.

Com a agudização das relações entre os nacionais e os colonos, a negação dos nativos em trabalharem nas plantações de cacau, e o bloqueio da exportação do cacau santomense ao estrangeiro por ser considerado “*cacau de escravo*”, o espírito nacionalista começava a despertar nos santomenses

¹² A insustentável leveza de ser santomense: Colonialismo, Socialismo, Liberalismo, e a Persistência das Desigualdades Sociais.

¹³ O massacre, que ficou conhecido por massacre de Batepá, permaneceu sempre um tabu para os portugueses e só muito recentemente começou a ser divulgado sem preconceitos (Revista Expresso n.º.1542. A ilha dos Vendavais, artigo de Felícia Cabrita de 18 de Maio de 2002).

¹⁴ A insustentável leveza de ser santomense: colonialismo, socialismo liberalismo e a persistência das desigualdades sociais.

¹⁵ Idem p.5

e, assim, começava luta contra o colonialismo, o que culminaria com a independência alcançada a 12 de Julho de 1975 e que traria consigo uma série de reformas políticas, sociais, culturais e económicas, que foram cruciais na determinação dos progressos e retrocessos que o país teve até a atualidade.

2.3 Organização Institucional e Política

Em 1974, dá-se em Portugal a Revolução de Abril que ficou conhecida pela “revolução dos cravos”, onde foi derrubado o regime fascista. Um ano depois, começa o processo de independência das colónias ultramarinas. São Tomé e Príncipe vê a independência chegar a 12 de Julho de 1975. Sob a liderança do partido Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP)¹⁶, instaura-se no país um regime de partido único com matrizes socialistas, sendo nomeado para ocupar o cargo de Presidente da República, Manuel Pinto da Costa, que governou o país durante quinze anos num sistema monopartidário, fechado a qualquer ideologia interna ou externa que “ameaçasse” a estabilidade do país. No início da década de 90, o país viria a conhecer uma mudança no seu sistema político. No tocante às relações externas, e sem embargo das relações diplomáticas então encetadas, o novo país que os dirigentes do MLSTP tinham acolhido estreitou as relações de cooperação com países socialistas, dos quais se destaca Cuba, Rússia, República Democrática Alemã e China.

Por esta altura, estreitamente vinculado a Angola, o arquipélago estava de costas voltadas para a costa mais próxima. Não por acaso, descartou-se a hipótese do turismo, desde logo associado à degradação moral, mormente à prostituição, como se esta fosse apanágio do capitalismo¹⁷.

São Tomé e Príncipe começava a mergulhar num profundo isolamento, o que foi imposto pelo regime único mas começava a despertar na sociedade um sentimento de revolta, ao darem conta que não era esta sociedade pela qual haviam lutado¹⁸. As desigualdades sociais eram crescentes, apenas os familiares e amigos próximos ao Presidente é que dispunham de vantagens. Com todos esses fatores que se iam amontoando na sociedade santomense as crispções entre aqueles que no passado tinham um objetivo comum, que era lutar contra o colonialismo português, o espírito de união começou a desintegrar-se entre os que faziam parte do partido, e passou a dar lugar a divergências ideológicas. O país começa a trilhar caminho para um sistema democrático e pluripartidário. Pela primeira vez foram realizadas as eleições legislativas e presidenciais, saindo vencedor o Partido Convergência Democrática-Grupo de Reflexão (PCD-GR). Para Gerard Siebert (1989, p.17) em São Tomé e Príncipe a introdução de uma democracia multipartidária só podia levar a uma maior transparência. A palavra mudança tornou-se o *brasão* que propunha o exilado Miguel Trovoada, o único candidato a

¹⁶ Inicialmente foi designadamente o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), (1960) o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (1972).

¹⁷ São Tomé e Príncipe na idade adulta: A Governação e o descaso da rua (2010)

¹⁸ O regime ditatorial assentava doutrina socialista, nos cidadãos. No temor e na obediência ao Estado. Sendo o país insular tornava-se mais fácil exercer o controlo nas pessoas.

concorrer às eleições presidenciais, a das quais sairia vencedor, apoiado pelo PCD-GR. No início da segunda República, a relação entre o Presidente Trovoadá e o governo do PCD-GR era aparentemente boa. Entre ambas as partes havia o compromisso e a lealdade para com os ideais democráticos, a economia de mercado livre e a integridade política” (Seibert, 1998).

A instabilidade política já se começava a fazer sentir entre o Presidente e o Governo. A situação tornar-se-ia insustentável, o que levou o Presidente a demitir o Governo, que na altura era chefiado por Daniel Daio, e a nomear um novo executivo. Foi o começo das sucessivas e inúmeras crises políticas que o país ainda hoje continua sofrer. Por iniciativa presidencial, nascia assim um novo partido político, que se constituiria a terceira maior força política do país, seguido do MLSTP-PSD, PCD-GR e o ADI¹⁹. Anos mais tarde, viria a ser chefiado pelo filho do ex-presidente que passaria a sucessão da liderança do partido ao seu filho Patrice Emery Trovoadá. Passados 38 anos desde a independência, a história do país é marcada por diversas situações de instabilidade, em que os sucessivos governantes ainda não foram capazes de solucionar muitos dos problemas que afetam e condicionam o desenvolvimento socioeconómico do país, muitas das querelas partidárias são frutos de clivagens familiares que são levadas ao extremo, ao ponto de condicionar o desenvolvimento da nação santomense. Por outro lado, também os conflitos derivam de quem pode controlar as verbas que são disponibilizadas por doadores internacionais para programas que visam lutar contra a pobreza no país. São Tomé e Príncipe já teve dezoito primeiros-ministros.

Importa salientar que nem mesmo com dois governos de reconciliação nacional, houve consenso de todos os partidos foram capazes de *unificar* a classe governativa santomense.

Esse clima de divergência entre o Presidente da República e o chefe do Governo, residia mais nas competências de cada um. Com isso, o Presidente, cria um governo de “iniciativa presidencial”, foi um dos primeiros e de muitos ao longo dos anos. Os governos de gestão ou iniciativa presidencial começavam a tornar-se frequentes no sistema político santomense, tão frequente como as, sucessivas quedas de governos, apesar de todas as transições serem feitas de forma pacífica. Nenhum Governo instituído democraticamente á terminou a sua legislatura até à data presente. Com um governo de gestão presidencial, apesar da sua inconstitucionalidade, serviria apenas para as exercer funções até que fosse empossado no governo. Esses factores todos foram-se tornando cada vez mais frequentes, e com consequências negativas para o desenvolvimento do país, o que dependia mais da ajuda externa dos parceiros bilaterais. A inflação subia a pobreza e a miséria acentuava-se progressivamente na população.

Com a abertura do sistema político santomense para ao multipartidarismo, começaram assim a surgir outras forças políticas, sendo os seus líderes são pessoas que num passado militavam no

¹⁹ Ação Democrática Independente foi fundada em 1994, pelo ex-presidente Miguel Trovoadá sendo a segunda força política mais importante no país.

MLSTP, e conseqüentemente não estando de acordo com os ideias do partido, preferem criar outras forças políticas, muitos de esses partidos são frutos de antigos militantes do MLSTP.

São Tomé e Príncipe, na cena política e institucional, são pautados por uma grande e crescente conflitualidade de interesses. Aqueles que ocupam cargos públicos não conseguem ser imparciais, no exercício das suas funções pelo excesso de familiaridade que existe no país, o que muitas vezes dificulta e compromete a credibilidade das instituições. A pouca eficiência, a dificuldade do sistema judicial, de que todos os cidadãos são e têm os mesmos direitos e deveres perante a lei, o baixo nível de quadros qualificados desde a cúpula governativa, até os funcionários da administração pública, demonstra que, não só existe um problema estrutural, como também a falta de estratégia, separação de poderes e de organização para fazer funcionar os sectores no país. Muitos dirigentes políticos do país são indiciados por crimes de corrupção a maioria nunca chega nem ao tribunal e os casos são arquivados.

A estrutura judicial santomense é deficiente, morosa e pouco eficaz. STP, significa” somos todos primos “ faz com que as pessoas compactuem de uma forma silenciosa com determinadas atividades ilícitas, que são cometidas por aqueles que ocupam cargos públicos, por laços de familiaridade e de amizade. Outra das expressões que já está enraizada em toda a camada social do país é a expressão *léve-léve*, palavra com muitos significados que ao longo dos anos foram sofrendo transformações negativas, menos boas muito por causa da situação social que se foi degradando no país. Todos esses condicionantes têm levado o país à baixa produtividade, e ao crescimento muito insignificante e ao aumento de pobreza generalizada.

A história São Tomé e Príncipe, à semelhança de muitos países africanos, foi palco de inúmeras tentativas de golpe de estado. A primeira tentativa de golpe de estado dá-se em 1995, liderada pelo tenente Taty das forças armadas santomenses, estando em causas condições salariais dos militares santomenses. Os militares revoltosos, chegaram a deter o Presidente Miguel Trovoada, que foi levado para o comando militar das forças armadas, para que se inteirasse das condições de vida dos militares. Contudo chegou-se às negociações com as autoridades governamentais, em que foi restituída assim a ordem governamental, e ficaria a promessa que o governo viria a cumprir as exigências feitas pelos militares revoltosos, coisa que não chegaria a acontecer.

A segunda tentativa foi protagonizada pela Frente Democrática Cristã (FDC), partido político sem assento parlamentar ligado aos santomenses que integraram o Batalhão Búfalo sul-africano, durante o regime do apartheid foram acusados de engendrar o golpe de estado de 2003. Aproveitando a ausência do Presidente Fradique de Menezes, na Nigéria, os ex-búfalos, sob a liderança do major Fernando Pereira vulgarmente conhecido por (Cobó) desencadearam atos golpistas. Foram feitos reféns os membros do Governo e o presidente da Assembleia Nacional e a primeira-ministra Maria das Neves. Os golpistas alegaram como causa, a insatisfação que recaía sobre a governança da ex-ministra, e os atos de corrupção e má gestão. A mesma liderava o governo de salvação nacional. Os militares formaram uma Junta de Salvação Nacional, na qual participavam alguns civis e decretaram a

destituição dos principais titulares de cargos políticos, incluindo o Presidente e os membros do Governo.

Os militares decidiram criar uma junta de salvação nacional, a qual tinha como objetivo substituir o governo que fora deposto, mas as pressões externas que a junta foi sofrendo viu-se obrigaram-na a restaurar a ordem constitucional. O Presidente que encontrava fora do país regressou, como chefe da nação, e os militares que haviam dado o golpe de estado foram todos amnistiados, sem que as suas reivindicações iniciais fossem cumpridas. O acordo foi conseguido através da mediação do Presidente nigeriano Obasanjo. Em 2013, as fontes de informações locais, noticiavam uma outra tentativa de golpe de estado, que não chegou a concretizar-se e que culminaria com a detenção de um sargento das forças armadas no aeroporto internacional do país, que tudo indicava que preparava para deixar o país com destino a Angola.

A corrupção, tal como acontece noutros países, não é um fenómeno novo, muito menos na sociedade santomense, em que está enraizada no sistema político. É uma atividade que se vem tornando um problema público que as autoridades locais não têm conseguido travar. A corrupção em São Tomé e Príncipe é um dos graves males que impede o desenvolvimento social do país, ela tornou-se cíclica e incontrolável. Não pretendemos debater exaustivamente sobre as consequências nefastas que tem trazido a corrupção desde á implementação da democracia, mas demonstraremos que com a prática ativa da corrupção tem fragmentado o país.

A corrupção e a boa governação ainda não são frequentes no sistema governativo, tornando assim o aparelho do Estado vulnerável para a prática da corrupção.

Os primeiros casos de corrupção remontam para a década de 90, mais concretamente em 1993, a Caixa Nacional Poupança Crédito (CNPC), já não existente, foi assolada com escândalos de desvios de fundos, irregularidades, rent-seeking etc²⁰. Um outro caso de corrupção, foi dado em uma outra instituição bancária, o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), em 1994 o governo demiti o Governador na altura Adelino Castelo David, na sequência de ter abusado de fundos suecos destinados para o apoio á balança dos pagamentos para aquisição de viaturas para a instituição²¹.

Em 2004 outro escândalo financeiro envolvendo altos dirigentes políticos, que indiciavam para crimes de falsificação de documentos, peculato, gestão pública danosa. Em causa estavam quatro milhões de dobras (cerca de 16 mil euros), resultantes da venda do arroz ao arquipélago, no quadro da ajuda alimentar do Japão. O Gabinete de Gestão das Ajudas (GGA) criado em 1993 para gerir os

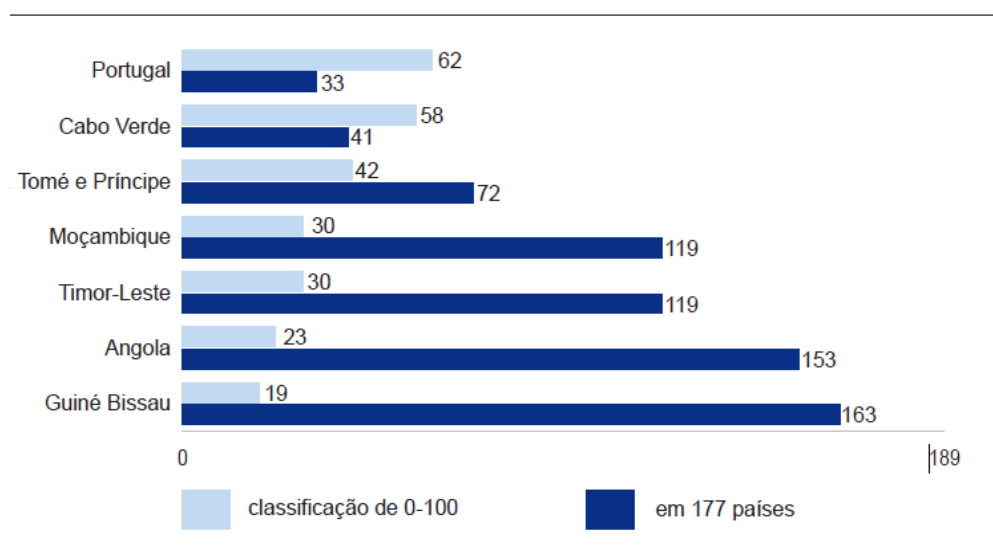
²⁰ Gerhard Siebert “Democracia e corrupção, caso de São Tomé e Príncipe.” Um diretor aprovou pessoalmente pedidos de crédito, que consoante, tinham que ser submetidos ao Conselho de Administração para a decisão. Uma parte do dinheiro emprestado foi imediatamente trocada em divisas no mercado paralelo e depositadas em contas bancárias no estrangeiro consequentemente o FMI exigiu o encerramento da CNPC. Somente em Outubro de 1997 o governo liquidou o CNPC, cujos empréstimos tinham atingido um valor de 4 bilhões de dobras (900.000 dólares americanos).

²¹ Gerhard Siebert “Democracia e corrupção caso de São Tomé e Príncipe “.

donativos que chegavam ao país dos diversos parceiros bilaterais e multilaterais²². Um outro escândalo recentemente tornado público, dava conta que uma firma pertencente ao Secretário-geral do partido PCD-GR, havia importado 900 toneladas de arroz que estavam destinadas ao abastecimento do mercado interno, que estavam impróprias para o consumo alimentar. Segundo agências de notícias local dava conta que o arroz era impróprio, uma vez testes que comprovavam a presença de baterias²³.

Segundo dados divulgados em 2013 pelo organismo internacional que mede (Índice da Perceção de Corrupção), IPC demonstrou, que São Tomé e Príncipe encontra-se na posição 72^a, com pontuação 42 numa escala, que vai de zero (muito corrupto) a 100 (nada corrupto). Comparando com o ano 2011, o país registou uma ligeira melhoria face ao 100º lugar que ocupava num total de 183 países. No grupo dos países lusófonos São Tomé e Príncipe ocupa o 3º lugar de 2010 a 2013.

Figura 3. Ranking de níveis de corrupção dos países lusófonos



Fonte: internacional transparency (2014)

Para o presidente do Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe (CIPSTP): “o combate à corrupção tem-se mostrado pouco eficaz. O combate à corrupção exige uma magistratura capacitada corajosa e independente algo que nos falta quando vemos os procuradores a arquivarem casos por falta de provas ou até meios para a investigação”²⁴.

São inúmeras as situações lesivas ao estado que na maioria são arquivadas, e tornando assim a fazer parte do quotidiano na vida do país, o que em grande medida atrasa o desenvolvimento, e

²² www.publico.pt/.../destacadas-personalidades-do-estado-de-sao-tome-e-prin... (2014)

²³ www.telanon.info/.../testes-do-ciat-colocam-arroz-importado-pela-firma-... (2014)

²⁴ www.telanon.info/ São Tomé e Príncipe (2013)

ficando muitas vezes em causa o bom nome da justiça, tornando-a às vezes injusta quando por vezes há pessoas que cometem pequenos delitos e cumprem penas excessivas, enquanto os praticam crimes como a má gestão dos bens públicos quase nunca são punidos.

As maiorias de casos de corrupção invariavelmente não são tratados de acordo com a Lei, a maioria ficam ou caem no esquecimento até que surge novos casos.

O mau ou parcial funcionamento da justiça também é um fator que faz com que o crescimento do país vê-se comprometido. É preciso propor medidas que estejam ao alcance do poder executivo. A reorganização do sistema judicial também passaria pelo uso das novas tecnologias contribuirá para mitigar a morosidade o excesso de burocracia, assim como também uso de teleconferências, que poderiam diminuir os constrangimentos nas deslocações. É importante as leis sejam atuais e adequadas a conjuntura atual do país.

A consolidação de um estado de direito justo e equitativo, onde os direitos e garantias de todos os cidadãos estejam assegurados, só poderá ser possível se houver uma política credível e capaz para fazer os devolver ao cidadão a confiança nas instituições estatais.

2.4 Educação

Em 1999 realizou-se em Jontiem, na Tailândia a Conferência Mundial sobre a Educação, à qual São Tomé e Príncipe aderiu em que ficaria assente que,

cada pessoa, criança, jovem ou adulto, deverá estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas para satisfazer as suas necessidades básicas. Estas necessidades abarcam ferramentas essenciais para aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo a solução dos problemas²⁵.

Apesar da adesão aos princípios de que qualquer cidadão deveria ter acesso livre a educação, no país, não veio a suceder, muito por falta de uma política coerente e direcionada para o acesso a educação universal e com qualidade.

Relativamente à taxa do analfabetismo no país, no ano 2003, houve um aumento da taxa de analfabetismo, principalmente no sexo feminino. Em 2006, houve um decréscimo nos valores, mas houve uma maior incidência no sexo masculino. No ano 2009, a tendência foi um aumento que incidiu mais nas mulheres. A tendência da taxa de analfabetismo recai mais sobre as mulheres, uma vez são o segmento mais vulnerável da sociedade, sendo muitas delas trabalhadoras e chefes de família, que cuidam e mantêm o lar, o que dificulta a sua integração nos estabelecimentos de ensino.

Nos anos noventa, e até à atualidade, o sistema educativo do país estava baseado, pelo menos em termos teóricos, em duas perspetivas distintas. Durante toda a década de noventa e nos primeiros anos deste século, esteve estruturado de acordo com o Decreto-Lei nº53/88, só sendo obrigatórias as

²⁵ 1º Simpósio Nacional de Educação XX Semana da Pedagogia. A conferência de Jontien e as suas principais expressões na legislação educacional brasileira da década de 1990: O caso da LDB, do PCN.

primeiras quatro classes. Com a entrada em vigor da Lei nº 2/2003, a escolaridade até aos 6 anos passou a ser obrigatória.

Quadro 2. Estrutura do Ensino em São Tomé e Príncipe (Decreto-Lei 53/88)

Ensino Primário	1 ^a -4 ^a Classes
Ensino Secundário Básico	5 ^a -9 ^a Classes
Ensino Pré – Universitário	10 ^a -11 ^a Classes

Fonte: www.africanos.eu/ceaup/ 2014

Quadro 3. Estrutura do Ensino (Lei nº 2/2003)

Ensino Básico	1 ^a Ciclo	1 ^a -4 ^a Classes
	2 ^a Ciclo	5 ^a - 6 ^a Classes
Ensino Secundário	1 ^a Ciclo	7 ^a -9 ^a Classes
	2 ^a Ciclo	10 ^a -11 ^a Classes
Ensino Superior	Politécnico	
	Universitário	

Fonte: www.africanos.eu/ceaup/ 2014

Em aspetos gerais, poder-se-á dizer que o sistema de ensino santomense ainda apresenta imensas lacunas que deixa a desejar a qualidade do ensino no país o que reflete o baixo potencial dos alunos na vida académica. Existe apenas um estabelecimento de ensino pré-universitário no país, o Liceu Nacional, herança colonial. A entrada em vigor da Lei nº2/2003, que estabelece assim a obrigatoriedade do ensino até a 6^aclasse, constituiu um grande passo dado no ensino santomense, mas não foi suficiente. A má qualidade do ensino no país deve-se ao facto de existir pouca preparação metodológica que se exige no ensino, sendo muitas vezes pessoas que terminam o 12^a ano e vão dar aulas sem qualquer formação complementar.

Esse problema com que se depara o ensino tem vindo a aumentar. A falta de um centro de capacitação para os professores os baixos salários, as salas de aulas sobrelotadas, e a falta de matérias de trabalho tornaram o sistema de ensino deficiente, incapaz de ser uma instituição de referência. Apesar da deficiente estrutura educacional no país, estão sendo dados alguns avanços que permita assim inverter este quadro. A taxa de alfabetização de maiores de 15 anos decresceu de 73.2% em 1991/92 para 63.2% em 1999/2000, valor muito baixo comparando com o período pós-independência,

em 1987 ultrapassava os 70%. Este sucesso, que se presume ter-se conseguido graças à implementação do programa “Educação Solidária” fruto da cooperação brasileira e com o Banco Mundial em 2004. O ensino estruturado para crianças e jovens com necessidades educativas especiais ainda não é uma realidade no país, sendo de salientar que existe uma ignorância e ausência governamental nesse tipo de ensino, que faz com que muitas crianças ou jovens portadores de alguma deficiência não possam ser integradas no ensino, e tornando-os assim marginalizados pela sociedade. Em muitos dos casos são obrigados a sair do país por falta de meios adequados e profissionais capacitados para ensinar.

Já o ensino privado santomense tem vindo a crescer. Os poucos estabelecimentos existentes no país têm determinadas incongruências: o *Instituto Diocesano de Formação* (IDF), uma instituição privada criada em 1989 pela igreja católica, a docência do 5º ao 12º ano está sob a responsabilidade do Ministério de Educação de Portugal. Mas não é acessível a todos, uma vez que só os que têm melhores condições financeiras é que frequentam o estabelecimento. O país conta com três instituições de nível superior, sendo duas delas privadas: o Instituto de Contabilidade e Administração Informática (ICAI), que está vocacionado apenas para a área de gestão e a outra que recentemente foi criada, a Universidade Lusíada, com os cursos de Direito, Ciências Económicas e Empresariais e Informática. O Instituto Superior Politécnico, (ISP) foi criada em 1997/97, conta com áreas de, Português/ Francês, Matemática /Ciências e Geografia /História, Línguas e Literaturas Modernas, Física /Química e Línguas/Administração e Educadores de Infância.

Houve uma maior aposta na criação de centros de formação universitária, o que fez com que houvesse um crescimento quantitativo, o que de certa medida faz com que muitos estudantes possam concluir a sua formação académica no país, sem ter que esperar, na maioria dos casos, anos para poder conseguir uma bolsa, que lhes permita concluir os seus estudos no exterior. É evidente que esse alargamento da rede universitária do país não se traduz na qualidade do ensino. Contudo, persistem dificuldades na qualidade da educação primária, apesar dos enormes esforços que têm vindo a ser feitos no sentido da diminuição dos problemas existentes. A teleducação já faz parte do ensino no país, um projeto que tem como objetivo que os estudantes santomenses possam ter a formação académica através da televisão sem terem de se deslocar para o exterior. O sistema financiado pelo governo da Índia no quadro de um programa Pan Africano, foi instalado no Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe. Para uma primeira fase de teleducação, o governo santomense assinou acordo com universidades da Índia para formação de estudantes²⁶. Espera-se com esse acordo, que os estudantes santomenses possam trocar experiências com outros estudantes de forma a poderem aumentar e diversificar conhecimento e experiência cultural e académica. Este projeto alargará as suas áreas para a medicina que também poderá ser ministrada no Hospital Central Ayres Menezes do país.

²⁶ www.telanon.info/.../tele-educacao-ja-e-realidade-em-sao-tome-e-principe” (2011)

2.5 Emprego

A questão do emprego em São Tomé e Príncipe, é uma situação que vem merecendo uma especial atenção por parte do governo. Um desafio importante para São Tomé e Príncipe reside no desenvolvimento económico e na criação de emprego aos jovens. A situação é motivo de preocupação uma vez que a população santomense é maioritariamente jovem. De acordo com dados do FMI (*World Economic Outlook* 2011), a taxa de desemprego de São Tomé e Príncipe situou-se em 15.1% em 2010. Contudo existem dificuldades na adoção de medidas para a promoção de emprego, o que torna os jovens no segmento mais vulnerável da população.

Dados oficiais do emprego no país indicam que: a taxa de desemprego afeta cerca de 13,4% da população santomense e 9% da população não pobre. Nos distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi, são os que verificam maior taxa de desemprego, enquanto no distrito de Caué é o mais pobre é tem uma menor prevalência de desemprego²⁷.

O Governo também deve maximizar o potencial do sector turístico, investindo em infraestruturas geradoras de emprego. Por outro lado, reforçar as sinergias com o sector privado, a fim de vincular os programas nacionais de emprego dos jovens aos diferentes sectores, nomeadamente à construção e ao sector petrolífero, com o objetivo de garantir que as necessidades da força de trabalho serão supridas por pessoas com qualificações adequadas, seria visto como uma resposta política adequada ao desemprego dos jovens por parte do Governo²⁸.

2.6 Pobreza

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, a pobreza define-se como o estado ou qualidade de pobre, falta de recursos, penúria ou, ainda, indigência. É um fenómeno que está ligado à ausência de meios de um ser humano em poder satisfazer as suas necessidades básicas.

O novo quadro da pobreza vem afetando gerações, que já não encontram sentido nem um rumo dadas as crescentes dificuldades. Assistimos a um crescente número de gerações *desesperadas*, que querem resgatar-se assumindo um papel preponderante na sociedade atual, apesar das barreiras com que se deparam.

A pobreza era vista como algo que só estava associado aos meios rurais, hoje em dia ela está bem visível nos grandes centros urbanos.

A proliferação da pobreza tem levado a surgimento de novos mendigos em muitas sociedades. Vão surgindo:

²⁷Em meados dos anos 90, houve um aumento da população nas zonas urbanas uma vez que as populações que viviam nas áreas rurais abandonaram seu espaço, com destino as zonas urbanas, o que incrementou um maior número de desempregados e pessoas com baixa qualificação profissional, a maioria de essas populações eram agricultores, carpinteiros, pescadores etc. Ver em Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2012-2016) pp.20-22.

²⁸www.perspetivas para africa.org/são tomé e príncipe (2012)

- Os vendedores ambulantes, antes maioritariamente do sexo masculino, mas com a degradação das condições de vida, também surgem as mulheres e as crianças;
- A prostituição que não sendo recente assume uma nova dinâmica (prostituição masculina);
- Jovens que abandonam o estudo e formam em pequenos bandos e se dedicam ao furto;
- Os doentes crónicos que também são marginalizados;
- Toxicodependentes.

A pobreza é um problema que afecta a maioria da população santomense. Para as instituições financeiras internacionais, a má governação e a corrupção constituem causas da crise africana que determinam a dimensão da pobreza. Os conflitos permanentes entre os membros da elite santomense têm arrastado o país para uma situação de instabilidade desde a sua independência²⁹.

A pobreza é um flagelo que tem maior incidência nas mulheres, nos trabalhadores agrícolas, as pessoas que não vivem em zonas urbanas, nos idosos com mais de 60 anos que vivam sozinhos, nas feirantes etc. Os fatores que proporcionam o aumento da pobreza no país são: o acesso restrito a água potável e canalizada, a subnutrição os baixos salários que restringem a vida dos santomenses a um efetivo nível de vida. (Armindo Ceita Espírito Santo, 2009 pág.156). A questão da pobreza em São Tomé e Príncipe mostra que este fenómeno se agravou no período pós-independência e que os sectores da população mais vulneráveis vivem hoje em condições deploráveis. O autor refere que na sequência da degradação económica e financeira do país, a população atingida encontrou esquemas de vida para sobreviver à pressão asfíxiante da pobreza, nomeadamente, através de um sistema de troca que nos meios locais é conhecido por “candonga”, no qual as mulheres desempenham um papel relevante.

São Tomé e Príncipe com mais 191 países acordaram em criar políticas necessárias para conseguir cumprir com os oito ODM, entre um deles está a erradicação da pobreza até 2015. O último relatório apresentado por São Tomé e Príncipe publicado em 2008, indica que provavelmente o país alcance apenas três dos oito ODM: universalização da educação primária, redução da mortalidade infantil e o combate à SIDA, à malária, ao paludismo e outras doenças³⁰. O quadro que segue demonstra o empenho estatal na consecução dos ODM. A escolarização primária bruta situou-se em 133.8% em 2011 e a taxa de mortalidade infantil em 69% mortos por 1.000 nados vivos no mesmo ano, segundo os dados estatísticos do INE. Para tentar combater as desigualdades sociais, o Governo junto dos parceiros sociais, como a Santa Casa da Misericórdia e a Cruz Vermelha, tem levado a cabo um programa nacional denominado “refeição-quente”, para melhorar o estado nutricional da camada mais vulnerável da população, além disso também foram introduzidos incentivos financeiros destinados às mães com mais de três filhos para aumentar o nível educacional, garantindo a educação mínima obrigatória (6 anos).

²⁹ Armindo de Ceita Espírito Santo. S.Tomé e Príncipe: problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento p.149

³⁰ Objectivo do Desenvolvimento do Milénio São Tomé e Príncipe 2008

Quadro 4. Sinótico para alcançar o ODM em São Tomé e Príncipe

Probabilidade em ser atingido em 2015	Grau de empenho
Provável	Forte
Fraco	Razoável
Provável	Forte
Potencial	Razoável
Provável	Forte
Potencial	Razoável
Improvável	Fraco

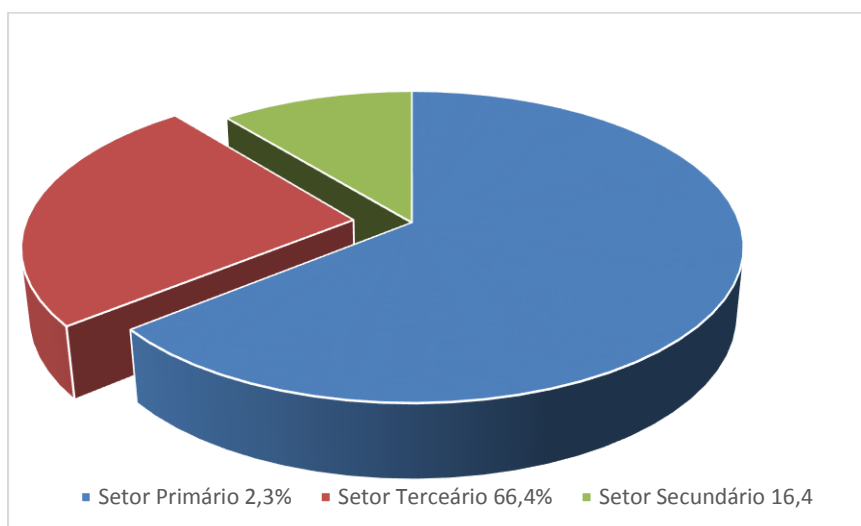
Fonte: UNUDAF (2014)

Segundo o relatório do PNUD³¹, de 2013, São Tomé e Príncipe ocupa a posição 144º entre 187 países com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,525.

Como foi referido antes, a pobreza é uma das causas do atraso socioeconómico em muitos países como também em São Tomé e Príncipe. Segundo os dados do ENRP-II (2012-2016), o desempenho da atividade económica tem sido fortemente dominada pelo setor terciário. De 2002 a 2011, este setor cresceu em média 6% e representa 66,4% do PIB. Foi impulsionado pelos sectores de comércio, transportes, armazenagem, comunicação, e administração pública. O setor secundário representa em média 16,4% do PIB, tendo crescido em média 2,6% durante o mesmo período. Neste setor o maior crescimento deu-se na indústria de transformação. Por fim o setor primário cresceu em média 2,3% o que contribui com 17,2% no PIB.

31 Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. Relatório sobre São Tomé e Príncipe 2013 "[Http://www.pnud.com/index](http://www.pnud.com/index)" www.pnud.com/index São Tomé e Príncipe/2013

Figura 4. Estrutura do PIB (2012)



Fonte INE.STP (2014)

A realidade santomense é pautada por um profundo desequilíbrio regional, o que tende à agravar-se e a acumular-se de dia para dia sem que exista uma resposta eficaz que possa combater esse desequilíbrio. O importante é que se encontre um modelo que seja adequado e de transformação do atual estado das coisas. Esse modelo consistirá em traçar linhas políticas que se encaminhem para corrigir o panorama existente. A questão básica centra-se na definição das linhas gerais de ordenação política a seguir, já que é claramente certo que sem uma estratégia bem definida corretamente implementada não haverá uma mudança de panorama atual.

Dados dos ENRP-II, relativos à pobreza a nível dos distritos no país indicam que houve uma descida da pobreza em todos os distritos do país, com exceção do distrito de Água – Grande (aumentou de 39,4% em 2000 para 52% em 2010). A maior descida verificou-se no distrito de Mé-Zóchi, que passou de 58,9% em 2000 para 38% em 2010. Não obstante os progressos verificados ao nível global, a maior parte da população pobre situa-se nos distritos de Caué e Lobata, onde mais de 50% das populações estão abaixo da linha da pobreza enquanto na Ilha do Príncipe a taxa está em 60,1%.

Os fins e os objetivos a serem alcançados serão determinantes para o desenvolvimento social das pessoas e bens e serviços básicos. Importa realçar que as regiões do país devem interatuar como um conjunto, não como sendo cada região isolada, buscando assim as suas próprias formas de desenvolvimento. Por tudo isso referido acima, é necessário uma definição de estratégias concertadas a nível de poder local, para uma maior operacionalidade dos objetivos a serem alcançados.

Esses relatórios identificam várias áreas como sendo potenciais alavancas para poder ajudar o país a sair da pobreza extrema. O primeiro relatório de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP-I) foi elaborado em 2002, contou com um Programa de Ações Prioritárias (PAP) de 2006-2008, e estabeleceu uma parceria para uma boa governação e redução da pobreza. O relatório

Perspectivas para África (2012) refere que, 49,6% da população vive abaixo da linha de pobreza e 15,9% em pobreza absoluta, em comparação, respetivamente, 53,8% e 19,2% em 2001. O Relatório também revela que a incidência da pobreza é maior nas mulheres (71,3%) que nos homens (63,4%). Esses dados indicam que houve um aumento considerável da pobreza em São Tomé e Príncipe. A alta incidência de pobreza nas áreas rurais determinou a migração de um número significativo de trabalhadores rurais para a cidade, fenómeno que poderá também estar ligado à insegurança alimentar. Além disso, a análise aponta como principais determinantes da pobreza, a falta de criação de emprego, o fraco poder de compra em resultado da alta inflação e a má gestão dos recursos públicos. O Governo, no âmbito do seu novo quadro de desenvolvimento (Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2016), considerou a redução da pobreza, a proteção social e a criação de emprego como elementos cruciais para o país alcançar um crescimento inclusivo.

O primeiro Programa de Luta de Redução da Pobreza, tinha como objetivos:

- Alcançar um ritmo de crescimento do PIB de 5% a partir de 2003;
- Reduzir a metade a percentagem da população santomense que vivia na situação de pobreza até 2010;
- Conseguir o acesso de toda a população aos serviços sociais básicos e promover a melhoria da sua qualidade de vida.

Este documento foi aprovado por Decreto na Sessão Ordinária de Conselho de Ministros de 19 de Dezembro de 2002 e promulgado pelo Presidente da República em 2003. Infelizmente a ENRP-I não conseguiu cumprir os objetivos para os quais foi criada, devido à falta de atualização dos dados sobre a pobreza no país e também à falta de recursos disponíveis para dar continuidade ao projeto.

Face à inviabilidade da primeira ENRP-I, o governo retomou o espírito e o processo participativo que norteou a sua elaboração e articulou com diferentes instrumentos. Entre quais se destacam, o Estudo Nacional das Perspectivas de Longo Prazo (NLTPS) e o Programa de Ações Prioritárias (PAP). O governo santomense comprometeu-se a elaborar uma nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II, (ENRP-II) com objetivo de redirecionar as intervenções em matéria de luta contra a pobreza para o período de 2012-2016.

Os objetivos traçados pelo governo santomense para o ENRP-II foram os seguintes:

- Alcançar uma taxa de crescimento do PIB de pelo menos 6%, (criando condições para uma diversificação consistente da economia);
- Reduzir em 10% a percentagem da população santomense que vive em situação de pobreza (promovendo iniciativas geradoras de rendimento, melhorando, por conseguinte, a sua capacidade produtiva);
- Conseguir que toda a população tenha acesso os serviços sociais básicos.

2.7 Proteção Social em São Tomé e Príncipe

O primeiro quadro jurídico-legal de Segurança Social no país foi aprovada em 1979, através da Lei, 2/79, conhecida como a Lei da segurança social, que apenas cobria os funcionários do Governo e trabalhadores sindicalizados. Posteriormente esta Lei foi substituída pela Lei 1/19. A emenda acrescentou dois regimes contributivos (regime geral e regime voluntário) e um sistema de ação social que visava apoiar as pessoas em situação de risco e de exclusão social. Há que destacar que com essa nova introdução, foram possíveis avanços na saúde e no bem-estar social da população.

Apesar de a Lei 1/90, ter sido modificada, abrangendo o regime contributivo, o que na prática não aconteceu mais tarde a Lei de Enquadramento da Proteção Social, Lei 7/04, veio a substituí-la. A lei de 2004 é também um grande passo para que a proteção social no país passasse a ser uma realidade, uma vez que definiu o modelo de proteção social em três partes.

Na Proteção Social da Cidadania, ela tem como objetivo proteger as pessoas que não fazem parte do regime contributivo, e abarca principalmente os mais desfavorecidos, como mulheres crianças, adolescentes em situação de risco. Este regime é essencialmente subvencionado por impostos e por doações, tanto internas como externas. A proteção social da cidadania, é uma modalidade que é subsidiada pelo estado e por várias organizações não-governamentais. Dificuldades de carácter financeiro são um dos maiores problemas, uma vez que a maior parte das ajudas são oriundas das ONG, e as contribuições que recebem do estado santomense são insuficientes para fazer face às necessidades das populações³².

A destacar essas ONG, estão a Cáritas a Santa Casa da Misericórdia entre outras. Os seus programas sociais são financiados pelo Governo Português.

Com base nos dados da Direção Proteção Social, em 2010, verificou-se que para os sete distritos do país, o total dos beneficiários deste regime foi cerca 4.479 pessoas, representando um total de 2,7% da população, sendo o nível de cobertura relativamente baixo, considerando que cerca de 50% da população vive na pobreza.

³² Diagnóstico de Segurança Social em STP/OIT-Portugal (2011)

Quadro 5. Cobertura de proteção social da cidadania em São Tomé e Príncipe

Tipo de Prestações	Beneficiários	% do Total
Total	4.479	100,0
Pensões sociais para idosos	3.045	68,0
Subsídios desconhecidos	2.024	45,2
Subsídios conhecidos	1.021	22,8
Apoio a mães carentes	1.224	27,3
Famílias com microcrédito	210	4,7

Fonte: Diagnóstico de Segurança Social em STP/OIT-Portugal (2014)

A Proteção Social Obrigatória é um regime contributivo, competindo a sua administração ao compete Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que faz parte do Ministério de Saúde e Assuntos Sociais. Este modelo engloba todos os trabalhadores que trabalhem por conta de outrem, e também por conta própria. Dados disponibilizados pelo INE, indicam que em 2010 o número de trabalhadores que pagavam as suas contribuições ao INSS, do setor público e privado chegou a um total de 9.604 pessoas.

Quadro 6. Cobertura dos segurados diretos e ativos

Setor	Segurados	Percentagem do total	Percentagem da população empregada
Total	9.602	100,1	19,2
Público	6.807	70,8	83,1
Privado	2.795	29,1	6,7

Fonte: INSS-INE (2014)

Com esses dados podemos concluir que 19,2% representa um total da população que exerce a sua atividade profissional. Outro dado relevante é que 70,8% dos trabalhadores encontram-se

empregados no setor público. Um em cada cinco funcionários públicos não está coberto pelo INSS. No entanto no setor privado apenas 6,7% dos trabalhadores são segurados pela proteção social, este fator deve-se a que a maioria dos trabalhadores independentes não está coberta pelo INSS.

Outro problema que afeta o funcionamento do INSS é a pouca informação que dispõe dos trabalhadores que não são declarados pela entidade patronal, o que dificulta a sua integração no sistema do INSS. O combate à evasão fiscal e a informatização dos serviços administrativos são dois dos muitos dos desafios que enfrenta o INSS, que põem em causa a continuidade e a eficácia do INSS em São Tomé e Príncipe.

Se houver uma política fiscal séria e regulamentada por parte do poder político, isso traduzir-se-á numa melhor disponibilidade financeira para o INSS e também uma maior e mais abrangente cobertura para os trabalhadores santomenses.

A Proteção Social Complementar é destinada exclusivamente aos filiados da Proteção Social Obrigatória. A incorporação é voluntária e tem como objetivo aumentar os benefícios face às contingências de invalidez, velhice e morte. Contudo, esse regime se encontra em fase de desenvolvimento e é muito incipiente.³³

Em termos globais, o sistema de proteção social em São Tomé e Príncipe é deficiente, uma vez que não engloba todos os cidadãos residentes no território nacional. Dados indicam que 4500 indivíduos estão abrangidos pelo sistema de proteção social, ou seja, 3% da população santomense. Este indicador não é compatível com as necessidades de proteção social de um país com níveis de pobreza que afetam metade da população³⁴.

O contexto do INSS, é fraco por existirem muitas lacunas, lacunas essas que são da parte estatal e da entidade patronal, e que em o único lesionado e o trabalhador. Mas estão sendo feitos esforços no sentido que o INSS seja uma instituição que abranja todos os cidadãos e que os seus direitos sejam assegurados pela instituição. É importante que o estado procure combater a evasão fiscal que alargue o leque de prestações sociais às pessoas, que crie melhores condições, e que zele pelo cumprimento cabal das normas que regulam o sistema social por parte de quem deve cumprir.

2.8 Energia

São Tomé e Príncipe vive uma crise energética desde a época colonial, o que tem atrasado o seu desenvolvimento. Cecílio Gonçalves, o penúltimo governador colonial, confrontado com o aumento da população e a urgente necessidade de desenvolvimento do território, frisou em 1972, a

³³ Diagnóstico de Sistema de Proteção Social em São Tomé e Príncipe (2011)

³⁴ Organização Internacional do Trabalho Diagnóstico do Sistema de Proteção Social em São Tomé e Príncipe.

necessidade de aumentar a produção de energia hidroelétrica aproveitando as quedas de água dos principais rios, tais como: Quija Diogo Pena, Jô Grande (São Tomé) e Papagaio no (Príncipe)³⁵.

A cobertura da rede elétrica é insuficiente, a capacidade de produção torna frequentes os cortes energéticos e duradouros. A falta de manutenção dos equipamentos e de pessoal qualificado na área técnica, todos esses fatores foi degradando o fornecimento energético no país. As autoridades locais decidiram elaborar um plano diretor de energia, compreendido entre 1991 e 1994 e do qual estruturou um plano das necessidades para o período compreendido entre 1991 e 2010³⁶. Este projeto, embora se deparasse com enormes dificuldades financeiras, estava em marcha. O objetivo essencial era acabar com a falta de energia que existia no país. Contudo, as metas a serem cumpridas não puderam ser alcançadas porque, o preço do combustível no mercado internacional tornava-se cada vez mais alto. A Empresa de Água e Eletricidade (EMAE)³⁷. Apesar de todos esses problemas a EMAE vai resistindo entre tropeços e atropelos, para a insatisfação do consumidor. Note-se que a situação no Príncipe é bem pior, o fornecimento energético em zonas do país é feita de forma intermitente. Muito já se tem falado, sobre meios adequados para solucionar este problema energético no país, como uma aposta na construção de centrais hidrolétricas, uma vez que o país possui uma bacia hidrográfica que permite a viabilização de pequenas centrais, o que diminuiria a dependência externa face aos combustíveis e forneceria uma energia limpa e sustentável.

Para colmatar enormes deficiências que existe no sistema de abastecimento energético, o governo santomense, assinou com a empresa brasileira “*Tecnic Serviços Lda*”, um acordo para a construção de uma barragem na parte Sul da ilha de São Tomé. O projeto está avaliado em 46 milhões de dólares e terá sua conclusão no ano 2016³⁸.

O governo santomense assinou um protocolo com a empresa Águas de Portugal (ADP), empresa portuguesa, onde a mesma empresa vai cooperar com a empresa EMAE, na melhoria de abastecimento de água, saneamento de águas residuais³⁹.

2.9 Saúde

O sistema nacional de saúde de São Tomé e Príncipe é deficiente e com graves problemas que ficam aquém das expectativas sanitárias existentes no país.

Os dados disponibilizados pelo INE, referem que a pouca qualidade de cuidados de saúde prestada à população, o baixo número de médicos nacionais e a escassez de recursos humanos

³⁵ Armindo Ceita Espírito Santo: S. Tomé e Príncipe: problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento (2009)

³⁶ Idem (pág. 70-71)

³⁷ Empresa Agua Eletricidade é a única empresa nacional que produz e abastece a energia elétrica no país

³⁸ noticias.sapo.pt/.../sao-tome-e-principe-assina-acordo-de-construcao-de-...

³⁹ <http://www.adp.pt/content/index.php?action=detailfo&rec=3281&t>

especializados, a carência de uma rede de cobertura de unidades sanitárias pelo país, condicionam o real funcionamento e o acesso da população aos cuidados básicos de saúde. O país apenas dispõe de um único centro hospitalar, o Centro Hospitalar Ayres Menezes (CHAM), que atravessa imensas dificuldades. Todos os casos são tratados lá, mesmo sendo aqueles mais graves e muitas vezes a assistência não chega a ser eficaz pela escassez de meios e medicamentos. O CHAM faz o que com que muitos doentes precisem de assistência médica fora do país, através da cooperação com outros países. A dificuldade em poder conseguir tratar os doentes, a falta de medicamentos e as poucas condições existentes condicionam um trabalho eficaz. As poucas clínicas privadas praticam preços exorbitantes que não se encontram ao alcance da população em geral, o que faz com que apenas quem tenha condições financeiras é que consegue ser atendido. Apesar de existir uma interação multisectorial entre os diferentes órgãos estatais do país, ainda não é possível falar da erradicação do paludismo em São Tomé e Príncipe. Esta doença consta na lista das principais causas de morte. Na ilha do Príncipe a situação não é diferente, a escassez de médicos e de especialistas, fazem do único centro hospitalar da ilha, mas se parece um centro de saúde, onde somente casos pontuais são tratados e os casos mais complicados são evacuados à São Tomé por falta de condições materiais e humanas adequadas.

A sida já começa a tomar proporções alarmantes, pelo crescente número de casos que surgem diariamente a prevalência da infeção da sida na população dos 14-45 anos é de 1,5%, sendo 1,3% nas mulheres e 1,7% nos homens do mesmo grupo etário. No que toca à distribuição territorial notam-se diferenças.

A Região Autónoma do Príncipe e o norte de São Tomé caracterizam-se por terem níveis mais elevados de prevalência (2.2% e 2.0%) e o nível mais baixo de encontra-se na região sul de São Tomé com 1%⁴⁰.

Segundo a ENRP-II, existe aproximadamente 1 médico por 3000 habitantes e um enfermeiro por cada 900 habitantes, uma parteira por cada 168 mulheres grávidas, mas a sua distribuição não é proporcional. As doenças mais comuns no país são a diarreia, doenças respiratórias e o paludismo, muitas delas são originadas pelo clima do país e pelos costumes e comportamento das populações.

2.10. Finanças Públicas

Desde de 1975 que São Tomé e Príncipe tem-se financiado com a ajuda externa. Com a queda da produção do cacau e consequentemente a redução do preço no mercado internacional, as contas públicas tem se relevado desastrosas o que conduziu o país a recorrer sistematicamente da ajuda externa quer seja de empréstimos ou de donativos dos diferentes parceiros bilaterais e multilaterais.

⁴⁰ Relatório Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2012-2016)

Essa ajuda internacional, tem vindo a diminuir consideravelmente muito por culpa da crise mundial de 2008 e também pela falta de uma gestão correta desses fundos.

Em Março de 2007 o país beneficiou da iniciativa aos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) *Heavily Indebted Poor Countries*, e da Iniciativa da Dívida Multilateral (MDRI) *Multilateral Debt Relief Initiative*), abrangendo capital em dívida externa que foi reduzida de 359,5 milhões de dólares, em 2006 para 110 milhões de dólares em 2008, representando assim 60% do PIB⁴¹. No início dos anos 80, São Tomé e Príncipe pôs em marcha uma política de financiamento do défice público recorrendo a empréstimos externos e à expansão da oferta da moeda. Fazendo face simultaneamente a baixas receitas geradas pela depressão do sector cacauzeiro e aos défices crónicos das empresas públicas, o poder público não tomou as medidas necessárias para mudar a situação. Com as cotações do cacau continuamente em baixa entre a última metade dos anos 70 e 1993, a situação financeira agravou-se devido à falta duma política fiscal voluntarista, à política de desleixo praticada nas despesas correntes, à implementação dum programa de investimentos públicos muito custoso e à gestão deficiente das empresas estatais⁴².

Segundo o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), 90% dos investimentos públicos foram feitos graças à ajuda externa, sendo que a parte mais significativa oriunda do continente europeu (2012). Com o fraco crescimento que marcou o ano 2013 a nível mundial, o que condicionou a execução orçamental em 2013.

A dívida externa, é uma das preocupações do governo e dos parceiros de cooperação internacional, em 2000 e posteriormente 2006 a dívida externa atingiu o valor.

A despesa pública tem sido superior a 40% do PIB, e mais de metade desse dinheiro público tem sido afetado ao investimento as receitas tributárias não ultrapassam 16,6% do PIB e o remanescente da despesa é financiando por donativos (15,4% do PIB/ ano em média) alguns bónus petrolíferos, segundo a avaliação da Caixa Geral de Depósitos (2024).

⁴¹ Estudo Caixa Geral de Depósito: São Tomé e Príncipe, oportunidade e potencial de desenvolvimento internacionalização das economias pp. 22-24

⁴² Políticas Públicas e Estratégia de Desenvolvimento para São Tome e Príncipe 2014

Quadro 7. Contas públicas entre (2011-2015)

Finanças públicas (valores % em PIB)	2011	2012	2013	2014	2015p
Receita total dos donativos e bónus de assin.do petróleo	37,1	33,6	31,7	31,9	32,7
Rec. tributárias	16,6	14,0	15,2	15,3	15,6
Rec. não tributárias	1,4	1,3	1,7	1,3	1,3
Donativos	18,3	17,5	13,2	15,5	15,8
Bónus petrolífero	0,8	0,8	1,6	0,0	0,0

Fonte: Caixa Geral de Depósitos (2014)

Entre os anos 2010 a 2014, o crescimento económico de São Tomé e Príncipe rondou os 5%. Os sectores como os transportes, os serviços, construção, obras públicas e comércio a retalho serão aqueles que mais contribuirão para impulsionar a economia nacional. Nesse período também não pode deixar de realçar que o IDE e também o bónus de assinatura petrolífera tiveram um grande impacto no aumento das receitas públicas no ano 2012 aquele proporcionou um ligeiro decréscimo no ano 2014 notou-se um crescimento considerável resultante dos inputs petrolíferos (bónus).

São vários os parceiros bilaterais e multilaterais que apoiam o estado santomense concedendo empréstimos ou donativos que são encaminhados para financiamento.

O processo de desenvolvimento esta intrinsecamente ligado em buscar parceiros que levem a encontrar novas formas de desenvolvimento. O desenvolvimento de novas parceiras que poderão abrir novas alternativas. São Tomé e Príncipe é um país de dependente de ajuda externa, para poder financiar-se. A semelhança de vários países, o país também tem desenvolvido cooperação com várias organizações regionais e internacionais; essas organizações têm desempenhando um papel muito relevante na luta contra a pobreza, e na ajuda socioeconómica

Esses parceiros de cooperação são:

- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), de que o país é membro desde de 1978. Até maio de 2013, essa instituição financiou 30 operações em diversos sectores, no valor global de 230 milhões de dólares;
- Organizações das Nações Unidas (ONU), através das agências especializadas. Em março, de 2014 o FMI conclui a terceira avaliação do programa económico e financeiro do abrigo do instrumento de crédito alargado, aprovado em 2012 por três anos, no montante de 4 milhões de dólares;

- Comunidade dos Países Língua Oficial Portuguesa (CPLP), criada em 1996, integrada, os países que falam português. Esta comunidade visa a concertação de relações internacionais e a materialização de projetos e a consolidação da língua portuguesa
- Banco Mundial também um dos parceiros-chaves do arquipélago santomense o financiou para a implementação de projetos até o ano 2013 com um montante de 100 milhões de dólares⁴³.

Estima-se que a dívida externa pública e com garantia pública de São Tomé e Príncipe tenha alcançado 221,6 milhões de dólares no final de 2012, representativa de 85% do PIB, segundo os dados da Caixa-Geral de Depósitos.

Apesar das vantagens que foram concedidas aos países pobres e altamente endividados, em que também se encontra São Tomé e Príncipe, para o FMI e o BM, existe um risco que poderá por em causa a sustentabilidade da dívida do país. Os financiadores multilaterais o maior peso cabem ao FMI/IDA e as instituições africanas BAD, a nível bilateral Portugal continua a ser o principal financiador seguido por Angola.

Para que haja estabilidade nas contas públicas é necessário uma boa governança. As experiências demonstram que bons indicadores de boa governação estão associados também a bons indicadores das finanças públicas e com vantagem nítida pelo menos a curto e longo prazo. As taxas de crescimento são em média mais elevadas nos países que conjugam democracia e boa governação e são por vezes mais duráveis⁴⁴.

⁴³ São Tomé e Príncipe não é membro da Organização mundial do comércio (OMC), mas beneficia de estatuto de observador São Tomé e Príncipe e o país também tem acesso preferencial aos mercados da União Europeia e dos Estados Unidos de América, fator relevante para os investidores interessados na exportação. Oportunidades e Potencial de desenvolvimento. Internacionalização das economias /Lisboa

⁴⁴ Centro de Investigação e Análise de Políticas para o Desenvolvimento. “A importância de prestações de contas advém, dentre outros do poder que tem de responsabilizar os gestores públicos pelas demonstrações financeiras apresentadas, através de um adequado sistema de controlo que previna e detecte, nomeadamente, possíveis situações de fraude, corrupção, manipulação de contas contratação irregular entre outros. Desta forma, a prestação de contas contribui para o reforço da confiança dos cidadãos na eficiência e eficácia na gestão das finanças públicas.”

Quadro 8. Evolução da dívida por credor (mil milhões dólares)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívida externa total	150,0	109,0	136,0	156,4	181,9	216,7
BAD	2,2	2,2	2,2	3,2	2,2	2,1
FIDA	10,2	3,9	5,7	6,5	7,9	8,0
FMI	2,4	3,7	4,4	4,4	4,9	5,5
IDA	9,7	9,7	13,7	13,4	14,9	14,1
Portugal	34,8	0,0	0,4	13,1	27,3	39,8
China	17,3	17,3	17,1	17,0	17,3	17,3
Angola	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Nigéria	0,0	0,0	10,0	10,0	20,0	30,0

Adaptado pela autora: Fonte: Caixa Geral de Depósitos (2014)

Capítulo 3. As potencialidades de São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é a terceira mais pequena economia do mundo, tem uma estreita base de produção e exportação, é altamente vulnerável aos choques externos e aos fluxos de ajuda externa. A base de exportações do país, constituída principalmente pelo cacau e pela indústria emergente do turismo, embora em crescimento, é muito pequena. O elevado défice da balança corrente tem sido financiado por transferências oficiais, investimento direto estrangeiro e bónus de assinatura para a exploração de petróleo. A ajuda externa pública financia cerca de 93% do programa de investimento público do país⁴⁵. Dados do Ministério de Finanças e Cooperação Internacional de São Tomé e Príncipe, revelam que a baixa produtividade faz com que o país sofra uma forte dependência externa. O recuo da atividade económica, trouxe uma diminuição da circulação do dinheiro. A poupança dos santomenses é baixa e não existe uma cultura de trabalho no sector produtivo, que poderia ajudar à diminuição das importações e aumentar assim das exportações. O cacau é o produto que contribui em grande medida para o crescimento das exportações. No ano 2012, o cacau rendeu aos cofres de Estado 5.1 milhões de dólares, em 2013 foi 5.6 milhões de dólares, representando assim 94,4% das exportações. A copra, o óleo de coco e o café representam 8,9% das exportações em que os principais parceiros são: Portugal, Bélgica, França, Holanda e Alemanha. Em 2013, o investimento neste sector rondava os 122 mil dólares. O país dispõe de um enorme potencial para se tornar um país de rendimento médio, com base na sua dimensão e no seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita, se conseguir uma gestão eficiente e transparente da sua riqueza em recursos naturais, evitando assim uma má gestão dos recursos.

Um dos progressos que foi feito no setor económico no país, foi a implementação de Guiché Único, que veio agilizar o processo de criação de empresas, através da criação do balcão de atendimento único. Estas medidas vieram facilitar o expediente para a criação de empresas, obtenção de licenças, recrutamento, registro de propriedade, aplicação de contratos e encerramento de empresas, pagamento de taxas, etc⁴⁶. Com este Guiché tornou mais célere agilizar o processo que abertura de empresas no país

É prioritário a consolidação das contas públicas, de modo a permitir a obtenção das receitas previstas. Para que São Tomé e Príncipe tenha um crescimento económico desejado, é necessário que as políticas governamentais sejam direcionadas para potencializar as áreas ou sectores que possibilitem e que contribuam para um crescimento social.

Não é tarefa fácil ter um crescimento económico a níveis aceitáveis, uma vez que o país é extremadamente dependente da ajuda externa. Apesar das dificuldades as autoridades locais têm feito uma serie de reformas que poderão dinamizar a economia.

⁴⁵ www.imf.org/external/country/stp

⁴⁶ Preparação a Terceira Conferencia internacional sobre desenvolvimento sustentável dos pequenos estados insulares em desenvolvimento Ápia, Samoa (2014)

3.1. As Pescas

O sector piscatório está em crescimento, sendo a principal atividade das comunidades que vivem nas zonas costeiras do arquipélago. Esta atividade contribui com 4,7% do produto interno bruto e emprega 7% da população ativa.

Figura 5. Frota pesqueira de São Tomé e Príncipe



Fonte: www.rotasturísticas.com(2014)

A semelhança das outras potencialidades do país, a pesca é uma atividade virada para o abastecimento do mercado interno e para o auto consumo. A atividade piscatória depara-se com imensas dificuldades que vêm condicionando o seu desenvolvimento. Segundo os dados ENRP-II (2012), São Tomé e Príncipe concedeu licenças de pesca a mais 70 navios estrangeiros anualmente, nomeadamente da União Europeia e do Japão.

O BAD disponibilizou, em 2011, um montante de sete milhões de dólares que contribuíram para aumentar a produção alimentar no país. Este montante também foi investido no sector das pescas e da agricultura⁴⁷. Apesar destes dados indicarem um crescimento e melhoria nas pescas, a organização de mercado interno de pescado é defeituosa, devido à falta de estruturas adequadas para a venda de pescado e o fraco nível de capacitação dos pescadores. O país tem um imenso potencial, estimado em 12 000 toneladas por ano 9.000 t à volta de Príncipe e 3 000 à volta de São Tomé). Contudo, o país explora apenas uma franja costeira da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), sendo que um potencial relativamente importante permanece sub-explorado. Este potencial representa uma perspectiva importante de crescimento ao nível da pesca artesanal e semi-industrial, cujas capturas poderiam praticamente duplicar em relação ao seu nível atual, melhorando o abastecimento do

⁴⁷ www.telanon.info/sao_tome.(2013)

mercado interno. Para isso, o sector necessita de investimentos adequados (infra estruturas de desembarque, embarcações, etc..), recursos humanos qualificados e recursos financeiros. São muitos os constrangimentos que enfrenta a atividade piscatória santomense, como:

- 1 - Falta de ponte de desembarque ou porto pesqueiro;
- 2 - Falta de equipamentos, materiais e apetrechos de pesca;
- 3 - Inexistência de dados estatísticos de pesca atualizados;
- 4 - Falta de crédito;
- 5 - Ausência de controlo de qualidade de produtos da pesca;
- 6 – Sobre-exploração de zonas de pesca mais próximas da costa;
- 7 - Frota de pesca artesanal e semi-industrial obsoleta e mal equipada.

Outro dos problemas é o embargo imposto pela União Europeia há mais de vinte anos pelo não cumprimento de medidas sanitárias. Contudo, o Estado santomense está a tomar medidas para resolver o problema. O país e a U.E têm um acordo de parceria na área das pescas, acordo que abrangeu o período de 1 de Junho de 2006 a 31 de Maio de 2010, tendo sido renovado por recondução tácita por um período de 4 anos mais. O protocolo abrangia o período de 13 de maio de 2011 a 12 de maio de 2014 e previa uma contribuição financeira anual de 682 500 mil euros, que engloba uma contribuição específica de 227 500 euros para apoio às pescas de São Tomé e Príncipe. Este acordo faz parte da rede de acordos de pesca do atum na África Ocidental e permite que os navios da UE, provenientes principalmente de Espanha, Portugal e França, pesquem nas águas de São Tomé e Príncipe⁴⁸. O acordo firmado prevê uma redução da quota máxima de captura do pescado pelos barcos europeus de 8500 para 7000 toneladas de peixe.

Também fica confirmado que a União Europeia pagará um valor anual de 455 000 mil euros por pescar, que serão disponibilizados para o planeamento estratégico de políticas das pescas, no combate à pesca ilegal, e melhoria das infra estruturas de monitorização e controlo das atividades pesqueiras na sua ZEE. O governo santomense pretende relançar a pesca semi-industrial. Nas palavras do Ministro de Plano e Desenvolvimento Agostinho Fernandes numa entrevista em 2013:

Nós recentemente inauguramos o centro pesqueiro da zona de Neves uma unidade que vai permitir melhorar um pouco a questão do tratamento do pescado, e nós, a trabalhar no sentido de com o investidor estrangeiro criar aqui as condições para o desenvolvimento de uma pesca semi-industrial com vocação para abastecer o mercado interno e para a exportação⁴⁹.

⁴⁸Acordo de Parceria no domínio da pesca adotado pelo Regulamento (UE) n.º 894/2007 do Conselho, de 23 de julho de 2007 (JO L 300 de 7/8/2007)

⁴⁹ Entrevista do Ministro de Plano e Desenvolvimento Agostinho Fernandes ao Jornal digital “Tela Non”

3.2 Agricultura

São Tomé e Príncipe é um país essencialmente agrícola com mais de um terço da população a exercer a sua atividade no sector agrícola, o que não se revela suficiente para satisfazer as necessidades da população. O setor agrícola continua a ser o setor primário da economia santomense. A agricultura em São Tomé e Príncipe era baseada essencialmente na monocultura primeiro da cana de-açúcar, depois no século XIX do cacau e do café.

Com a independência, e com a instauração do monopartidarismo e com uma economia planificada, foram nacionalizadas todas as antigas roças do país. Em 1993, iniciou-se uma reforma agrária com o apoio do BM, tendo como objetivo a modificação da estrutura fundiária através da distribuição de terras pelas famílias santomenses como forma de diversificar a produção⁵⁰.

A política de distribuição de terras aos pequenos agricultores, como forma de aumentar a produtividade nacional e diversificar o maior número de produtos agrícolas a serem cultivados, demonstrou-se desastrosa. Houve um fracasso nas políticas agrárias adotadas, uma vez que muitas terras foram deixadas ao abandono pelos agricultores, muitos não tinham experiência e havia escassez de equipamentos especializados para o cultivo. Com todos esses problemas que impossibilitavam a prática agrícola, os agricultores começaram a abandonar os terrenos destinadas ao cultivo, outros venderam os mesmos porque não eram rentáveis. Face a essa situação, começaram a escassear bens de primeira necessidade, o que originou uma dependência total nas importações de bens de consumo de primeira necessidade e como consequência começou o declínio do setor agrícola no país.

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) doou um valor de seis milhões de dólares para o desenvolvimento agrícola no país. Esse donativo é uma espécie de bónus pela maneira como o país tem gerido os montantes que são postos à disposição do desenvolvimento agrícola. O mesmo organismo prevê também um projeto que visa dinamizar o sector pecuário. Para o FIDA, São Tomé e Príncipe está nas listas de países que tem feito uma boa gestão e aplicação dos fundos. No ano 2011, o Banco Africano de Desenvolvimento disponibilizou 7 milhões de dólares para projetos de reabilitação das infraestruturas e para a segurança alimentar.

As iniciativas levadas a cabo pelos pequenos agricultores têm tido avanços significativos. Em 2013, houve uma melhoria nas exportações dos produtos agrícolas, sendo o cacau o que mais contribuiu para esse crescimento com cerca de 79%. O café, a pimenta e o chocolate e outros contribuíram para 21% das exportações. Apesar de existirem entraves, já se notam melhorias que vão possibilitando que a prática agrícola no país seja considerada um sector dinamizador do crescimento económico. Contudo, deve prevalecer uma melhor sincronização e coordenação entre os diversos órgãos estatais e atores envolvidos, tal como de uma legislação eficaz que possa regulamentar o sector

⁵⁰ AIP. Associação Industrial Portuguesa. Logistel S.A. Em fins de 1998 havia cerca 24.000ha de plantações de cacau (60% da superfície cultivada) dos quais 8.000ha pertencente a oito grandes empresas produtoras, 5.000 a 5.500 ha entregadas a cerca de 144 agricultores e 10.500 ocupados por plantações familiares. (2014)

agrícola e que as infraestruturas existentes sejam modernizadas e adequadas para que possam ser mais úteis. É importante também ver que a exploração agrícola deve ser sustentável, de modo a permitir o seu uso racional e para as gerações vindouras, que possibilite diminuir a dependência externa. E assim, também poder melhorar a alimentação das pessoas e que elas também possam fixar-se nas zonas rurais sem terem de que sair do seu meio e, deste modo, poderem dar o seu real contributo ao crescimento económico e à diminuição da dependência do país em relação às importações.

3.3 Turismo

O turismo em São Tomé e Príncipe representa 4% do PIB, e emprega uma parte muito pouco significativa da população, segundo os dados da Direção Hotelaria e Turismo (DHT 2012).

O país apresenta condições extremamente favoráveis para a prática de um turismo de qualidade, desde que estejam criadas as condições necessárias para a sua implementação. Com uma natureza exuberante, considerado por muitos um paraíso na terra, a gastronomia, o clima tropical, as belas praias, a sua fauna e flora de espécies únicas, são motivos que fazem com que o arquipélago santomense seja um destino agradável. Mas, para potenciar esse sector, é necessário que a qualidade da oferta esteja em consonância com aquilo que busca o turista. Ainda não se pode dizer que o país apresenta um turismo de qualidade: a falta de infraestruturas, de saneamento, a erradicação da malária, a fraca ligação aérea com o continente e as péssimas condições rodoviárias e as altos preços praticados pelas companhias aéreas que operam para São Tomé e Príncipe, fazem com que não se possa falar da existência de um turismo de qualidade. Contudo, estão a ser dados pequenos passos para sanar esses problemas que afetam o desenvolvimento do sector. A afluência de turistas à ilha ainda é baixa. Entre os que mais visitam a ilha encontram-se os europeus, nomeadamente os portugueses, principalmente pela questão cultural que une os dois países, (35% do total). Depois seguem-se os do continente africano, com um número estimado em 10% e do continente asiático e americano 9% (DHT 2010). O governo santomense, em parceria com a Organização Mundial do Turismo (OMT), organizou em 2013 a Semana do Turismo, jornadas que visavam refletir sobre o conceito do turismo no país, as suas perspectivas e respectivas soluções.

Nos últimos anos, o fluxo de turistas que se deslocou a São Tomé e Príncipe, vem crescendo gradualmente. Neste evento, o Ministro do Comércio, Indústria e Turismo informou ao Jornal Digital Tela nón⁵¹ que:

o turismo nacional ainda não conseguiu ocupar o seu devido lugar, está numa fase embrionária e queremos que ele cresça muito bem e que possa ser um fator de redução da pobreza e também fazer com que toda gente ganhe um pouco com as atividades turísticas no nosso país. Pretendemos realçar a importância do turismo para o desenvolvimento do nosso país e a necessidade de nos comprometermos com maior acuidade na defesa desta causa e, conseqüentemente, de nos

⁵¹ www.telanon.st (2013)

debruçarmos na condução de novos níveis de crescimento desse sector tão estratégico da nossa economia. A boa localização geográfica de S. Tomé e Príncipe, as autoridades e a segurança, a natureza e a cultura, sol e praias, constituem pilares basilares e potenciais turísticos e condição necessária para a efetiva participação turística, uma consolidação dos pilares do crescimento económico santomense.

O governo santomense considera o turismo uma das principais fontes de entrada de capital, demonstrando um grande potencial. O Plano Estratégico para o Turismo em São Tomé e Príncipe, aposta nos instrumentos de atração do investimento estrangeiro. Assim, as autoridades santomenses têm marcado presença nas feiras internacionais de turismo. O país participou na feira do turismo que se realizou em Madrid em 2013, tendo bons resultados e dando a conhecer ao mundo as suas, potencialidades turísticas.

Para o investigador Nuno Alarcão, São Tomé e Príncipe surge no panorama internacional como um país dotado que reúne condições propícias à promoção do turismo ecológico, verde e sustentável, uma vez que apresenta potencialidades únicas, ao nível dos ecossistemas, fauna, flora, história, gastronomia, cultura etc.. É importante, no entanto, perceber qual o papel que o turismo poderá desempenhar no futuro; essencialmente, no que confere à criação de mais empregos, formação profissional, melhoria das condições de vida, criação de saneamento básico, infraestruturas hospitalares e melhoria nos acessos rodoviários a criação de leis protetoras do meio ambiente principalmente no combate à deflorestação. Se tivermos em conta que os recursos naturais são limitados, existem baixas probabilidades de se recuperar os recursos esgotados. É, assim, natural que seja implementada uma mentalidade direcionada para a preservação e conservação dos recursos naturais, tanto em termos institucionais como em termos populacionais. A preocupação do bem-estar das populações está cada vez mais presente nas sociedades atuais. Torna-se, deste modo, pertinente, a perspectivas dual entre o turismo como fonte de receita para São Tomé e Príncipe e, por outro lado, a preservação dos recursos naturais e a preservação dos ecossistemas⁵².

Podíamos designá-lo de várias maneiras, um turismo ecológico, turismo natural, turismo ambiental ou turismo verde. Nesse contexto, podemos dizer à partida que o país tem todas as condições reunidas para que seja um destino turístico de qualidade. Contudo, é preciso que o governo santomense e os operadores turísticos desenvolvam políticas que vão de encontro às características naturais existentes.

No ano 2006, foram criados os Parques Naturais Ôbo de São Tomé e Príncipe, nomeadamente um na ilha de São Tomé e outro na ilha do Príncipe. Constituem uma reserva da vida selvagem, valorizando o património cultural e natural, por meio do ecoturismo e da preservação da flora e da fauna. Com uma área total de 195km² o parque natural do Príncipe ocupa a parte sul da ilha, numa

⁵² www.ceida.org/cd-congresso-luso-turismo/Alarcao-Nuno (2013)

área de 85km², os parques naturais ocupam o segundo lugar em África pela riqueza das suas aves, dado existirem 29 espécies endémicas⁵³.

A ilha do Príncipe foi considerada, em 2013, reserva mundial da biosfera pela Unesco. Nessa perspectiva, o governo local tem levado a cabo vários programas de sensibilização da população, alertando para a importância das áreas protegidas. Deste modo, podemos dizer que o turismo é uma aposta viável mas essa tarefa não só caberia ao Estado santomense como também à sociedade civil, no que toca à preservação e manutenção das áreas protegidas, uma vez que essas áreas protegidas, encontram-se dentro das comunidades locais, sendo que nos parques naturais vivem várias comunidades.

Em 2013, foi lançado um livro intitulado “As Roças de São Tomé e Príncipe” dos autores Duarte Pape e António Rebelo de Andrade. É desvendada a beleza das roças de São Tomé e Príncipe e o valor arquitetónico e patrimonial das mesmas.

Para Duarte Pape o objetivo é de deixar

um registo fotográfico de qualidade que possa manter viva esta amostra muito alargada de roças com uma especificidade e características únicas no mundo” compostas de um conjunto diversificado de edifícios a casa da administração, a escola, o hospital, a sanzala cada uma das roças estudadas “tem a sua particularidade e o seu grau de interesse histórico, arquitetónico, o seu simbolismo, mas o grande valor é o seu conjunto.

Figura 6. Ex-dependência agrícola de São Tomé



Fonte: www.jornalacores9.net/nacional/ (2013)

Para os autores depararam com o estado avançado de degradação das casas. A ausência de uma política destinada a conservação e restauração de esses edifícios que são uma parte da história do país faz com que a degradação continue sendo cada vez mais visível, outra das causas associada a sua

⁵³ www.obopark.com/pt/saotomeprincipe/nationalparks.htm (2013)

degradação é a propagação da natureza e assim caíam no esquecimento das autoridades santomenses. Para Pape, “que é preciso começar por travar a degradação para evitar a perda irreparável deste património e alerta que não há muito tempo para fazê-lo: “Mais 10 anos como foram os últimos 10 e com toda a certeza vamos ver as roças desaparecerem”.⁵⁴

Figura 7. Parque natural “Bom Sucesso” (São Tomé)



Fonte: www.obopark.com/pt/saotomeprincipe/national-park (2013)

É consensual que as potencialidades turísticas, não ficam pelas belas praias e águas cristalinas, pela exuberância da flora mas também pela tranquilidade pelo “*leve-leve*” e pela hospitalidade. Recentemente, São Tomé e Príncipe foi escolhido pela cadeia de televisão CNN no seu espaço Viagens, como um dos dez melhores destinos turísticos a ser visitado em 2014. Segundo esta agência de notícias, a beleza natural, a flora, a fauna, a tranquilidade do país, são todos os ingredientes necessários para quem procura umas férias de sonho.

Entre parques do Quênia e do Alasca, ⁵⁵jardins do Japão e árvores de Madagáscar, a aurora boreal da Finlândia, uma ilha situada na barreira de coral australiana, um mosteiro italiano convertido em hotel e desportos radicais na neve (Suíça) ou no mar (Papua Ocidental), a “dupla ilha” de São Tomé e Príncipe é “um bom candidato ao cliché da ilha exótica e paradisíaca”, considera a equipa do canal de notícias por cabo dos Estados Unidos.

Contudo, a escolha do turismo como um potencial principal para o desenvolvimento do país, faz com que São Tomé crie condições viáveis para poder assim concorrer com os países da região. É importante que São Tomé não se identifique apenas com a beleza exuberante da natureza, que vá mais além, que diversifique o seu campo de ação e busque estratégias que possam atrair todo o género de turista, oferecendo assim um turismo de qualidade e sustentável.

⁵⁴ <http://www.jornalacores9.net/nacional/arquitetos-portugueses-querem-salvar-a> (2013)

⁵⁵ sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=96252(2014)

Entre dias 23 e 25 no mês de maio de 2014, São Tomé e Príncipe acolheu a primeira feira internacional de turismo sustentado e desenvolvimento. Este encontro teve como objetivo central, discutir a problemática do turismo no país ”o evento juntará os operadores turísticos em torno da problemática do desenvolvimento do setor, sobretudo no sentido deste se transformar numa importante alavanca para o setor do emprego e para a própria economia do arquipélago”⁵⁶.

A visão de desenvolvimento não tem vindo só a passar pelo turismo, a pesca, ou a agricultura (e recentemente o petróleo). Outro sector que representa uma grande aposta é a implementação de uma zona franca offshore, que promova a atracção do investimento estrangeiro e também sirva de plataforma para prestação de serviço para outros continentes.

Não é propósito desta investigação fazer valer a tese que um turismo sustentável, pelas qualidades exuberantes que tem o país, seja uma aposta mais credível para o crescimento social e económico do país, nas sim demonstrar que também é uma das variantes em que se deve apostar, sem deixar de ter em consideração as limitações que existem. O turismo em São Tomé e Príncipe, apesar de estar na fase embrionária.

Com um melhor aproveitamento e equacionamento sustentável que o país oferece grandes probabilidades de transformar São Tomé e Príncipe num destino privilegiado. O importante é definir que tipo de turismo é o mais viável para o país uma vez que as estratégias não estão bem definidas. São muitas vozes internas que defendem um turismo ecológico pela sua fauna, flora, o altor valor endémico etc. Outros defendem melhores investimentos no turismo de praia e sol, porque existem condições para ser viável. Mas seja qual for variante turística adotada pelo Estado, ainda não estão criadas condições a nível de infraestruturas, erradicação da malária e também do aumento de mais ligações aéreas para o país. Acreditamos que a vertente cultural e a gastronómica são postas de lado pelos operadores turísticos, sendo que apenas oferecem *praia, sol e paisagem exuberante*. Para quem procura “paz e tranquilidade” existe a natureza exuberante e nada mais do que isso. Não existe um programa de divulgação do turismo cultural como a história as tradições, as características do povo santomense são marginalizadas.

Um dos graves problemas para essa falta, é dos próprios santomenses que são pouco dinamizadores da sua própria cultura, no que diz respeito a sua difusão, e como vê-lo como uma forma de ingresso de capital e criador de postos de emprego. O empenho é pouco e não visível.

Seja qual for variante a ser adotada pelo estado santomense e os operadores do sector para promoção e difusão turística do país, deve sempre ser incorporado o cariz cultural, a sua história, música, gastronomia, danças e as tradições.

⁵⁶ www.reporterstp.info/?p=17 (2014)

3.4. Zonas Francas

Outro sector que representa uma grande aposta, é a implementação de uma zona franca. Os projetos de implementação de zonas francas no país é um ambicioso projeto que tem como objetivo tirar o país do isolamento em que se encontra, em relação a região, fomentar trocas comerciais e também, o aumento do empreendedorismo nacional, aumentando assim o número de consumidores locais, que fossem indivíduos ou empresas.

Existe um grande interesse das autoridades nacionais na implementação das zonas francas, pelos motivos acima referidos. Importa ainda referir que as primeiras zonas francas que surgiram no continente africano encontravam-se, no Senegal, Gana e nas Ilhas Maurícias, tendo sido apenas nestas que registaram sucesso. As Ilhas Maurícias foram um caso de sucesso porque tiveram em conta os seguintes aspetos:

- Uma mão – de-obra qualificada, renumerada;
- Estabilidade política;
- Elevada participação dos investidores nacionais. Estima-se que, em 1985, apenas 14% do total das firmas pertenciam aos estrangeiros, 31% eram mauricianos e 55% sociedades mistas;
- Os estrangeiros a trabalhar não tinham significado;
- As mulheres tinham uma forte presença no conjunto da mão-de-obra local⁵⁷.

O governo santomense, através da Autoridade das Zonas Francas (AZF) pelo decreto-lei nº11 /89 de 20 de Janeiro de 1989, estabelece a criação de zonas francas offshore de carácter privado. Um dos locais escolhidos para desenvolver a zona franca foi o aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe, o qual estaria apto para desenvolver toda a atividade comercial, com uma dimensão de 20 hectares, mas até à data não houve nenhum avanço.

Figura 8. Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe



Fonte: www.telanon (2014)

⁵⁷ Idem pág. 88

Outra possível localização é a Baía das Agulhas situada na região autónoma da Ilha do Príncipe, que contaria com serviços de apoio às atividades petrolíferas e de navegação marítima no Golfo da Guiné, que se estende por uma superfície de 500 hectares. À semelhança do aeroporto internacional do país, até à data presente não foi iniciado nenhum trabalho para o referido projeto do aeroporto. A terceira e a última, seria um centro de negócios offshore⁵⁸.

Figura 9. Baía das Agulhas na (Ilha do Príncipe)



Fonte www.azf.st (2014)

O porto de Fernão Dias foi projetado para funcionar como um hub de transbordo e distribuição de cargas oriundas ou destinadas à África Ocidental e Central, no intervalo de Luanda até Abidjan, e tornar-se-ia o porto mais importante da região. Como consequência, São Tomé e Príncipe contaria com serviços de transportes mais baratos do que a totalidade dos países da região, tirando partido das economias de escala resultantes do facto de ser servido diretamente por navios de grande dimensão e seria o centro de redistribuição entre os portos da região, fazendo assim serviços eficientes e regulares que atualmente não existem. Em 2008, o governo assinou um acordo para a construção de um porto de águas profundas na zona de Fernão Dias, com a empresa francesa Terminal Link.

⁵⁸ www.azf.st (2014).

Figura 10. Porto de Fernão Dias Micoló (São Tomé)



Fonte: www.rotas turísticas.com (2014)

Mas o projeto de construção não foi avante, alegando a empresa a crise internacional. Passado tanto tempo sem nenhuma resposta conclusiva da empresa, e por falta de cumprimento de uma das partes, o acordo extinguiu-se. Nesse contexto, o governo santomense decidiu avançar negociações com potenciais investidores para a construção de porto de águas profundas. Existe um interesse por parte de investidores chineses, angolanos, entre outros.

O governo, pretende continuar a procura de novos interessados que queiram investir, de modo a dinamizar a economia do país.

De acordo com informações divulgadas a decisão de fechar as portas da Zona Franca, foi tomada pelo executivo santomense, por não ter correspondido às expectativas desde a sua criação há pouco mais de dez anos. Criada com objetivo de se promover a atividade comercial e de serviços tendo como infraestrutura de apoio ao aeroporto e porto do arquipélago, a Zona Franca visava ainda o desenvolvimento de atividade offshore e acolhimento de negócios financeiros nesta sub-região africana⁵⁹.

O projeto de criação de uma zona franca em São Tomé e Príncipe, foi um ambicioso projeto, que traria enormes benefícios económicos ao país, não só na criação de postos de trabalho mas também na arrecadação de capital que permitiria ao país sair da dependência, no que toca ao financiamento próprio e melhoria nas infraestruturas do país. No terreno ainda não passaram de lançamentos e cortes de fita figurativas. Dentre muitas questões importantes, é o papel crucial que desempenharão os investidores locais, uma vez que a maior fasquia pertence aos investidores estrangeiros, visto que os nacionais não dispõem de capital ou não se mostraram interessados em apresentar propostas. Outro fator que é limitativo é a carência de recursos humanos especializados no país, o que tornaria desvantajoso, uma vez que o pessoal qualificado teria que ser todo estrangeiro o que o recrutamento de nacionais e a criação de postos de trabalho estaria comprometida.

⁵⁹www.stpdigital.net/Política (2014)

Torna-se evidente que São Tomé e Príncipe terá uma tarefa árdua de se preparar para que se criem condições políticas e estratégias, de modo a que o país se torne futuramente um país de referência de investimento de capital estrangeiro e, assim, ir reforçando o seu papel no âmbito regional e global.

Mas também é preciso que o governo santomense assuma uma atitude responsável perante os investidores estrangeiros, que avalie a credibilidade financeira das empresas, se existem condições necessárias para que determinadas empresas sejam ou não capazes de cumprir com as obrigações assumidas. Em muitos casos, os sucessivos falhanços de vários projetos são atribuídos aos partidos políticos que, quando chegam ao governo, não conseguem dar continuidade a projetos de outra força política. E quando um partido chega ao poder, não dá continuidade aos projetos dos governos anteriores, ainda mais se são de facções políticas distintas, porque cada um quer ter o protagonismo de ter ou fazer um determinado empreendimento perante a opinião pública, principalmente na época das eleições, de forma a conseguir votos ante o eleitorado.

3.5. Ambiente

O problema da preservação dos ecossistemas do arquipélago santomense, tem sido uma preocupação para as autoridades locais, desde de 1975.

Contudo, a vulnerabilidade face às alterações climáticas que o meio ambiente vem sofrendo de dia para dia vão alterando consequentemente o meio ambiente.

São várias situações com que enfrentam as autoridades locais é por muitas vezes não conseguem por cobre a essa situação.

O abate de árvores desenfreado e descontrolado do, para agricultura, a utilização de madeira na construção de habitação, uma vez que as casas típicas e também são as mais baratas são feitas de madeiras, a erosão costeira, o uso de poluentes químicos nos rios e consequentemente a sua poluição e a diminuição das espécies que habitam nela, a desflorestação desmesurada são entre os vários problemas que vão pondo em causa a sustentabilidade do meio ambiente em São Tomé e Príncipe. Implica dizer que a perda da biodiversidade do país traz consequências não só do ponto de vista ambiental, como também económico, social, cultural. É urgente que a instituição do poder político junto à população civil esteja alerta aos vários sinais de perda de biodiversidade no país uma vez que põe em causa a sustentabilidade das futuras gerações. São Tomé e Príncipe, por ser um país com pouca ou nula infraestrutura, não possui empresas de grandes dimensões que possam contribuir para o aquecimento global, o que implica dizer que, não sofra com as consequências do mesmo por outros.

Quase 60% do espaço geográfico do país é caracterizado que uma vegetação densa, nas que se encontra em grande diminuição e risco das espécies.

Com a Conferência da Terra, realizada no Brasil na cidade do Rio Janeiro em 1992, São Tomé e Príncipe fez-se representar, comprometendo-se assim a criar quadro um jurídico que pudesse

proteger o meio ambiente no arquipélago. Face a preocupação local em contribuir e preservar o ecossistema em 1992, foi criada a Direção do Ordenamento do Território e do Meio Ambiente (DOTMA). Anos mais tarde passaria a ser Direção Geral do Ambiente, órgão esse que tinha a competência de executar e gerir toda a matéria relacionada com o meio ambiente em São Tomé e Príncipe.

No que diz respeito ao nível interno, as autoridades começaram a ter uma maior preocupação em legislar toda atividade ligada ao meio ambiente. Em 1993 é criada a Direção das Florestas, da DRNE em 1992, e o Observatório da Redução da Pobreza em 2005. Também ao nível do ensino foi, implementado no plano curricular dos alunos de 8º ano a disciplina de ambiente, como forma de sensibilizar os alunos a participarem nas atividades cuja finalidade seja proteção e conservação do meio ambiental.

O país conta com uma vasta legislação sobre a proteção ambiental. Mas, será preciso incutir na população uma melhor educação ambiental de modo geral, para que possam preservar o ecossistema.

Como exemplos dessa legislação, destacam-se:

- A lei nº10/99, é a Lei de Base do Ambiente;
- Lei de Base de Segurança marítima e de Preservação contra a Poluição do Mar;
- Lei nº6/2006, de 2 de Agosto, Lei do Parque Natural Ôbo Natural do Príncipe;
- Decreto-Lei nº35/99, 12 de Novembro, Lei das Extração Inertes
- Decreto-Lei nº37/99, 30 de Novembro, Decreto-Lei sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental;
- Lei nº11/99, Lei de Conservação da Flora e da Fauna, Lei de Florestas nº5/2001.

É notório que a legislação santomense tem feito enormes progressos no que concerne à proteção do meio ambiente, o que revela uma grande preocupação das autoridades locais em criar mecanismos jurídicos que salvaguardem os ecossistemas do país, mas por outro lado, muitas dessas leis não passam de meras leis, no que se refere ao seu cumprimento por parte da população em geral. Um dos fatores que faz com que não haja um cumprimento cabal, é a ligação dos habitantes da ilha têm com as florestas, uma vez que é de onde provém o sustento de muitas famílias e também a prática da medicina tradicional, que em grande parte os médicos tradicionais vão buscar os seus medicamentos, o que torna difícil controlar o acesso ou a limitação às mesmas. Em muitos dos casos não há conhecimento científico das mesmas. É de extrema importância uma legislação que proteja a utilização dos recursos da natureza sem comprometer as gerações vindouras. Uma maior divulgação, um maior cumprimento tornaria assim a população de uma forma comprometida, assim, a sociedade na gestão e proteção do uso dos recursos existentes. O desenvolvimento social e económico da nação santomense passa por uma gestão transparente e boa governança e políticas que sejam eficazes para combater a pobreza, a utilização dos recursos naturais para o progresso do país.

Capítulo 4. Exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe

A história do petróleo na sociedade santomense começou a desenhar-se ainda no período colonial, quando em algumas antigas dependências agrícolas os seus moradores relatavam que havia vestígios de um líquido “viscoso” e espesso. Em 16 de Julho de 1876⁶⁰, o primeiro governador na altura, Francisco Oliveira Chamiço, dirigiu uma carta ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar, João Corvo, propondo uma prospeção de petróleo na ilha de São Tomé em face dos vestígios superficiais da existência do petróleo em Uba Budo e Morro Peixe e também na ilha do Príncipe na zona de Duas Portas e perto da foz da Ribeira Izé. As pesquisas assim vieram confirmar as suspeitas da existência de hidrocarbonetos no seu território. Pretendemos analisar a evolução da história de petróleo no arquipélago e tentar validar a tese que uma boa gestão dos recursos petrolíferos poderá contribuir para a melhoria das condições de vida dos santomenses, na vertente de que o petróleo constitui mais um de muitos recursos que dispõe o país e, se bem canalizado poderá contribuir para o desenvolvimento da nação.

São Tomé e Príncipe espera, com uma eventual exploração petrolífera ser um país de sucesso onde as receitas sejam revertidas para desenvolver o país, torná-lo mais competitivo, dinâmico a nível socioeconómico e principalmente contrariar a tese da maioria dos países que não conseguem aproveitar os recursos naturais para o benefício próprio. Embora a produção não tenha iniciado, os efeitos da nova era já se fizeram sentir sob a forma de bónus de assinatura pagos pelas companhias petrolíferas estrangeiras que adquiriram os direitos de exploração na ZDC e na ZEE.

Para o investigador Armindo E.S (2009), em matéria de legislação petrolífera e a forma que deve ser feita a gestão petrolífera, é um modelo adotado pelo país muito o, segundo o FMI. A gestão dos recursos petrolíferos está baseada no modelo fiscal do economista americano Milton Friedman (1975) para o FMI.

São Tomé e Príncipe foi o primeiro país africano a adotar este modelo, que se baseia essencialmente na Hipótese de Rendimentos Permanentes.⁶¹ Num relatório da Human Rights Watch, divulgado em 2010, “*Um futuro Incerto*”, esta ONG traça o perfil do Estado santomense e a sua trajetória como um potencial país produtor e aponta as ameaças e as debilidades que o país tem em relação a poder gerir os lucros que surjam de uma eventual exploração petrolífera.

São enormes as expectativas que são criadas em torno do petróleo. Com a exploração petrolífera, o país poderá começar a dar os primeiros passos para sair da pobreza em que se encontra mergulhado, mas também ficou evidente que existiu pouca preparação do Governo local para saber tirar vantagens inicialmente. Os primeiros acordos de exploração petrolífera foram assinados, tendo o país saído em desvantagem, na fase inicial de todo o processo por dois motivos: o primeiro é a pouca

⁶⁰ Carta de 16 de Julho do 1º Governador do Banco dirigida ao Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar dando conta dos indícios de petróleo na ilha

⁶¹ Ver pág. 220 S.Tomé e Príncipe problemas e perspectivas para o seu Desenvolvimento

experiência dos governantes santomenses em negociar numa indústria que chega a ser tão complexa e por vezes “*desonesta*” e a outra é que em várias situações prevaleceram os interesses individuais acima dos interesses da nação. Apesar das grandes esperanças que se depositam na exploração desse recurso é preciso estar alerta para combater os possíveis casos de corrupção que eventualmente possam surgir.

O processo de exploração petrolífera estava desenhado em três fases:

1ª fase: de 2005 a 2006, a fase de exploração;

2ª fase: de 2008 a 2011, que fase de desenvolvimento;

3ª fase: a fase de produção que tinha a previsão inicial de 2010 a 2012.

Até à presente data, ainda não foi possível o país entrar na fase de produção.

Do ponto de vista positivista, poderíamos enumerar imensas vantagens associadas à produção, vantagens socioeconómicas e um futuro que poderá ser visto como promissor no desenvolvimento do arquipélago santomense. As expectativas são enormes, mas ainda não é possível em termos práticos ver os progressos feitos.

Um pouco antes da independência do território, mais precisamente em 1974, havia a perspectiva de assinatura de um acordo de concessão para a prospeção de hidrocarbonetos em São Tomé e Príncipe, entre as autoridades coloniais e uma empresa anglo-americana Bull e Collins. O acordo acabou por não ser assinado devido à independência do território em 12 de Julho de 1975.

Com a independência, renasce o interesse do Governo santomense em fundamentar a tese de que o solo santomense possuía enormes reservas de hidrocarboneto, essa possibilidade que fez com que o Estado santomense concedesse direitos ao multimilionário de origem sul-africana, Christopher Herllinger, por cinco anos para fazer estudos que levassem à certeza sobre o petróleo no país. Infelizmente não houve conclusões satisfatórias, e o acordo iria extinguir-se naturalmente, pela ausência de resultados.

As aspirações que o país tinha em encontrar uma companhia que pudesse explorar os recursos existentes no país, fizeram com que alguns dirigentes assinassem alguns acordos que não foram vantajosos.

Em Maio de 1997, foi assinado um acordo entre o Governo santomense e a ERHC, companhia americana de capitais americanos e nigerianos que detinha grande parte dos direitos na ZEE. Esse acordo incumbia a ERHC de encetar e intermediar contacto junto de potenciais empresas que estivessem interessadas na pesquisa e exploração petrolífera. O acordo com a ERHC, foi alvo de imensa contestação, tanto internamente como por parte do FMI e do BM, por ficar considerado que esse acordo não beneficiava o Estado santomense.

O acordo firmado acabaria por ser reformulado em 2003, conferindo à companhia menos poder do que inicialmente estava previsto. Dentro do quadro das negociações entre o Governo

santomense e a companhia ERHC, o estado santomense, recebeu cinco milhões de dólares americanos da ERHC, que foram incluídos no orçamento geral do estado em 1998/1999. Em 1999, São Tomé e Príncipe e a Guiné-Equatorial firmam acordo de delimitação da sua fronteira marítima, e dois anos mais tarde assina com o Gabão. Alcançados esses acordos estavam criadas as condições necessárias para uma eventual exploração petrolífera nas águas territoriais santomenses.

Neste sentido o Governo santomense, decide criar através do decreto – lei nº27 /98, a STPETRO, (Sociedade Nacional de Petróleo de São Tomé e Príncipe) uma vez que o país não dispunha de um órgão apenas vocacionado para tal. A STPETRO, foi uma empresa de capital misto que viria mais tarde a ser substituída pela Agência Nacional de Petróleo. Mais tarde o governo decidiu extinguir a STPETRO.

Não dispondo de recursos financeiros, humanos nem materiais para realizar estudos sísmicos na ZEE, o governo santomense ciente de essa limitação, em Fevereiro de 2001, celebrou com a empresa norueguesa Petroleum-Geo Services (PGS), um acordo sísmico e outro de exploração e produção; esse acordo concedia e obrigava a PSG:

- Ter exclusividade durante dez anos na aquisição, processamento, interpretação e licenciamento dos dados sísmicos da ZEE;
- Reconhecimento que o estado santomense é o único proprietário legal de todos os dados adquiridos;
- Obrigação de fornecer cópias dos dados sísmicos processados ao governo, sem que o estado incorra em quaisquer encargos.⁶²

A segunda empresa com a qual o país assinou contrato foi a Exxon Mobil em 1998, em que a parte santomense estava representada pela STPETRO. Este acordo previa que a empresa Exxon Mobil iria realizar estudos sísmicos na zona offshore.

Uma vez que já se tinha resolvido a questão da delimitação das fronteiras marítimas com a Guiné-Equatorial e o Gabão, havia chegado a vez das negociações com a Nigéria, que não foram consensuais, uma vez que este país se recusava a estabelecer o limite da sua ZEE. Em Fevereiro de 2001, os dois países estabeleceram a Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) nas águas disputadas por ambos. A ZDC abrange 28 000 km² e os dois países concordaram em partilhar os custos e as receitas proporcionalmente: 60% para a Nigéria e 40% para São Tomé e Príncipe.⁶³

Figura 11. Zona desenvolvimento conjunta entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria

⁶² Dossier petróleo, Luís dos Prazeres (s.d., pp. 33-34)

⁶³ Governação de recursos naturais em São Tomé e Príncipe: um caso de estudo sobre a supervisão e transparência receitas petrolíferas.



Fonte: www.anp-st Agosto (2013)

Apesar dos imensos problemas entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe, por fim chegou-se, a um entendimento, em Fevereiro de 2001, onde ficou decidida a criação de uma zona desenvolvimento conjunta (ZDC) seria administrada por ambos os países. Os dois países acordaram a criação da Autoridade de Desenvolvimento Conjunta (ADC), na qual seria a entidade responsável pela administração da ZDC.

A ZDC é gerida pela Autoridade Conjunta de Desenvolvimento (ACD), cuja sede principal se situa na Nigéria (Abuja) e que tem um gabinete de ligação em São Tomé, o qual faz parte de um outro órgão que é o Conselho Ministerial Conjunto (CMC). A ACD é dirigida por um Conselho de Administração composto por dois membros de São Tomé e Príncipe e dois da Nigéria. O CMC é composto por um mínimo de dois e um máximo de quatro ministros de cada um dos dois países e é responsável pela tomada de decisões políticas importantes. No entanto, as decisões do CMC baseiam-se em recomendações da ACD e, em caso de diferendo, prevaleceria as recomendações da ACD. A ACD é uma autoridade conjunta com competência para assinar contratos e fiscalizar a sua execução na ZDC⁶⁴.

A Mobil celebrou um acordo de assistência técnica por um ano e oito meses, acordo esse que foi assinado na cidade norte-americana de Dallas. Com esse acordo alcançado começava-se a vislumbrar em São Tomé e Príncipe um horizonte que comeava a parecer próspero. Com o acordo alcançado com Mobil, comprometia-se em fazer uma avaliação técnica completa e o estudo de viabilidade do potencial de petróleo e gás existente em São Tomé e Príncipe, produzindo para o efeito, no final dos trabalhos um relatório técnico englobando interpretação sísmica, estratigráfica, geoquímica, potencial de reserva e avaliação de risco. A Mobil também tinha a obrigação de fazer

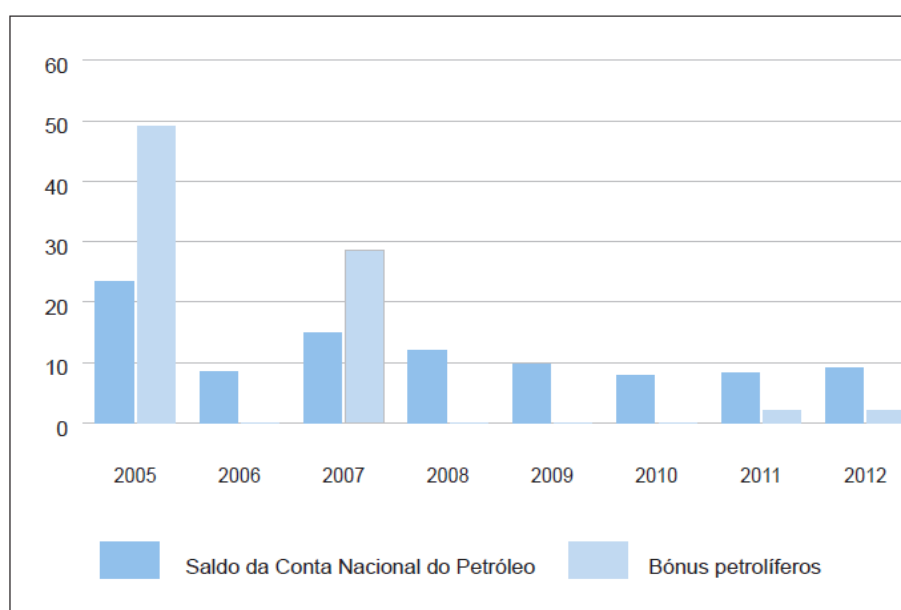
⁶⁴ Governação de recursos naturais em São Tomé e Príncipe: um caso de estudo sobre a supervisão e transparência receitas petrolíferas

levantamentos sísmicos 2D (duas dimensões) da ZEE em qualidade e quantidade suficiente para fins de pesquisa, desenvolvimento e produção dos recursos petrolíferos na zona⁶⁵.

Em 2008, apesar de não figurar na lista dos países produtores de petróleo, São Tomé e Príncipe demonstrou a sua intenção em candidatar-se ao Iniciativa para Transparência das Indústrias Extrativas (EITI)⁶⁶. Para que a candidatura santomense fosse viável, era preciso que o governo santomense cumprisse com determinados requisitos que exigiam o EITI. Dentre os requisitos exigidos, está que os países devem publicar quanto recebem das empresas e companhias que operam em exploração de indústria extrativas e as empresas também devem declarar quanto pagam aos governos o requisito indispensável é, o assim da transparência de ambas.

Estima-se que entre 2005 e 2009 o país tenha recebido 79 milhões de dólares, verba reforçada posteriormente com novas assinaturas para a prospeção. Também no ano 2010 e 2012 o governo santomense, recebeu de bônus de assinatura dois milhões de dólares correspondentes a cada ano. Tais receitas não entravam nos cofres do estado desde de 2007.

Figura 12. Evolução da conta nacional do petróleo



Adaptada pela autora: Fonte Caixa-geral de depósitos (2014)

⁶⁵ Dossier Petróleo (s.d.)

⁶⁶ Extrativa Indústria Transparência Iniciativa (EITI) é uma coligação global de governos, empresas e sociedade civil que trabalham em conjunto para melhorar a abertura e a gestão responsável das receitas provenientes dos recursos naturais.

4.1. Petróleo Conjuntura Africana

Na África subsaariana estão localizadas apenas 7% das reservas mundiais de petróleo e aquilo que é hoje extraído representa somente 11% da produção mundial. Nas últimas décadas, a região do golfo da Guiné tem vindo a ganhar notoriedade, pelos seus recursos naturais em particular o petróleo devido a que os países ocidentais querem diminuir a sua dependência face o médio oriente, por causa a instabilidade crescente. Nesta perspetiva, a região subsariana, comparada com ao Médio Oriente, é relativamente mais calma.

Segundo a Catholic Relief Services, os países africanos poderão receber nas próximas décadas receitas de 200 biliões de dólares da exploração do petróleo. Por outro lado, os “petrodólares” não ajudam os países em desenvolvimento a reduzir a pobreza; em muitos dos casos servem como empecilho ao desenvolvimento⁶⁷. Não existem condições básicas para um profícuo aproveitamento das potencialidades de que dispõe o continente africano, com maior destaque na região subsariana. A fraca capacitação nos recursos humanos, a escassez de infra estruturas tecnológicas não permitem o real aproveitamento dos recursos. Os recursos que dispõem o continente africano, na maioria dos casos não se encontram acessíveis a todos, sendo assim o recurso natural a que a maioria tem acesso são os biocombustíveis, na forma de biomassa tal como a lenha e conseqüentemente o carvão. A biomassa representa aproximadamente 60% da energia primária (disponível na natureza), sendo ainda utilizada para a confeção de alimentos e aquecimento de cerca de 90% da população africana (na Ásia o consumo de energia proveniente de biomassa é de 30,3% e na América Latina 18,1%)⁶⁸.

A questão da boa governação e da transparência no continente africano é um problema que afeta e condiciona a maioria das sociedades africanas. Os países como a Nigéria, Guiné – Equatorial, Angola, Gabão entre outros países ricos em recursos naturais, infelizmente ainda não conseguiram usar as receitas para promover o desenvolvimento e o progresso social. O paradoxo da riqueza dos países africanos contrasta com a enorme pobreza em que vive a população, estando a maior partes de sua riqueza nas mãos de uma elite, sendo a miséria o espelho da sociedade em geral.

O PNUD define a governação (1995) “como o exercício da autoridade, política económica e administrativa para gerir os assuntos de uma nação, ela abrange todos métodos bons e maus que as sociedades usam para distribuir o poder e gerir os recursos públicos e os problemas.”

O Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), em 2000, também definiu governança, significando "a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e económicos de um país para o desenvolvimento".

A transparência e a boa governação, *in latu senso*, só funcionam quando a governação é exercida pacificamente pelos decisores políticos e num ambiente livre de corrupção, com a adoção de

⁶⁷ www.CatholicRelief.org (2003)

⁶⁸ Holmberg, Johan- Natural Resources in sub-Saharan Africa: assets and vulnerabilities- Current African Issues. Nordic Africa Institute n° 39 Uppsala 2008

medidas que ajudam na inclusão da sociedade civil, nos destinos da nação. É necessário que haja uma harmonização entre os interesses da classe política com as necessidades da população. Só assim poderá atingir o crescimento socioeconómico tão desejado.

Hoje, cerca de 25% dos cerca de um bilião de habitantes de África, sofrem de insegurança alimentar, segundo a FAO. Apesar do claro processo de desenvolvimento económico que o continente vive neste século XXI⁶⁹. A questão da segurança alimentar, já começa a tomar uma proporção alarmante em vários países do continente, não só por causa dos sucessivos conflitos mas também pela seca que faz com que a atividade agrícola não consiga avançar significativamente em algumas regiões de África. A agricultura no continente africano é feita de forma rudimentar, pela ausência de tecnologia avançada, e o acesso limitado à mesma. Os recursos financeiros para sua aquisição são baixos e põem em causa a segurança alimentar de muitas populações, afetando principalmente as pessoas que vivem em regiões onde a terra é pouco fértil. A pouca capacitação dos agricultores em lidar com os terrenos poucos férteis vão constituindo enormes barreiras para que a produção alimentar seja e tenha a qualidade necessária para todos. Juntamente a todos esses pressupostos negativos, há ainda a questão dos conflitos civis, em que as populações são obrigadas a fugir das guerras, em busca de lugares mais seguros.

Dadas as circunstâncias, torna-se imperioso que os países mudem de políticas e que redefinam estratégias, para combater a pobreza e o subdesenvolvimento no continente africano e que também estabeleçam uma política de boa governança no seio da classe política. O primeiro passo para a consecução desses objetivos é que os governos consigam adotar uma política de transparência em torno dos recursos provenientes do petróleo, visto que a riqueza não pertence só a um grupo de pessoas, como acontece na maioria dos casos, pertence a todo o povo africano, e por isso deve ser distribuída e disfrutada. As relações comerciais de África com o resto do mundo têm maior incidência no domínio das “indústrias extrativas”, principalmente o gás, o petróleo e os minerais. Estes sectores corresponderam a mais de 50% das exportações de África e 65% de todo o investimento direto estrangeiro durante os anos noventa. Nas próximas décadas, está previsto um aumento de capital no sector petrolífero. Uma vez que as ajudas externas ao continente africano têm diminuído consideravelmente, torna-se imprescindível que os recursos financeiros postos à disposição dos governos sejam canalizados para a implementação de políticas públicas que permitam melhorias de condições de vida das populações e que os governos sejam credíveis do ponto de vista institucional.

A ONG Catholic Relief Services⁷⁰, está empenhada em contribuir para que haja uma efetiva transparência na gestão dos recursos naturais. Contudo, a mesma instituição também acredita que essa transparência depende das multinacionais que atuam na indústria petrolífera, para publicarem o que pagam e o que recebem. Muitos países produtores de petróleo como: Angola, Nigéria, Gabão, Guiné

⁶⁹[www.institutolula.org/agricultura-A necessidade de combater a fome e a insegurança alimentar](http://www.institutolula.org/agricultura-A%20necessidade%20de%20combater%20a%20fome%20e%20a%20inseguran%C3%A7a%20alimentar) (2014)

⁷⁰ Catholic Relief Services. O Boom do Petróleo em África para os Pobres (2003).

Equatorial, Congo-Brazzaville, são países com uma larga experiência no sector que não têm conseguido aproveitar a riqueza do petróleo, para poder reduzir a pobreza. A responsabilidade de gerir a riqueza de África de forma justa e transparente cabe exclusivamente os seus governantes. A construção de estados democráticos capazes de se concentrarem na redução da pobreza e na melhoria de vida dos seus cidadãos é um desafio que se coloca neste século XXI.

Apesar de ser de total responsabilidade dos governos africanos buscar estratégias que possam contribuir medio e longo prazo para o desenvolvimento, existem também outros intervenientes que podem contribuir para uma política de transparência e de boa gestão. Esses intervenientes que desempenham um papel importante são as empresas ligadas ao ramo petrolífero. Existe a necessidade de um grande “empurrão” por parte dos *players* ligados à exploração petrolífera e que se encontram hesitantes no sentido de abordarem o problema do “paradoxo da abundância”. Começam a reconhecer que melhorar os benefícios da produção do petróleo não é apenas uma questão de responsabilidade ética, mas também é um ingrediente para um mundo mais sustentável e estável. Nesse contexto, o FMI e o BM estão a dar passos para auxiliar os governos adotarem medidas e programas que visem aumentar a transparência e estimular a participação ativa da sociedade no que se refere à tomada de decisões sobre a gestão dos recursos. É fundamental que a sociedade civil se sinta parte integrante na gestão e no desenvolvimento do país. Estas ações, embora sejam bem-vindas, não são suficientes. É necessário que os intervenientes mudem algumas das suas práticas, e comecem a trabalhar em conjunto, e de forma concertada, para que a riqueza gerada possa começar a melhorar significativamente a vida da sociedade africana.

4.2. Exploração conjunta entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria

Apesar da relativa proximidade geográfica entre São Tomé e Príncipe e a República Federal da Nigéria, não existem laços fortes que unam estes dois países com características pouco comuns. Na década de noventa, houve um incremento dos pequenos comerciantes nigerianos que começaram a estabelecer-se na pequena ilha, vendo-a como um país que aparentemente mostrava ser rentável no comércio.

Com a descoberta do petróleo no Gabão e na Nigéria havia também indícios que indicavam que as águas do Oceano Atlântico, que banham São Tomé e Príncipe, também seriam ricas em hidrocarbonetos. Os primeiros contactos estabelecidos, deram-se quando o governo nigeriano decidiu mudar a sua lei de delimitação de fronteira marítima, abandonando o princípio de linha mediana e adotando o princípio de proporcionalidade da extensão da costa marítima, com a consequência da sobreposição da parte norte da ZEE de São Tomé e Príncipe.

As negociações com a Nigéria não decorreram facilmente. A Nigéria rejeitou a proposta de 2001. Depois de muitas negociações entre os dois países, estabeleceram a criação da Zona de

Desenvolvimento Conjunto (ZDC)⁷¹ nas águas disputadas por ambos. A ZDC tem 28 000 km² e os dois países concordaram em partilhar os custos e as receitas 60% para a Nigéria e 40% para São Tomé e Príncipe.

Por outro lado era notório que tanto as autoridades santomenses como nigerianas, estavam interessadas em trabalhar em parceria para zelar pela máxima transparência e legalidade com que se processaria tudo concernente a exploração petrolífera na zona partilhada pela Nigéria e São Tomé e Príncipe. Apesar de avanços feitos, na parte negocial, no enquanto o governo santomense foi alvo de duras críticas por aceitar desproporcionalmente os lucros, de 40%. Tornava-se evidente a pouca experiência do governo santomense em negociar, ante o poder de negociação e de persuasão dos nigerianos. As disposições jurídicas que regiam a ZDC eram as seguintes:

- Partilha de recursos de 65% para Nigéria e 40% para São Tomé e Príncipe;
- ADC⁷² é dotada de personalidade jurídica própria e independente;
- Desenvolvimentos de hidrocarbonetos e outros recursos;
- Duração do tratado 5 anos com revisão aos anos;
- ADC é politicamente responsável perante o CMJ na gestão da ZDC.

Em 2004, os dois governos firmaram em conjunto a declaração Conjunta de Abuja. Nessa declaração conjunta ficava plasmada a intenção dos dois governos em zelar pela transparência e boa governação da ZDC. Em 2000, foi promulgada a Lei-Quadro das Atividades Petrolíferas, um importante passo para a transparência no sector (petrolífero) em São Tomé e Príncipe.

A Nigéria é o maior produtor de petróleo do continente africano. Não existem dúvidas sobre a sua importância estratégica. O petróleo na Nigéria apareceu na região de Oloibri no Estado de Bayelsa, em 1956. A Nigéria é o protótipo da “nação petrolífera”. Com reservas estimadas em quase 40 mil milhões de barris, o petróleo em 2004 representava 80% das receitas do governo, 90% dos rendimentos do comércio exterior, 96% de receitas de exportação e, de acordo com o FMI, quase metade do PIB. A Nigéria é um país estratégico na região Subsariana mas apesar de ser um país produtor de petróleo, com imenso recurso natural a sua disposição o Governo nigeriano não tem

⁷¹ A ZDC é uma área costeira de águas profundas situada ao sul da linha mediana entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria a qual não se chegava ao consenso sobre a mesma área. Para evitar um conflito jurídico prolongado sobre esta área, Nigéria e São Tomé e Príncipe chegaram a um acordo em 1999 para conjuntamente explorarem os hidrocarbonetos numa área de 28.000 quilómetros quadrados, que hoje constitui a ZDC. Nos termos desse acordo, a Nigéria recebe 60 por cento de quaisquer lucros obtidos na ZDC, e São Tomé e Príncipe recebe 40 por cento. Os dois países dividem os custos operacionais na mesma proporção. O tratado formal que criou a ZDC foi assinado a 21 de Fevereiro de 2001.

⁷² ADC Autoridade Desenvolvimento Conjunto é dirigida por um Conselho de Administração composto por quatro Diretores Executivos, sendo dois nigerianos e dois santomenses nomeados pelos respetivos Chefes do Estado. Dentre eles um é nomeado Presidente do Conselho de Administração. Importa referir que a Presidência é rotativa de acordo com as disposições do Tratado que cria a Zona de Desenvolvimento Conjunto, assinado em Abuja em 12 Fevereiro 2001 e ratificado pelos Parlamntos dos países. A Nigéria deteve a primeira presidência de Fevereiro 2002 á Junho 2004 e São Tomé e Príncipe a segunda de Junho 2004 á Agosto 2006.

conseguido transformar o país em um “*Dubai africano*”, muito por causa da má gestão dos recursos que o país dispõe.

Segundo a OPEP⁷³, a Nigéria recebeu mais de 300 bilhões de dólares em receitas de petróleo nos últimos 25 anos, apesar de ter um rendimento per capita de menos de 1 dólar por dia. Em termos de indicadores sociais básicos a Nigéria tem pior execução que a África Subsariana em geral, muito pior do que em outras regiões do mundo em vias de desenvolvimento⁷⁴.

As receitas petrolíferas do governo, por sua vez, passaram de 66 milhões de nairas (moeda nacional) em 1970, para 10 mil milhões em 1980. Uma indústria multibilionária de petróleo provou, contudo, ser um pouco mais do que um pesadelo (Nigéria: Want in the Midst of Plenty, Africa Report 113, Internacional Crisis Group, 2006). Inventariar os "feitos" do desenvolvimento petrolífero nigeriano é um exercício salutar: 85% das receitas do petróleo concentram-se em 1% da população; dos 400 mil milhões de receitas, talvez 100 mil milhões tenham simplesmente desaparecido desde 1970.⁷⁵

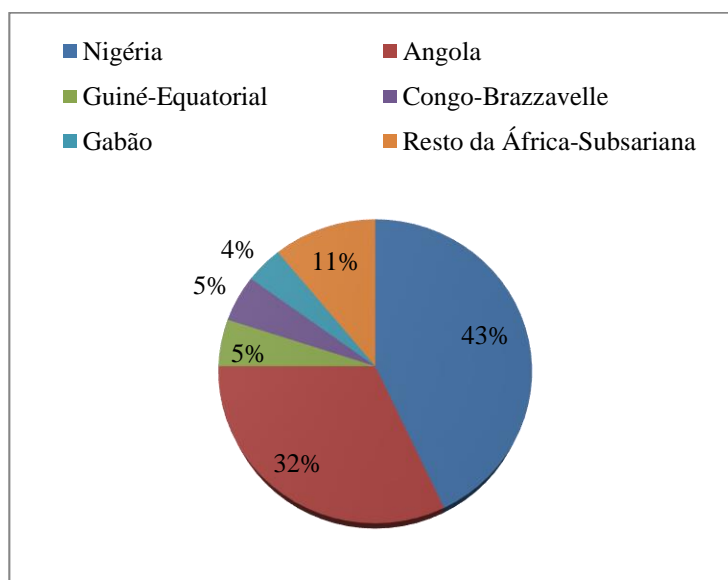
A Nigéria é o maior produtor de petróleo de todo o continente africano e o mais populoso do continente africano. O paradoxo do petróleo na Nigéria, demonstra claramente que o petróleo em pouco contribui para o desenvolvimento do país. A Nigéria esta no top dos países da região subsariana na produção de hidrocarbonetos, seguida pela República Popular de Angola; juntos esses dois países asseguram uma produção de 75% da produção da região. A Energy Information Administration (EIA), 2012, apresenta o ranking dos países da região subsariana onde a Nigéria lidera com 43%, depois seguido de Angola com 32% e a Guiné-Equatorial e Congo-Brazzaville, com uma percentagem de 5% o Gabão tem uma percentagem de 4% e outros países da África subsariana têm uma percentagem de 11%. Este ranking, clarifica a posição de destaque da Nigéria na região e não só.

⁷³ OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), é uma organização internacional formada por países que são produtores de petróleo. ^A OPEP foi fundada em 14 de Setembro de 1960 e a sua sede está situada na cidade de Viena (Áustria).

⁷⁴ Catholic Relief Services (2003)

⁷⁵ Idem

Figura 13. Ranking dos países da África Subsariana na exploração petrolífera



Fonte: International Energy Statistics (2014)

4.3 Processo de concessão dos blocos petrolíferos

Estavam criadas as condições necessárias para que o primeiro leilão público fosse realizado. Foram realizados duas licitações, sendo a primeira em Abril de 2003 e a segunda em Novembro de 2004. A primeira licitação decorreu na capital nigeriana, sendo a cerimónia presidida pelo presidente da república, Fradique de Menezes, que alertou para os riscos do petróleo poder transformar-se num entrave ao desenvolvimento no arquipélago, em vez de um benefício social.

Os blocos que iriam ser leiloados pertenciam à ZDC. Ao primeiro leilão dos blocos concorreram 20 companhias petrolíferas, tendo estas submetido 33 propostas para 8 dos 9 blocos em licitação. As ofertas totalizaram cerca de 500 milhões de dólares. Tendo acabado por apenas ser aceite a adjudicação do Bloco1, a respetiva licença traduziu-se num contrato assinado em conjunto com a Chevron Texaco (51%), Exxon Mobil (40%) e Equity Energy Resources (9%)⁷⁶. A entidade que geria a ZDC estabeleceu como valor mínimo para cada bloco a ser leilado um montante de 30 milhões de dólares. Outro dos requisitos *sine qua non* que se exigia às empresas, era o compromisso com o programa que se dispunham a cumprir: viabilidade financeira, habilidade de exploração, saúde e experiência, salvaguarda do meio ambiental. Esses eram os requisitos que as empresas deviam possuir somente para o ato de inscrição. O Comité de Licitação da ADC adotou uma avaliação em duas etapas, de acordo com as quais as companhias foram avaliadas com base num sistema de classificação

⁷⁶ São Tomé e Príncipe e o “Ouro Negro” “Resumo da conferência proferida pelo Doutor Gerhard Siebert na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (7-10 Maio)

numérica. Primeiro, o Comité decidiu a favor daquelas companhias que supunha serem tecnicamente competentes.

Dessas companhias, propôs concessões com base em considerações comerciais. Nas suas avaliações, o Comité teve a assistência da experiente companhia britânica *Clearwater Research Service*, que avaliou os recursos financeiros e técnicos das empresas concorrentes, o envolvimento em questões litigiosas e a reputação comercial. A ADC foi assessorada na estruturação desta ronda pela Wood Mackenzie, um conhecido grupo de consultoria britânico. No entanto, o grupo Wood Mackenzie não participou na seleção das concessionárias⁷⁷.

Os blocos que não foram adjudicados na primeira ronda de licitação, foram incluídos para o segundo leilão. Desse modo, a primeira licitação foi oficialmente encerrada.

Dos blocos adjudicados foram celebrados contratos de partilha de produção no bloco 1 em 2005, 2, 3 e 4 em 2006 e bloco 5, em 2012 tendo como operadores as seguintes companhias;

- Bloco 1-Chevron
- Bloco 2-Sinopec
- Bloco 3-Anadarko
- Bloco 4- Addax/ ERHC

Em abril de 2004, foi em Abuja a segunda licitação de blocos. Foram posto a apreciação das companhias seis blocos, na qual as empresas interessadas, entre as quais destacavam-se a Anadarko, Hercules, Conoil, DNO/EER /Equator Exploration/ONGC/Visdesh e Devon/Pioneer.

Mas esse leilão foi alvo de polémica, porque foi considerado pouco transparente. O que levou com que Procuradoria-Geral da República a instaurar uma investigação, sobre todo o processo de licitação.

Apesar desta Procuradoria-Geral da República ter constatado graves deficiências de procedimento na conduta do segundo leilão, não foi possível esta Procuradoria-Geral estabelecer com base nos documentos e evidências disponíveis se a alocação das participações e a conduta do segundo leilão foi ou não afetada por conflitos de interesse, favoritismo político, ou pagamento ou transferências de valores a qualquer cidadão ou funcionário do governo santomense.⁷⁸

A empresa petrolífera Chevron começou as perfurações no bloco 1 em 2006, tendo sido um investimento no valor de 37 milhões de dólares, e os trabalhos demoraram dois meses e meio. Após a finalização no poço que a Chevron perfurava, não houve uma conclusão satisfatória, uma vez que não foram encontradas reservas de petróleo. Em Novembro de 2010, a Total adquiriu os direitos da

⁷⁷ Investigação e Avaliação do Segundo Leilão Zona de Desenvolvimento Conjunto

⁷⁸ Investigação e Avaliação Segundo Leilão na Zona de Desenvolvimento Conjunto, pela Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe, 2 de Dezembro de 2005 (2014)

Chevron no bloco 1. A Total é operadora no bloco 13 da Nigéria que se situa a 30 milhas de bloco explorando o poço Akpo um dos mais prolíficos de todo o Golfo da Guiné.⁷⁹

A empresa francesa Total retirou-se do bloco 1, por entender que as reservas de petróleo encontradas nesse bloco não satisfaziam os requisitos da empresa. A Total investiu 200 milhões de dólares nesse bloco. Deste abandono, surge a Total que compra os direitos à empresa norte americana, apesar da Chevron Texaco estar obrigada a fazer mais furos no bloco 1, coisa que não viria a suceder. A empresa francesa Total havia feito estudos de prospeção no bloco acima mencionado e tinha divulgado que haviam encontrado grandes reservas de petróleo que dariam uma média de 19 mil barris por dia, durante 15 anos. É de salientar que as autoridades nacionais, apesar do abandono quer da Chevron Texaco quer da Total, continuam reafirmando a existência de petróleo no bloco 1, e vão exortando as empresas que invistam nesse bloco apesar de terem a consciência de que será difícil para empresas de dimensão maior. Um dos representantes da Autoridade Conjunta da parte santomense, o senhor Arzemiro dos Prazeres, defendeu numa conferência que com os investidores francófonos a investir no país que:

Tem uma capacidade de produção em torno de 100 milhões de barris como reserva e a qualidade de petróleo é bastante boa, e que depois da saída da Total encontramos-nos numa fase de negociação com empresas independentes, que tem estruturas menores que a Total, mas que tem conhecimento profundo da produção em águas profundas.⁸⁰

Neste impasse de que não se encontraria petróleo em quantidades comercializáveis que satisfaçam os padrões exigidos pelas grandes companhias, e a certeza das autoridades nacionais da existência do petróleo no bloco 1, vai subsistindo a ideia de que o processo de produção na zona conjunta ente a Nigéria e São Tomé e Príncipe vai estando mais comprometido e reduzindo assim as chances de poder ter a operar as grandes companhias e ter que aceitar propostas de companhias de menor dimensão. É de salientar que o bloco 1 foi leiloadado, em 2003, por 123 milhões de dólares.

No que concerne à ZEE santomense, a empresa Nigeriana Oronto Petroleum assinou o acordo de partilha de produção com o Governo em 2011, no bloco 3, que terá uma duração de vinte e oito anos. O processo será feito em três fases distintas: numa primeira fase, será de pesquisa e de avaliação, onde serão feitos os testes sísmicos de três dimensões (3D) e também estudos de impacto ambiental, esse período terá uma duração de dois anos. Na segunda fase, caso se confirme que o petróleo existente na zona seja comercializável, dar-se-á início à fase das perfurações propriamente ditas. Segundo o mesmo acordo, a empresa nigeriana fará um investimento na ordem dos 200 milhões de dólares. A última fase será destinada à instalação dos equipamentos que servirão de plataforma para a exploração petrolífera. Este processo terá uma previsão de dois anos e a referida empresa fará um

⁷⁹ Agência Nacional do Petróleo (ANP) Situação Petrolífera em São Tomé e Príncipe (2013)

⁸⁰ [www.telanon.info/economia/.total-abandonou-bloco-1-da-zona-de-des...\(2013\)](http://www.telanon.info/economia/.total-abandonou-bloco-1-da-zona-de-des...(2013))

investimento de 105 milhões de dólares. Esse investimento está avaliado em 225 milhões de dólares, o que significa uma forte injeção de capital no bloco 3 da ZEE. Apesar de ser notório o interesse de várias empresas na prospeção e na comercialização petrolífera em São Tomé e Príncipe, vêm-se verificando desistências de empresas na exploração petrolífera, o que condiciona as possibilidades de uma viabilização do sector petrolífero no país.

Uma outra empresa que havia adquirido os direitos para operar no bloco 2,3 e 4, é a Sinopec, uma empresa chinesa que havia começado os trabalhos de pesquisas em Agosto de 2006 e finalizado em 2009. As pesquisas feitas concluíram que nos blocos 2 e 3 há petróleo e no bloco 4 gás. Apesar das pesquisas feitas terem demonstrado resultados positivos, a Sinopec, empresa detentora dos direitos de exploração, decidiu não avançar e retirar-se formalmente da ZDC. Um outro contrato recentemente assinado pelo governo santomense e a empresa Sinoangola, empresa de capital angolano e chinês, foi para a adjudicação do bloco 2 situado na ZEE do país. Com esse acordo de partilha de produção, o governo arrecadou um valor de 5 milhões de dólares. Prevê-se que nos próximos 8 anos a empresa deverá fazer um investimento no valor de 154 milhões de dólares para a realização dos estudos sísmicos e de impacto ambiental no bloco 2. Se pelos estudos que serão realizados no bloco 2 encontrarem petróleo que seja comercializável, a Sinoangola, terá direito sobre esse bloco durante vinte anos. Mas não ficam por aqui os investimentos a serem realizados pela empresa Sinoangola, ela também pretende financiar bolsas de estudo no valor de 250 mil dólares aos quadros santomense segundo⁸¹.

4.4. Legislação do sector petrolífero em São Tomé e Príncipe

Com a confirmação da existência de hidrocarbonetos no território santomense, tornou-se urgente a criação de uma entidade fiscalizadora, reguladora e autónoma que pudesse acima de tudo defender os interesses dos santomenses. É evidente a complexidade reinante na indústria extrativa, pelos intervenientes que lutam pela salvaguarda dos seus interesses parte a parte e muitas vezes pelo carácter imprevisível que em determinadas ocasiões ocorrem. São Tomé e Príncipe querendo ter uma estratégia clara e transparente no sector petrolífero vê-se na disposição de criar um órgão nacional que regulasse o sector petrolífero em São Tomé e Príncipe, órgão que seria a entidade máxima na gestão de toda atividade ligada aos hidrocarbonetos. O sector petrolífero em São Tomé e Príncipe ainda é um sector embrionário e frágil. O governo santomense, ciente desta preocupação, criou um quadro jurídico que permitisse regulamentar toda a matéria envolta da exploração petrolífera, principalmente em matérias tão sensíveis. Com a regulamentação do sector petrolífero do país, o governo santomense, tomou medidas para combater e evitar os casos de corrupção que pudesse vir a surgir.

⁸¹<http://www.telanon.info/2Feconomia/2F2013/2F10/2F11/2F14631/2Fbloco-2-da-zee-foi-entregue-a-uma-empresa-sino-angolana-por-5-milhoes-de-dolares/2F&ei> (2014)

Entre 2003-2009 o governo santomense criou varias leis que pudessem regular o setor e petrolífero no país:

- Lei-quadro das Receitas Perolíferas (lei n.º8/2008, inclui Conta Nacional do Petróleo
- Decreto – Lei n.º5/2004, Criação da Agência Nacional do Petróleo
- Decreto-Lei n.º3/2004, Organização Estatal de Setor Petrolífero
- Lei n.º16/2009 Lei-quadro das Operação Petrolíferas
- Lei n.º 15/2009 Lei de tributação do petróleo
- Decreto-lei n.º.57/2009-programa de pesquisa e hidrocarbonetos⁸².

A criação da ANP-STP foi um grande passo para a regulamentação do setor petrolífero em São Tomé e Príncipe, o que implicava que todo o processo decorresse num clima de transparência e legalidade, independentemente dos seus intervenientes, e que acima de tudo os interesses da nação estivessem assegurados. O empenho do país não ficou só na criação da ANP, para um maior controlo, na gestão dos bens públicos e a transparência. O (GRIP), Gabinete de Registo e Informação Pública, órgão que está vocacionado, para manter em arquivo público do processo que esteja relacionado com o petróleo e as receitas. ANP-STP tem por fim a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades económicas integrantes da indústria do petróleo, de acordo com a legislação em vigor e em conformidade com as orientações emanadas do Conselho Nacional do Petróleo.

A lei-quadro de operações petrolíferas, faz uma abordagem das competências do Estado no sector petrolífero, os contratos petrolíferos, os modelos contratuais a serem utilizados pela empresa, as regras de licitação, os direitos e deveres dos contratantes. À questão ambiental também é dada uma atenção no caso das empresas que façam a exploração, dado que deverão fazer o estudo de impacto ambiental, visando assim a proteção do meio ambiente. Faz igualmente alusão a que todos os atos ligados à exploração petrolífera devem tornar-se públicos pelos organismos competentes entre outras disposições. A Lei, também no seu artigo nº 56, regulamenta o seguinte:

A administração do estado santomense deve adotar medidas tendentes a garantir, promover e incentivar a participação no sector petrolífero de São Tomé e Príncipe e estabelecer, leis e regulamentos próprios, as condições necessárias para seu efeito. As empresas nacionais gozam de direito de preferência relativamente à adjudicação de interesses, participativos, bem como de contractos de fornecimento de bens e serviços⁸³.

Neste capítulo está evidenciada, claramente, a intenção do estado santomense em dar primazia aos cidadãos nacionais que têm interesse no sector petrolífero.

Sabendo que os recursos naturais não são infinitos, o governo santomense vê a necessidade de implementar mecanismos que permitam que o país possa lidar com a era pós petróleo.

⁸² www.anap-stp.gov.st (2014)

⁸³ Lei nº 16/2009, Lei de Quadro das Operações Petrolíferas: Capítulo X, Conteúdo Nacional. Art nº56 Fomento do empresariado santomense.

Outro quadro legal, que se reveste de uma grande importância no sector petrolífero, é Lei nº 8/2004, que regula toda a gestão das receitas petrolíferas que o país arrecade, como forma de canalizar esse fundo para potencializar os sectores fulcrais da economia santomense. Tomando como experiências concretas de outros países produtores de petróleo como a Noruega, a Arabia Saudita, o Dubai, o Chade, o Kuwait, o Cazaquistão, a Líbia, entre outros, uns têm demonstrado excelentes resultados outros nem por isso. São Tomé e Príncipe também decidiu seguir a experiência de outros países criando um *Fundo Permanente* de petróleo e também uma Conta Nacional do Petróleo. Nessa conta, é feita todo o depósito dos valores monetários que o país recebe das receitas petrolíferas, para que os mesmos não pudessem ser usados indevidamente, por quem não estivesse legitimado para tal efeito. “Para isso, são previstas limitações à sua utilização mas sem com isso excluir a necessidade de tomar decisões acerca de sectores prioritários onde irão ser concentradas as despesas e a respectiva repartição de valores”⁸⁴. Uma parte das receitas que o Estado santomense receba, será canalizada para o orçamento anual de Estado.

O artigo 5º estabelece que: “todas as transferências sobre as Contas do Petróleo devem ser efetuadas eletronicamente. Essas contas só poderão ser movimentadas pelo presidente da república, primeiro-ministro, diretor do tesouro e património e o diretor de operações exteriores do banco central, e com as respectivas assinaturas.”

O artigo 10º regula o regime do Fundo Permanente em São Tomé e Príncipe.

1º. Até ao início de produção, o governador do banco Central deve estabelecer uma subconta da conta nacional do petróleo que constituirá o fundo permanente e cujas transações serão efetuadas somente nos termos do número seguinte.

2º Até ao dia 31 de janeiro, de cada ano, a partir do segundo ano após o início de produção, e após a transferência da conta nacional do petróleo para a verba anual e dos montantes devidos pelas taxas de serviço, o saldo da conta nacional do petróleo, em 30 de Junho do ano anterior deve ser transferido para o fundo permanente.

3º Após o início de produção qualquer receita extraordinária na conta nacional do petróleo deverá ser transferida para o fundo permanente no prazo de 30 dias a partir do respetivo depósito.

Não podemos falar hoje de desenvolvimento, sem também falar do meio ambiente. Nos dias de hoje, são dois conceitos que estão interligados. Para conseguir alcançar um patamar de desenvolvimento sustentável é preciso que se proteja. Com uma futura exploração petrolífera no arquipélago, e sabendo-se os riscos nefastos que decorre dessa exploração, torna-se imprescindível que os agentes locais criem leis que vão de acordo com a proteção do meio ambiente. O país conta com

⁸⁴ Lei nº 8/2004- Lei-quadro das receitas petrolíferas.

uma vasta legislação sobre a proteção ambiental. É preciso incutir na população uma melhor educação ambiental de modo geral, para que possam preservar o ecossistema.

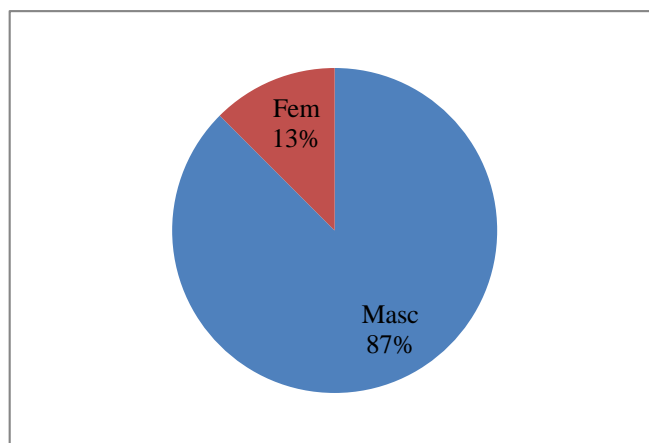
Capítulo 5. Enquadramento Metodológico

O inquérito realizado no âmbito deste trabalho de investigação teve como objetivo a obtenção de informação de natureza qualitativa, nomeadamente sobre perceção da população santomense residente no território sobre as expectativas de uma eventual exploração petrolífera no país. A recolha de informação, baseou-se, em inquéritos aplicados a indivíduo de ambos os sexos, com idade compreendidas entre os 18 anos e os 60 anos. O grau de escolaridade variou de básico ao ensino secundário e superior. As questões foram elaboradas de acordo com o conhecimento e expectativa dos inquiridos, para se e poder avaliar até que ponto os santomenses acreditam na viabilização do setor petrolífero em São Tomé e Príncipe. A seleção dos inquiridos foi realizada com base em trabalho de campo exploratório. A estratégia metodológica delineada visou a recolha de uma amostra diversificada por sexo, idade e escolaridade. Perante o inquérito, muitos homens e mulheres mostraram-se indisponíveis para responder, alegando falta de conhecimentos sobre o assunto. Tal facto, contribuiu para que fosse recolhida uma amostra menos significativa de população com um nível de escolaridade superior. Por outro lado, verificou-se que muitas mulheres recusaram participar no estudo, sugerindo que fossem os seus companheiros a responder. Acresce a ainda situação que essas mulheres frequentemente alegaram falta de tempo por se encontrarem sobrecarregadas com tarefas domésticas, com o trabalho e com a educação dos filhos.

5.1 Análise dos resultados dos inquéritos

São apresentados em seguida os dados relativos às características da população inquirida. Das 24 pessoas inquiridas, cerca de 83% são do sexo masculino e 13% são do sexo feminino.

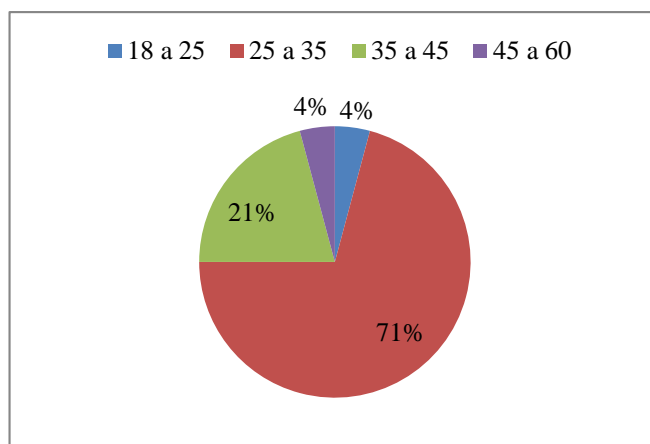
Figura 14. Representação gráfica do Sexo dos Inquiridos



Fonte: Elaborado pela autora

As idades dos participantes no inquérito variam entre os 18 anos e os 65 anos. A maioria da população inquirida encontra-se na faixa etária dos 25 aos 35 anos.

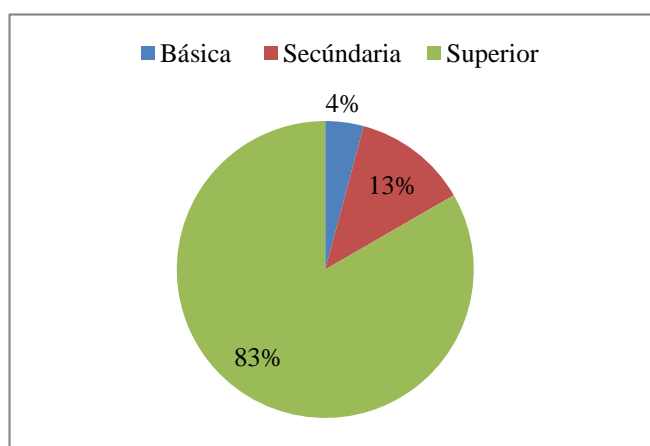
Figura 15. Representação gráfica da Idade dos Inquiridos



Fonte: Elaborado pela autora

Cerca de 21% tem idade compreendida entre os 35 e os 45, 4% entre os 18 e os 25 e 4% varia entre os 45 e os 65 anos.

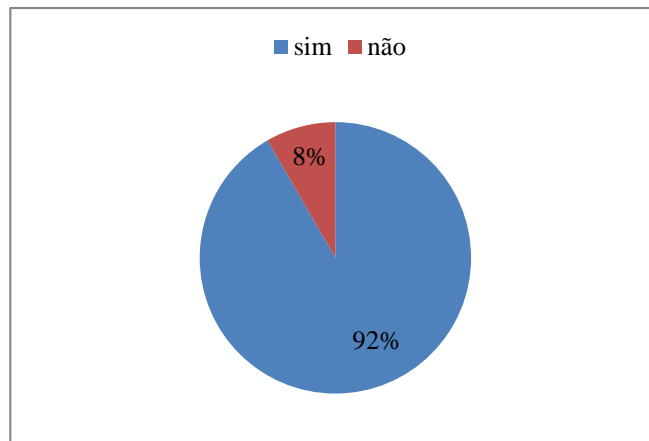
Figura 16. Representação gráfica do Grau de Escolaridade dos Inquiridos



Fonte: Elaborado pela autora

No que toca ao grau de escolaridade dos inquiridos, 83% da população inquirida tem concluída a sua licenciatura, ou seja, tem formação superior, 13% da população inquirida concluiu o ensino secundário e 4% possui o ensino básico.

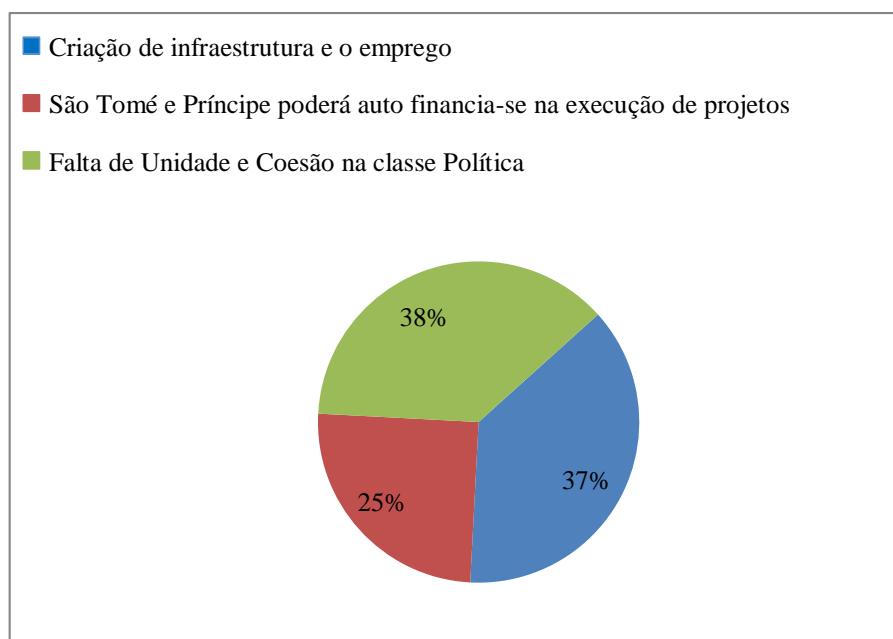
Figura 17. Representação gráfica do Conhecimento da existência do petróleo em São Tomé e Príncipe



Fonte: Elaborado por autora

Em relação, ao conhecimento dos inquiridos sobre a existência do petróleo em São Tomé e Príncipe, conclui-se que 92% das pessoas inquiridas têm conhecimento da existência do petróleo em território nacional e que 8% da mesma desconhece que o país poderá vir a ser um potencial produtor. Outros afirmam, ainda, não possuir qualquer informação relativamente ao assunto.

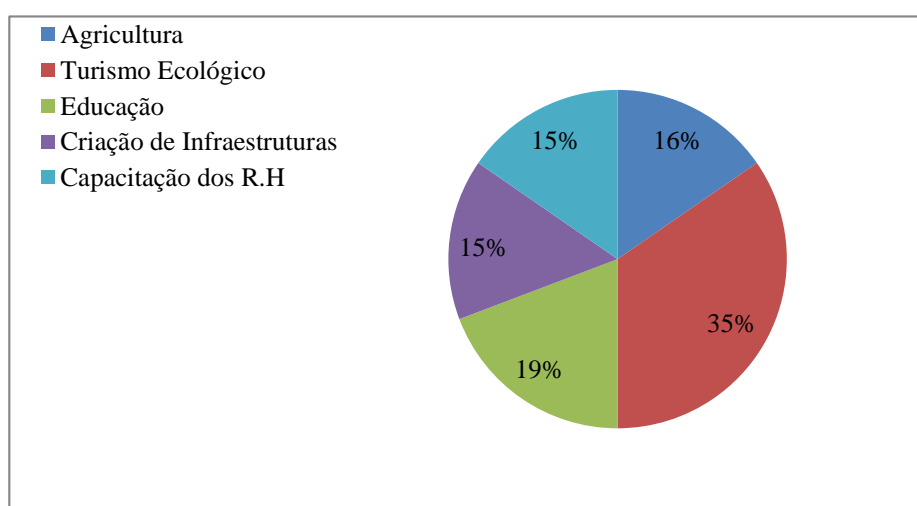
Figura 18. Representação gráfica das vantagens e desvantagens do petróleo em São Tomé e Príncipe



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação às vantagens e desvantagens que poderão surgir com a exploração petrolífera no arquipélago santomense, 38% da população inquirida acredita que a riqueza produzida pelo petróleo trará falta de unidade e de coesão ao país, porque irá aumentar ainda mais o nível de conflitualidade que existe na classe governativa. Cerca de 37% dessa população está convicta que com a possível exploração de petróleo no arquipélago, existirão benefícios, tais como a criação de infra estruturas e de emprego. Apenas cerca de 25% dos inquiridos pensam que o país poderá autofinanciar-se na execução dos seus próprios projetos, sem depender em grande medida da ajuda externa para a sua implementação.

Figura 19. Representação gráfica das Áreas prioritárias para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe



Fonte: Elaborado pela autora

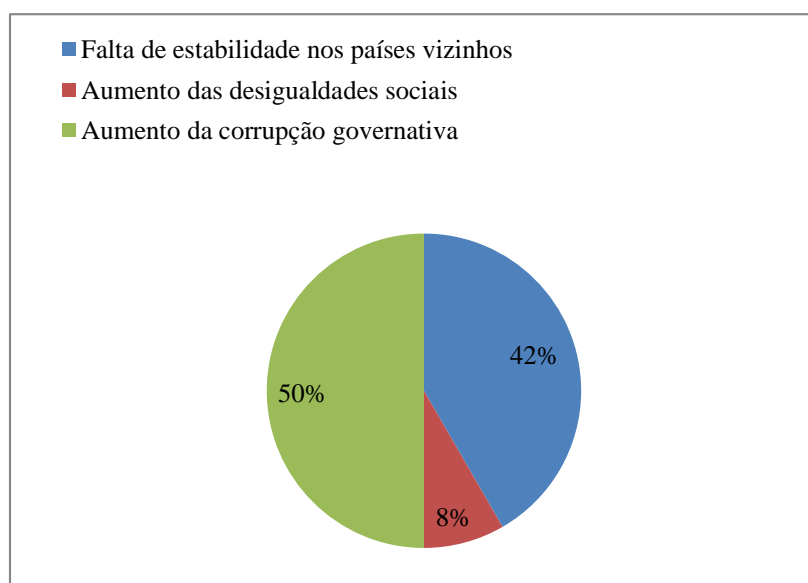
É consensual entre os inquiridos que São Tomé e Príncipe conta com inúmeras potencialidades que de forma significativa poderiam contribuir para melhorar as condições de vida. Cerca de 16% dos inquiridos consideram que São Tomé e Príncipe oferece todas as condições favoráveis para a prática de uma agricultura autossustentada, virada para o consumo interno. De acordo com este segmento, o país pode suprimir a falta de determinados bens de primeira necessidade que escasseiam no mercado interno e, desta forma, diminuir a dependência do país face ao exterior.

Outro grupo (15%) considera que o Estado deveria apostar na capacitação dos recursos humanos, como forma de poder responder ao défice existente no país. Na mesma percentagem (15%) encontram-se aqueles que acreditam que é preciso que o Estado aposte e invista nas infra estruturas, sendo que o país não tem infraestruturas necessárias, e as que possui, são herança colonial e se encontram em estado avançado de degradação, uma previsão de construção ou reabilitação de novas infraestruturas.

“Com o recurso do petróleo podemos criar infra estruturas, gerar empregos, e desta forma chegarmos ao desenvolvimento, se os políticos quiserem. Entrevista nº7

Entre as áreas prioritárias de investimento, cerca de 35% dos inquiridos destacam o turismo ecológico, tendo em conta as vantagens inerentes ao potencial natural do país, pelas paisagens exuberantes e por uma vegetação que, em muitas partes, ainda não foi tocada pelo homem. A população santomense sente uma ligação muito forte à floresta, uma vez que é uma das principais fontes de rendimento e também a medicina tradicional é toda ela feita através das plantas. Sendo a educação a pedra basilar de qualquer sociedade, cerca de 19 % da população considera que se deve apostar numa educação de qualidade, na melhoria e na criação de novas infra estruturas escolares e também uma maior aposta nas novas tecnologias e no conhecimento científico. É preciso diminuir o número de alunos por sala de aulas e preparar os professores de modo a que haja maior motivação na educação. Muitos acreditam que existe uma desmotivação dos professores pelos baixos salários e a falta de reconhecimento por parte estatal.

Figura 20. Representação gráfica dos impactos da exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe



Fonte: Elaborado pela autora

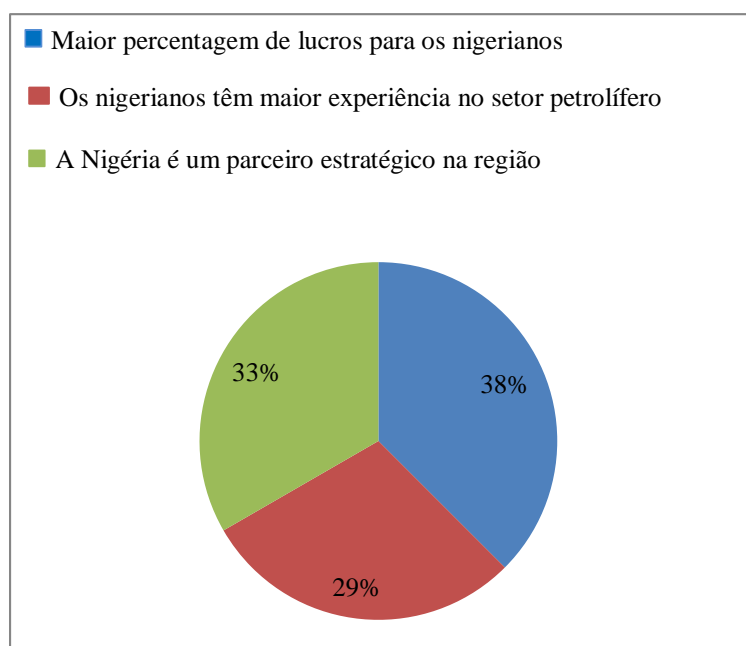
Quanto aos possíveis impactos que poderão surgir com a exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe, 42% dos inquiridos temem que não se criem mecanismos para que os recursos petrolíferos sejam usados para o bem da nação, à semelhança do que referem acontecer com os países vizinhos. Como exemplos de possíveis consequências negativas apontam: a instabilidade reinante nos países vizinhos, que apesar de possuírem enormes receitas provenientes da exploração petrolífera, viram as suas economias corrompidas pela

dependência do petróleo, a má gestão, o aumento de desvios do erário público pelos respetivos governos e como consequência o agravamento do empobrecimento da população. Cerca de 8 % da população inquirida considera que haverá aumento das desigualdades sociais; esse aumento das desigualdades sociais é vista como sendo resultante de que só uma parte de cidadãos irá que usufruir dos benefícios da exploração petrolífera. Apesar de São Tomé e Príncipe não ter começado o processo de produção, 50% pensa que aumentará a corrupção dos governantes.

A maioria dos inquiridos (54%) pensa que o Estado vai fazer um bom aproveitamento resultante dos acordos assinados e que estes vão atrair investimento estrangeiro.

Relativamente à cooperação entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria no sector petrolífero, 29% da população inquirida acredita que os Nigerianos têm mais experiência, visto que é o primeiro produtor de petróleo no continente africano, enquanto 33% dos inquiridos acreditam que a Nigéria é um parceiro estratégico na região de grande importância, e não só por uma longa experiência na indústria petrolífera, mas pelas parcerias comerciais e de investimentos.

Figura 21. Representação gráfica da Cooperação entre São Tomé e Príncipe e Nigéria no sector petrolífero



Fonte: Elaborado pela autora

“Os nigerianos beneficiaram o país, porque foram a nossa porta de entrada para uma indústria terrivelmente especial e especializada. Ao contrário do que muitos defendem, devemos a nossa relativa visibilidade na indústria aos nigerianos, paradoxalmente.” Entrev 4

5.2. Conclusão dos Inquéritos junto a população

Há que discutir os resultados e enquadrá-los. Pretende-se por isso refletir se existem condições para que uma eventual exploração petrolífera nas ilhas contribua para o desenvolvimento socioeconómico.

O caso de estudo foi analisado a nível social, económico e institucional. No que respeita à existência do petróleo em território nacional, de uma forma geral, podemos dizer que quase todos os santomenses têm conhecimento da existência do petróleo no país, uma vez que os meios de informação, tanto nacionais como internacionais, têm vindo a dar destaque ao assunto.

Existe um grande otimismo por parte da população inquirida, em relação a uma eventual exploração petrolífera que poderá contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Uma vez que se torne um produtor petrolífero, o país poderá sofrer mudanças, que de uma forma ou de outra, poderão ser positivas ou negativas, dependendo da gestão dos recursos petrolíferos realizada por parte dos governantes. Uma gestão planeada, sustentável e concertada à medida das necessidades da população pode ser benéfica e trazer melhoria das condições de vida os seus cidadãos.

É preciso que o governo santomense canalize os fundos que poderão vir da exploração petrolífera, para áreas onde existem maiores carências de desenvolvimento e não só. É preciso reformular, estimular, alargar e diversificar os sectores que são estratégicos para o desenvolvimento social. Também existe uma preocupação do Estado santomense, em que toda a gestão dos recursos do petróleo seja realizada de forma transparente e clara. Nesse sentido, o país é candidato a membro do EITI, organismo que prima para que os países produtores façam uma gestão transparente das indústrias extrativas e que tanto os Estados como as companhias petrolíferas tenham uma atitude de transparência em relação aos montantes de cada transação, fomentando assim uma melhor gestão e transparência dos recursos públicos.

São Tomé e Príncipe situa-se numa região em que existem vários países que são produtores do petróleo. Contudo, esses países ainda não conseguiram implementar políticas direcionadas para a melhoria das condições de vida da sua população. O fraco impacto que a exploração do petróleo tem tido não é favorável às populações; muitos são os casos públicos de fracasso de países que têm imensa riqueza mineral. Só com uma gestão transparente e correta dos recursos provenientes das receitas petrolíferas é que começará a haver efeitos positivos. Os apelos aos países, produtores de petróleo multiplicam-se, uma vez que vão escasseando as ajudas multilaterais aos países subdesenvolvidos. A concreta canalização, e principalmente o consenso de todas as forças políticas de cada país, poderá de forma significativa contribuir para o desenvolvimento socioeconómico.

É também importante que São Tomé e Príncipe tome como referência outros países da região subsariana, que dispendo de recursos petrolíferos, não têm conseguido utilizar os recursos que provêm

do petróleo para a implementação de políticas viáveis que possam melhorar as condições de vida dos seus cidadãos.

O processo de exploração petrolífera no país começou de uma maneira pouco clara, em que na maioria das vezes os interesses individuais foram sobrepostos aos interesses da nação. Tal facto implicou perdas de receitas significativas para os cofres do Estado e um processo com várias lacunas, que em diferentes situações pôs em causa a credibilidade do estado santomense perante os organismos internacionais.

Entre vários autores, e organizações que avaliaram as expectativas dos santomenses em relação a uma possível exploração petrolífera, destacamos o trabalho da Human Rights Watch (2010). Na perspetiva dessa ONG, o petróleo só poderá contribuir para o crescimento socioeconómico do arquipélago santomense, se os governantes adotarem uma política de transparência e façam parcerias com empresas que sejam credíveis no setor petrolífero.

A falta da capacidade governativa em relação ao cumprimento de determinados requisitos, para uma transparência da gestão das receitas petrolíferas faz com que se interrogue cada vez mais sobre a viabilidade do sector e a credibilidade das instituições santomenses.

É difícil dizer-se que a exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe será viável, principalmente quando nos deparamos com cenários de desistência de empresas, umas por acreditarem que é pouco lucrativo e viável a comercialização do petróleo no país, outras pela falta de coesão institucional reinante no país. Ela também aponta que é primordial que as autoridades locais consigam tirar lições dos erros cometidos no passado para que futuramente não aconteça. Os acordos assinados entre o país e a Nigéria, demonstraram uma certa inexperiência inicial por parte dos santomenses, o que fez com que a repartição dos lucros não seja equitativa, obtendo a Nigéria a maior percentagem. O investigador alemão Gerard Siebert (2013) não vê a viabilização do sector petrolífero, por acreditar que: “tecnicamente os blocos de exploração petrolífera não oferecem condições comerciáveis, e caso fossem já estariam sendo explorados desde do ano 2001, e que politicamente a gestão do dossiê têm sido feito com atropelos, que têm vindo a dificultar que todo o processo seja feito de uma maneira séria e transparente.” A Catholic Relief Services, publicou um relatório em 2003, onde alertava para o “boom” do petróleo africano, e que se essa riqueza não fosse bem canalizada, os países continuariam pobres. O relatório alertava também

para o papel das empresas em primar pela transparência e na divulgação do quanto pagam aos governos, que elas pudessem trabalhar em consonância com organismos internacionais que lutam pela transparência e que novos países que estão na lista de novos produtores fossem capazes de tirar lições de países vizinhos para não cometerem os mesmos e os governos também divulguem quanto recebem dos recursos provenientes da exploração petrolífera. Ademais disso também, alerta é imprescindível que os governos fomentem e disponibilizem informações não marginalizando as comunidades em que a exploração petrolífera.

Segundo o relatório da Alert Internacional, sobre uma possível exploração petrolífera em São Tomé, esse organismo recomenda as autoridades locais uma maior transparência no bônus de

assinatura, uma vez que não foram usados de forma estratégica. Também ficou demonstrado que os órgãos da soberania nacional tais com: a Assembleia Nacional, a Procuradoria- Geral da República e a sociedade civil não procuraram apurar o porque de esse incumprimento.

Podemos dizer que existe uma certa unanimidade na tese dos diferentes autores no processo relacionado com a exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe.

- A instabilidade política crónica que sofre o país faz com que cada vez seja mais difícil encontrar uma coesão social em benefício nacional.
- A existência de muita informação, mas pouco credível, não melhora a imagem dos políticos santomenses.
- A pouca transparência que existe na gestão das receitas, *o que se fez com o dinheiro que o país arrecadou só de bónus de assinatura e quais foram os projetos sociais que se fizeram até agora?*
- O secretismo que envolve determinados acordos com empresas que operam na área de exploração petrolífera e a pouca vontade política dos dirigentes santomenses em cumprir com determinados requisitos para a transparência do sector que são exigidos constitui um entrave.

É preciso que os governantes assumam uma gestão transparente, criteriosa e seletiva. É também importante que se analise com cuidado os países da região africana, se tirem as respetivas ilações, para poder gerir melhor os recursos existentes em benefício da nação e não de uma determinada elite. Existe uma opinião quase unânime que as potencialidades do país são pouco aproveitadas na ajuda ao desenvolvimento. Com a implementação políticas e estratégicas serão e darão um contributo significativo para o desenvolvimento. Também é claro que não se pode esquecer da existência do petróleo, uma das fontes para gerar riqueza e poder essa riqueza dar bem-estar social ao país, mas é factual que o petróleo é uma energia não renovável e que é esgotável a longo prazo.

Para que São Tomé e Príncipe seja um país vencedor, tem que ter uma estratégia eficaz de desenvolvimento que vai de acordo com a situação real do país, e que não canalize todos os esforços para um só sector, como tem vindo a suceder. É imprescindível a dinamização e potencialização de todas as áreas que possam servir para o crescimento económico. Todas as potencialidades que existem no país são suscetíveis de gerar riqueza e contribuir para a melhoria das condições de vida dos santomenses. Mas para que isso aconteça é importante o papel do governo santomense em criar políticas e possam suscitar o interesse para o investimento interno e externo.

Relativamente à sua posição geográfica é evidente que São Tomé e Príncipe deve assumir uma posição de destaque no que toca à região subsariana, tornando-se, assim, a longo prazo um ator estratégico na construção de parcerias com os países da região.

Nesta pesquisa, tentou-se identificar potenciais áreas que contribuirão para o desenvolvimento do país. Tal não pode ser feito apenas nas áreas com visibilidade internacional, do turismo ou o

petróleo mas todas áreas acima mencionadas para que todas elas possam em conjunto contribuir para um equilibrado e sustentável desenvolvimento socioeconómico. É importante salientar que o desenvolvimento económico de São Tomé e Príncipe não deve focar-se apenas no petróleo, mas também noutras potencialidades de que o país dispõe. Existe um descrédito da classe governativa. Tal facto impede que processo seja consensual, sendo preciso que o Estado veja a sociedade civil como parte integrante do todo processo de desenvolvimento e que, principalmente, esteja presente o princípio de boa governança. Só assim, com uma participação ativa e transparente de todos os santomenses, se poderá chegar ao tão desejado desenvolvimento.

Bibliografia

- Acordo de parceira no domínio da pesca adotado pelo regulamento UE nº 894/2007 do Conselho, de 23 Julho de 2007 (JO L300 de 7/8/2007)
- Bruzaca, Ayres. M (2012) *Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento: Cabo-Verde São Tomé e Príncipe*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Estudos de Desenvolvimento apresentado ao Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Ceita, Bilaine Carvalho (2009). *Recursos humanos São-Tomenses Importância e Contributo no Processo de Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe*. Tese submetida para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais: Análise e Gestão, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa, pp.10-13.
- Decreto-Lei nº.57/2009, Programa de pesquisa e hidrocarbonetos.
- Decreto-Lei nº.3/2004, Organização Estatal de Setor Petrolífero
- Decreto-Lei nº 5/2004, Criação da Agência Nacional do Petróleo
- Dias, Ana Maria (2007, 11 de maio). São Tomé e Príncipe e o “Ouro Negro“. Resumo da conferência proferida pelo Doutor Gerhard Seibert na Faculdade de Letras da Universidade.
- Entrevista ao Diretor do Turismo de São Tome e Príncipe. Jornal Telanon info/ (2014)
- Espírito Santo, Armindo Ceita (2008). *Economia de São Tomé e Príncipe entre de partido único regime único e multipartidarismo*. Lisboa: Edições Colibri.
- Espirito Santo, Armindo Ceita (2009) *S. Tomé e Príncipe Problemas e Perspectivas para o seu Desenvolvimento*. Lisboa: Edições Colibri.
- Estatuto da Função Pública nº5/97
- Estratégia Nacional Redução da Pobreza-I
- Estratégia Nacional Redução da Pobreza-II (2012-2016)
- Estratégia do Sector petrolífero em São Tomé e Príncipe
- Lei de Base de ambiente lei nº10/1999 Dr. nº15 suplemento
- Lei de Base de segurança marítima e Prevenção contra Poluição do Mar. Lei nº13/2007
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) - Lei nº 2/2003
- Lei-quadro das Operações Petrolíferas. Lei 16/2009
- Lei-quadro das Receitas Petrolíferas. Lei 8/2004
- Lei n.º 15/2009 Lei de tributação do petróleo
- Lopes, A. Simões (2001). *Desenvolvimento Regional (Problemática, Teoria, Modelos)*. 3ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nascimento, Augusto (2010) São Tomé e Príncipe na idade: A governação e o descaso da rua. *Revista Tempo do Mundo*, 2(3), 39-42.
- Plano de Gestão do Parque Natural do Príncipe (2009-2010)
- Prazeres, Luís (s/d). Dossier Petróleo (pp. 33-34) (patrocinado pelo Banco de São Tomé e Príncipe)
- Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe, investigação sobre o segundo leilão zona de desenvolvimento conjunta (Dezembro de 2005) (pp.4-5)
- Relatório do FMI.nº12/34. Consulta do artigo IV (2012)

Relatório sobre a sustentabilidade das finanças santomense parte I

Seibert, Gerhard (1998). São Tomé e Príncipe: Instabilidade política, crise económica num Micro Estado Insular, nº 122 (pp. 6-11), Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Oficina do CES.

Siebert, Gerard. (2002). Democracia e corrupção, caso de São Tomé e Príncipe. *As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e desafios: actas*, vol. 1, pp. 67-71

Xavier, Alexandre T. S. (2009) África e a Geopolítica do Petróleo: Nigéria um ator estratégico, *Revista Eletrônica Boletim do TEMPO*, Ano 4, Nº10, Rio de Janeiro.

Documentação em suporte Eletrónico

www.anp.st.eez [consultado em 20-08-2014]

www.banco.esprito.santo: International Support Kit Of Opportunities [consultado em 10-12-2014]

www.africanos.eu/ceaup/ [consultado em 10-12-2014]

www.cases.pt/ . Economia Social em Portugal. O desenvolvimento local [consultado em 12-11-2014]

www.catholicrelief.org . O fundo do barril [consultado em 26-10-2013]

www.bndes.gov.br: [consultado em 12.08.2014]

[world economic Outlook .org](http://world.economicoutlook.org) 2011: [consultado em 22-09-2012]

www.ealusofono.org/comunicacions/EA: [consultado em 14-12-2012]

<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&ved=0CFkQFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.hrw.org%2Freports%2F2010%2F08%2F24%2Fum-futuro-incerto&ei> [consultado em 14-07-2012]

<http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0CEoQFjAF&url=http%3A%2F%2Fwww.telanon.info%2Feconomia%2F2011%2F08%2F22%2F8280%2Fgovernacao-de-recursos-naturais-em-sao-tome-e-principe> [consultado em 25-08-2013]

<https://www.cgd.pt%2FEmpresas%2FNegocio-Internacional%2FApoios-Caixa-Empresas-no-Mundo%2FSao-Tome-Principe> [consultado em 24-09-2013]

www.institutolula.org/agricultura . A necessidade de combater a fome e a insegurança alimentar [consultado em 25-08-2013]

www.ipris.org Lusophone Countries Bulletin 2011 Review [consultado em 25-05-2014]

<http://www.pnud.com/index>" www.pnud.com/index São Tomé e Príncipe [consultado em 15-10-2013]

www.nationalgeographic.com [consultado em 12-07-2013]

[www.noticias.sapo .pt/.../governo-de-sao-tome-e-principe-retoma-projeto-de-p](http://www.noticias.sapo.pt/.../governo-de-sao-tome-e-principe-retoma-projeto-de-p). [consultado em 22-12-2013]

www.paginaglobal.blogspot.com//tentativa-de-golpe-de-estado-em-sao. [consultado em 22-12-2013]

[www. Relatório Doing Business/](http://www.RelatórioDoingBusiness/) São Tome and Príncipe. index [consultado em 12-11-2013]

www.reporterstp.info/p17 [consultado em 08-08-2014]

www.telanon.info/economia/.total-abandonou-bloco-1-da-zona-de-des...[consultado em 09-07-2014]

www.telanon.st [consultado em 08-08-2014]

[www. teorias e Modelos de Desenvolvimento](http://www.teoriasemodelosdesenvolvimento) (pág. 12-13) [consultado em 22-12-2013]

[www.rotas turísticas.com](http://www.rotas.turisticas.com): [consultado em 09-07-2014]

www.stpdigital.net > Política , [consultado em '09-07-2014]

www.sol.sapo.pt/inicio/Internacional/Interior.aspx?content_id=96252 [consultado em 08-08-2014]

[www.worldbank.org /index](http://www.worldbank.org/pt/index) São Tomé e Príncipe [consultado em 23-11-2012]

Apêndice

Trabalho de Investigação: *Petróleo: um contributo para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe*

Mestranda: Shirley da Silva Mendonça

Orientadora: Professora Doutora Regina Salvador

Coorientadora: Doutora Ana Maria Ferreira

INQUÉRITO

1. Sexo: Feminino _____ Masculino _____

2. Idade: _____

3. Grau de Escolaridade:

Primário _____ Secundário _____ Bacharelato _____ Licenciatura _____ Outro_X_____ Nenhum

4. Tem conhecimento que em São Tomé e Príncipe existe petróleo? Sim _____ Não _____

5. Acredita que a exploração do petróleo possa trazer desenvolvimento socioeconómico a São Tomé e Príncipe?

a) Sim _____

b) Não _____, porque _____

c) N/R _____

6. Acha que as autoridades santomenses têm mantido a transparência em torno do processo de exploração?

a) Sim __, porque _____

b) Não_

c) N/R _

7. Considera que existem outras opções mais viáveis para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe que não seja o petróleo?

a) Sim _____

b) Não____, porque _____

c) N/R _____

8. Acha que se deveria apostar em outras áreas que contribuíssem para o desenvolvimento socioeconómico do país?

a)Sim____ Quais?_____

b) Não____

c) N/R _____

9. Acha que a exploração petrolífera poderá gerar instabilidade no país?

a) Sim ____, porque _____

b)

Não. _____

c) N/R ____

10. Para quando está previsto o arranque da exploração petrolífera em São Tomé e Príncipe?

11. Qual é a previsão de duração do petróleo em São Tomé e Príncipe?

12. Acha que os acordos assinados entre São Tomé e a Nigéria, no âmbito da exploração conjunta do petróleo, beneficiam ou prejudicam o país?

a) Sim _____

b) Não____, porque _____

c) N/R ____

Obrigada pela colaboração!